

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LARISSA ALEXANDRA CAVALCANTI DE SOUZA

ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM E O SENTIDO DE LUGAR: O
CASO DO PAÇO DA LIBERDADE (CURITIBA, PARANÁ, BRASIL).

CURITIBA

2013

LARISSA ALEXANDRA CAVALCANTI DE SOUZA

ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM E O SENTIDO DE LUGAR: O
CASO DO PAÇO DA LIBERDADE (CURITIBA, PARANÁ, BRASIL).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Miguel Bahl

CURITIBA

2013

Souza, Larissa Alexandra Cavalcanti de

Entre as transformações na paisagem e o sentido de lugar: o caso do Paço da Liberdade (Curitiba, Paraná, Brasil)/ Larissa Alexandra Cavalcanti de Souza. – Curitiba, 2013.

158 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Miguel Bahl

1. Patrimônio cultural. 2. Percepção espacial. I. Bahl, Miguel.
II. Título.

CDD 363.69



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **Larissa Alexandra Cavalcanti de Souza** intitulada "**Entre as transformações na paisagem e o sentido de lugar: o caso do Paço da Liberdade (Curitiba, Paraná, Brasil)**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Território, Cultura e Representação**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 14 de março de 2013.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Miguel Bahl - Orientador


Profa. Dra. Cristina de Araújo Lima - UFPR


Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira - UFPR

A minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo amor e proteção, em sua presença constante.

A minha família que sempre me apoiou e acreditou que eu alcançaria meus objetivos.

Ao Rafael pelo amor e pelo incentivo.

Aos amigos pela compreensão e pelos momentos de descontração, em especial à Carla pela companhia nesta caminhada.

Ao professor Miguel Bahl pela orientação, paciência e amizade.

As professoras Cristina de Araújo Lima e Salete Kozel Teixeira pelas preciosas contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos ensinamentos e incentivo a novas descobertas.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação em Geografia pelo apoio e atenção.

Aos moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade, que com suas experiências e relatos contribuíram enormemente para esta pesquisa.

A história de uma cidade existe e é contada porque cada pessoa que vive nela deixa marcas, rastros, que ajudam a formar, transformar, preservar e difundir a sua cultura. Cada uma dessas pessoas vê a cidade do seu jeito. Esses olhares são sinais de uma relação afetiva que se estabelece entre as pessoas e a cidade - de amor ou ódio. Quanto mais intensa a relação, mais ricos os registros que ficam para a história.

*Paulino Viapiana
Presidente da Fundação
Cultural de Curitiba (2005-2010)*

RESUMO

Nesta dissertação pautou-se nas contribuições da Geografia Cultural e da Geografia Humanista no que diz respeito ao conceito de paisagem e de sentido de lugar, para então refletir sobre a noção de patrimônio cultural. Entende-se aqui que este se configura como um signo na paisagem, cuja relação é permeada pela memória e pela identidade dos indivíduos em relação ao patrimônio. Mais do que sua dimensão física, os significados intrínsecos ao patrimônio cultural, podem contribuir para a criação de laços de afetividade entre o indivíduo e a paisagem, conferindo à mesma um sentido de lugar. Com a finalidade de investigar as questões supracitadas, adotou-se como objeto de estudo o Paço da Liberdade e seu entorno (Curitiba, Paraná). Deste modo a dissertação teve como objetivo principal identificar a influência do Paço da Liberdade na transformação da paisagem que o mesmo compõe e na formação de um sentido de lugar por parte dos indivíduos que com ele se relacionam cotidianamente. Para tanto, após a realização da pesquisa exploratória, através de fontes documentais e bibliográficas, de modo a tecer reflexões teóricas pertinentes à pesquisa, adotou-se para a pesquisa de campo uma abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas com moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade. De modo geral, identificou-se que os entrevistados manifestaram reconhecer a importância histórica do Paço da Liberdade e a influência de sua revitalização para o resgate físico e simbólico da localidade, entretanto nem todos têm o mesmo como fundamental para a construção de um sentido de lugar, isso em decorrência das experiências vividas no local.

Palavras-chave: paisagem, sentido de lugar, patrimônio cultural, Paço da Liberdade.

ABSTRACT

This research was based on the contributions of the Cultural Geography and the Humanist Geography regarding the concept of landscape and sense of place, and then reflect about of the notion of cultural heritage. It is understood in this research that the cultural heritage can be construed as a sign in the landscape, whose relationship is permeated by memory and identity. More than its physical dimension, the intrinsic meanings of cultural heritage can contribute to the creation of ties of affection between the individual and the landscape, giving it a sense of place. In order to investigate the above issues, it was adopted as the object of study the Paço da Liberdade and its surroundings (Curitiba, Paraná). Thus the dissertation aimed to identify the influence of the Paço da Liberdade in the transformation of the landscape that it composes and the formation of a sense of place by individuals who relate to its daily. Therefore, after the accomplishment of exploratory research through documentary sources and bibliography, to do theoretical reflections relevant to the research, it was adopted for field research a qualitative approach by conducting interviews with residents and traders around the Paço da Liberdade. In general, we found that respondents expressed recognize the historical importance of the Paço da Liberdade and the influence of its revitalization to the rescue of the physical and symbolic location, though not all have the same as the key to build a sense of place, that as a result of experiences on site.

Key-words: landscape, sense of place, cultural heritage, Paço da Liberdade.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – FOTO AÉREA DO PAÇO DA LIBERDADE E DO ENTORNO (CURITIBA, PARANÁ)	74
IMAGEM 2 – PRAÇA GENEROSO MARQUES (CURITIBA, PARANÁ)	76
IMAGEM 3 – PRAÇA JOSÉ BORGES DE MACEDO E ESTÁTUA DE MARIA LATA D'ÁGUA (CURITIBA, PARANÁ)	77
IMAGEM 4 – FOTO AÉREA DO PAÇO DA LIBERDADE E DO ENTORNO NA DÉCADA DE 1960 (CURITIBA, PARANÁ)	84
IMAGEM 5 – PRAÇA GENEROSO MARQUES NA DÉCADA DE 1980	86
IMAGEM 6 – ARCADAS DO PELOURINHO NA PRAÇA JOSÉ BORGES DE MACEDO	87
IMAGEM 7 – CASARIO DA PRAÇA GENEROSO MARQUES	88
IMAGEM 8 – FONTE MARIA LATA D'ÁGUA	89
IMAGEM 9 – VISTA PARCIAL DA PRAÇA TIRADENTES	94
IMAGEM 10 – CATEDRAL BASÍLICA MENOR	96
IMAGEM 11 – VISTA PARCIAL DA RUA RIACHUELO	97
IMAGEM 12 – RUA SÃO FRANCISCO (TRECHO ENTRE A RUA PRESIDENTE FARIAS E A RUA RIACHUELO)	99
IMAGEM 13 – RUA SÃO FRANCISCO (TRECHO ENTRE A RUA RIACHUELO E A RUA BARÃO DO SERRO AZUL)	99
IMAGEM 14 – PAÇO DA LIBERDADE (CURITIBA, PARANÁ)	105
IMAGEM 15 – PAÇO DA LIBERDADE (FRENTE)	129
IMAGEM 16 – PAÇO DA LIBERDADE (TRÁS)	129

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REVITALIZAÇÕES NO ENTORNO DO PAÇO DA LIBERDADE.....	92
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁREA DE ESTUDO	75
FIGURA 2 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO ENTORNO DO PAÇO MUNICIPAL PARA APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS	92
FIGURA 3 – INDICAÇÃO DE OUTROS LOCAIS REVITALIZADOS NO ENTORNO PRÓXIMO	93

LISTA DE SIGLAS

CEPHA	- Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
FCC	- Fundação Cultural de Curitiba
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
SEBRAE-PR	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná
SEEC-PR	- Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
SENAC-PR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná
SESC	- Serviço Social do Comércio
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	17
1.1 ESTUDO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA.....	17
1.1.1 Paisagem urbana	25
1.1.2 O sentido de lugar na leitura da paisagem	34
1.1.3 Abordagem fenomenológica na geografia	38
1.2 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	41
1.2.1 Consagração do valor cultural de um bem	48
1.2.1.1 A preservação do patrimônio no Brasil	52
1.2.1.2 A criação da identidade paranaense e a preservação do patrimônio	55
1.2.1.3 O planejamento urbano e a preservação do patrimônio em Curitiba.....	58
1.2.2 A revitalização do patrimônio cultural	65
1.2.3 O uso turístico do patrimônio cultural	70
Capítulo II – UM OLHAR SOBRE O OBJETO DE PESQUISA	74
2.1 PAÇO DA LIBERDADE E O ENTORNO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM.....	75
2.1.1 Ações no entorno do Paço da Liberdade	91
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO	100
Capítulo III – EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS E O SENTIDO DE LUGAR	104
3.1 DESVENDANDO OS SUJEITOS	105
ENTREVISTADO I	106
ENTREVISTADO II	108
ENTREVISTADO III.....	110
ENTREVISTADO IV	111
ENTREVISTADO V	113
ENTREVISTADO VI	115
ENTREVISTADO VII	116
ENTREVISTADO VIII	118
ENTREVISTADA IX.....	119
ENTREVISTADA X	120
ENTREVISTADO XI	122

ENTREVISTADO XII	124
3.1.1 Considerações preliminares	125
3.2 REVITALIZAÇÃO: O OLHAR DOS SUJEITOS.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	157

INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre as transformações na paisagem e, no caso desta dissertação, mais especificamente na paisagem urbana, se deparou com questões referentes a aspectos materiais, quando se pensa nas formas que compõem a paisagem, as quais estão em um frequente movimento de adaptação a novos sujeitos, usos e funções, que podem ser apreendidas pelos sentidos e interpretadas a partir das memórias e experiências dos indivíduos. Mas, para além do aspecto físico, as transformações são reflexos de um contexto cultural, social, histórico e político, e sendo a paisagem portadora de significados, ela expressa todo este contexto.

A paisagem, sendo um dos conceitos-chave da geografia, já foi tratada a partir de diferentes perspectivas, dentre estas serão abordadas aqui as referentes à Geografia Cultural e à Geografia Humanista. Julgou-se pertinente para esta dissertação compreender a paisagem a partir da perspectiva de Berque (1998[1984], p. 84), o qual define a mesma enquanto marca, “[...] pois expressa uma civilização [...]”, e matriz “[...] porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura [...]” (BERQUE, 1998[1984], p. 85). Assim, a paisagem e o sujeito (individual e coletivo) estão integrados em uma relação mútua de influências.

Ao falar na paisagem urbana, considerando esta como resultado das ações do homem, da cultura e do tempo, ela pode ser compreendida como uma paisagem cultural, assim ela retrata diferentes períodos, e é transformada ao longo do tempo, reflete memórias individuais e coletivas, podendo tornar-se íntima aos sujeitos que com ela se relacionam e que a conferem diferentes interpretações (ANDREOTTI, 2008). É sob esta perspectiva de afeto e intimidade do sujeito para com a paisagem cultural que se torna possível pensar no sentido de lugar.

Partindo destas ideias, afirma-se, portanto, que na paisagem urbana há uma dimensão material, que reúne elementos que referenciam os sujeitos e se tornam ao mesmo tempo referenciais para os mesmos, sendo apropriados e valorizados. Isso possibilita dizer que na paisagem urbana se inscrevem memórias e formas, as quais podem configurar-se como patrimônio cultural, podendo ser importantes para a formação do mencionado sentido de lugar.

Evocar a temática do patrimônio cultural leva a discussões referentes à preservação do patrimônio institucionalizado e à materialização da cultura na

paisagem, as quais são permeadas por processos de memória e identidade. Parte-se do princípio de que é possível reconhecer o patrimônio como símbolo inscrito na paisagem, pleno de significados e representações, sendo de certa forma a materialização de diferentes períodos e grupos sociais.

Considerar o valor cultural de um bem, através do tombamento ou outros instrumentos legais, é considerar também sua importância como componente de uma paisagem, seu reconhecimento o torna uma referência ao passado, que ainda está inscrita no presente. Não necessariamente o patrimônio mantém o mesmo significado ao longo do tempo, isso ocorre porque ele é sujeito a ações dinâmicas, e reflete ações, representações e identidades de atores de diferentes períodos. Neste sentido destacam-se ainda os processos aos quais o patrimônio está sujeito, ou seja, os processos de revitalização e refuncionalização do bem.

Buscou-se desta forma na Geografia Cultural e na Geografia Humanista fundamentos para a compreensão das transformações sofridas pelo conceito de paisagem, assim como o patrimônio como elemento componente da paisagem. O patrimônio foi aqui trabalhado como uma forma de expressão da cultura de uma sociedade, manifestada através dos aspectos materiais e imateriais inerentes ao mesmo.

Com a finalidade de compreender a influência de ações nos patrimônios culturais tombados na paisagem que os mesmos compõem, adotou-se como **objeto de estudo** o Paço da Liberdade e seu entorno, localizado na cidade de Curitiba (Paraná, Brasil). O mesmo é tombado pelas três instâncias governamentais (municipal, estadual e nacional) visto sua importância arquitetônica, política e cultural.

Curitiba foi uma das primeiras cidades a ter uma sede própria para a prefeitura, uma vez que o Paço da Liberdade, situado na Praça Generoso Marques, teve a função inicial de Paço Municipal, sendo sede da Prefeitura Municipal de Curitiba de 1916 a 1969 (LACERDA, 1993), representando um dos momentos de modernização da cidade de Curitiba (SÊGA, 2001). Entre 1971 e 1972 foi realizado um processo de restauração do prédio, sendo que em 1974 o Museu Paranaense passa a ocupá-lo (LACERDA, 1993). Após a transferência do Museu para outra sede, em 2002, a edificação ficou sem uso, sofrendo um intenso processo de depredação. Assim, em 2006, foi firmada uma parceria entre a Prefeitura Municipal e

o Sistema Fecomércio Sesc Senac – Paraná¹, para a revitalização e refuncionalização do espaço, que culminou em sua reinauguração no primeiro semestre de 2009 (PAÇO DA LIBERDADE, 2009).

Portanto, ao adotar o Paço da Liberdade e seu entorno, como objeto de estudo se estabelece como premissas os seguintes fatores: a) ser o único patrimônio localizado em Curitiba (PR) tombado pelas três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal); b) ter passado por um recente processo de revitalização e refuncionalização (2006 a 2009); c) envolver em sua revitalização ações que englobaram o entorno da edificação.

Com base na análise deste objeto a proposta deste projeto enseja elucidar a seguinte **problemática**: O Paço da Liberdade (Curitiba-PR) é reconhecido pela comunidade do entorno como elemento de identidade local capaz de impactar na transformação da paisagem do entorno e contribuir para a formação do sentido de lugar?

Para este trabalho foi estabelecido um **objetivo geral** que consiste em identificar a influência do Paço da Liberdade na transformação da paisagem que o mesmo compõe e na formação de um sentido de lugar. E três **objetivos específicos**:

a) verificar o papel do Paço da Liberdade enquanto elemento de valorização da memória individual e coletiva;

c) identificar o entendimento, a percepção e a afetividade dos moradores e comerciantes do entorno em relação ao Paço da Liberdade e seu entorno;

b) analisar se a relação entre os sujeitos e a paisagem foi impactada após o processo de revitalização do Paço da Liberdade e do entorno.

Dentre as **hipóteses** formuladas estipulou-se que a comunidade: a) identificava o papel do Paço da Liberdade enquanto elemento ligado à memória individual e coletiva, capaz de influir na transformação da paisagem; b) reconhecia que a revitalização do espaço e do entorno influíram no sentido de lugar.

Para alcançar respostas a indagação central e atender aos objetivos deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, buscando levantar

¹ “O Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná é um sistema privado sem fins lucrativos que integra o SESC – Serviço Social do Comércio e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, com o intuito de fomentar o comércio, o setor de serviços e o de turismo do Paraná, representando e defendendo os interesses do empresariado paranaense e os da sociedade civil”. Disponível em:<www.fecomercioopr.com.br> Acesso em: 05/11/2011.

estudos e publicações relativas ao tema, para formação de um aporte teórico e um estudo de caso do Paço da Liberdade. Em complemento se fez necessário realizar entrevistas com a comunidade do entorno, de forma a obter informações quanto à afetividade e ligação desta com o patrimônio e a paisagem estudados, esta etapa possuiu um caráter qualitativo.

Serão apresentados a seguir os capítulos que compõem esta dissertação. O **Capítulo I** é dedicado às reflexões teórico-conceituais, sendo assim são tratadas inicialmente questões pertinentes à paisagem enquanto conceito geográfico, à paisagem urbana e suas interfaces com a memória e a percepção, e o sentido de lugar na leitura da paisagem. Julgou-se importante ainda discutir-se a abordagem fenomenológica na geografia, como modo de compreender as subjetividades da relação entre os sujeitos e a paisagem. E como mencionado o objeto de estudo desta dissertação trata-se de um patrimônio cultural tombado, deste modo viu-se a necessidade de esclarecer num segundo momento o entendimento de patrimônio cultural, as implicações legais na proteção destes bens (nas três instâncias governamentais), as ações de revitalização do patrimônio cultural e a apropriação dos mesmos pelo turismo.

Tendo refletido sobre os aspectos conceituais pertinentes a esta dissertação, no **Capítulo II** dedicou-se a delinear uma descrição do objeto de estudo, buscando apontar sua trajetória histórica, sua implicação na transformação da paisagem que o mesmo compõe e os reflexos de sua revitalização para o entorno. Assim como, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa de campo, esclarecendo a adoção da abordagem qualitativa e a opção pelas entrevistas como fonte de dados.

O **Capítulo III** refere-se à análise das entrevistas realizadas com os moradores e comerciantes do entorno o Paço da Liberdade, buscou-se inicialmente desvendar os sujeitos, de forma a identificar as experiências individuais resultantes da relação de cada um com a paisagem estudada, assim como os valores e significados atribuídos à mesma. Dedicou-se ainda a desenvolver apontamentos sobre a influência da revitalização desta localidade na relação dos sujeitos com o Paço da Liberdade e o entorno.

Capítulo I – REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

De forma a subsidiar a análise de situação do tema proposto e articulá-lo no contexto literário, buscou-se bibliografias, pesquisas similares, documentos, entre outros, abarcando os conceitos inerentes à Paisagem, ao Patrimônio Cultural e ao Lugar.

A paisagem como objeto de estudo teve momentos de destaque e marginalização nos estudos geográficos, assim enquanto conceito geográfico foi tratada a partir de diferentes abordagens, as quais são apresentadas a seguir com enfoque nas contribuições da Geografia Cultural e da Geografia Humanista. Em seguida é abordado o sentido de lugar na leitura da paisagem, de modo a compreender as relações topofílicas criadas pelos sujeitos em relação à mesma. Por fim, são apontadas algumas reflexões sobre a abordagem fenomenológica na geografia, como forma de apreender as subjetividades da relação entre os sujeitos e a paisagem.

Em um segundo momento é discutida a noção de patrimônio cultural, assim como de que forma as legislações nas três instâncias governamentais (nacional, estadual e municipal) têm contribuído para a preservação destes bens. É tratada ainda a temática da revitalização do patrimônio cultural, de modo a compreender como se iniciou e se desenvolve esta prática e, por fim, são realizados alguns apontamentos sobre o uso turístico do patrimônio cultural e seu entorno.

1.1 ESTUDO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA

A ideia de paisagem se mantém como um conceito-chave da Geografia mesmo diante das diferentes matrizes epistemológicas que marcam o campo geográfico (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998). Através desta pesquisa discute-se a paisagem como detentora de uma realidade material, mas também a paisagem como representação.

A paisagem foi contemplada ao longo do tempo através dos trabalhos de pintores e outros estudiosos, principalmente a partir do período do Renascimento, destaca Yázigi (2002). O mesmo aponta que neste momento a “[...] paisagem significava mais um modo de ver do que de agir” (YÁZIGI, 2002, p. 13).

As paisagens retratadas pelos pintores e escritores do romantismo, a partir de meados do século XVIII, faziam referência essencialmente à paisagem natural, em contraponto, a paisagem urbana vai ser representada nas artes apenas entre meados do século XIX e século XX, visto os impactos da Revolução Industrial na conformação de novas paisagens (YÁZIGI, 2002). Apesar destas representações transitarem entre o real e o imaginário, conferindo grande subjetividade às mesmas, Yázigi (2002, p. 13) afirma que “[...] os artistas nos mostram um mundo nem sempre visível [...]”, ou seja, eles retratavam uma dimensão até certo ponto inacessível através dos estudos científicos.

Ao abordar o conceito de paisagem, a partir da preocupação científica, é necessário destacar os estudos desenvolvidos, no final do século XVIII, por Alexander Von Humboldt (1769-1859) e geógrafos contemporâneos a ele, conforme aponta Holzer (1999). O mesmo autor afirma que os geógrafos pioneiros “[...] associavam a ‘paisagem’ a porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem individualidade” (HOLZER, 1999, p. 151). Nesta colocação verifica-se a amplitude do que se entendia como paisagem.

Kashiwagi (2011) ao abordar a contribuição dos estudos de Humboldt para geografia e para o estudo da paisagem menciona que o mesmo desenvolveu uma visão mais detalhada do que a supracitada sobre o que viria a ser a paisagem, assim nas palavras da autora

Humboldt acreditava na existência de um poder da natureza que se manifesta nas impressões do observador por meio de emoções e sentimentos. Sendo assim, a configuração da paisagem dependeria do estado de ânimo do observador que ora configuraria a paisagem mais viva e mais bem definida, ora com sentimento de desolação. Essas excitações determinam o grau de intensidade emotiva e, conseqüentemente, distinguem as paisagens pelas impressões pessoais do indivíduo. Essa perspectiva romântica presente nos estudos de Humboldt caracterizaria com um novo sentido a paisagem, fazendo alusões ao prazer da contemplação e à ideia romântica de harmonia da natureza (KASHIWAGI, 2011, p. 88).

Neste fragmento destaca-se a paisagem como elemento de contemplação, mas também a influência sujeito-observador em sua configuração, uma vez que esta dependeria do estado de ânimo desse observador.

Outro precursor da geografia foi Carl Ritter (1779-1859), o qual se preocupou além do conhecimento natural, com o conhecimento humano, Kashiwagi (2011) complementa que cientificamente o objetivo de Ritter

[...] foi estudar as relações entre a superfície terrestre e a atividade humana, cujas obras tinham um enfoque antropocêntrico e a Terra era tida como um teatro, em cujo palco se desenvolviam as atividades do homem (KASHIWAGI, 2011, p. 89).

O componente humano novamente aparece como fundamental, e desta vez sua influência ultrapassa o aspecto de passividade (contemplação), pois envolve também a ação do homem sobre o meio.

Neste período, segundo Holzer (1999), a paisagem é adotada, então, como objeto de estudo da geografia, o que juntamente com as proposições de Humboldt e Ritter para a organização do conhecimento geográfico científico, contribuiu para a geografia se consolidar como disciplina acadêmica, a denominada Geografia Clássica.

Esta institucionalização da geografia compreende ainda o surgimento das escolas geográficas, no século XIX, primeiramente a escola alemã e a escola francesa, tendo cada uma desenvolvido estudos sobre a paisagem de formas distintas (HOLZER, 1999). No âmbito da geografia francesa pode-se citar a contribuição de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), o qual defendia que o homem poderia moldar o meio, assim as paisagens poderiam ser compreendidas enquanto construção humana, refletindo os gêneros de vida (CLAVAL, 1999). Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão, também contribuiu para as discussões a respeito da paisagem, observando que a mesma sofria influências da cultura (CLAVAL, 1999); assim como Otto Schlüter (1872-1952), o qual desenvolve estudos sobre a morfologia da paisagem cultural, conforme destaca Almeida (2008). Em complemento é importante compreender que

[...] o estudo da paisagem para Schlüter convertia-se em um exame de suas características por meio dos processos de transformações ao longo do tempo, rejeitando a categorização dos fenômenos e a determinação de suas distribuições ou associações. A preocupação centrava-se na classificação e cartografia das áreas terrestres com base no grau de impacto do homem sobre uma paisagem, analisando também a gênese e evolução de uma paisagem com base na primitiva paisagem natural (KASHIWAGI, 2011, p. 107).

Já neste período Schlüter diferenciava a paisagem natural e a paisagem cultural, sendo a última caracterizada pela intervenção do homem através da modificação de sua configuração, seja pela retirada ou inclusão de elementos.

Seguindo a temática da morfologia da paisagem cultural e tendo incorporado o termo da geografia alemã, em 1925, Carl Sauer publica o artigo intitulado *The morphology of landscape*², no qual aponta a necessidade de reexaminar o campo da geografia e destaca a importância do estudo da paisagem, que correlaciona tempo, espaço e cultura, não estando restrita ao aspecto visual. Deste modo, Sauer (1998 [1925], p. 23) afirma que a paisagem pode ser definida como “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Esta expressão cultural é passível de ser estudada pela geografia, pois compreende as marcas da ação do homem sobre a paisagem (SAUER, 1998 [1925]).

Assim, Sauer (1998 [1925]) defende que através da ação do tempo e da cultura a paisagem natural transforma-se em paisagem cultural. Desde modo, na visão de Sauer (1998 [1925], p.23) “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. Portanto, a partir desta perspectiva, a paisagem está suscetível a sucessivas transformações, e conforme salienta Sauer (1998 [1925], p. 59) “com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem sobrepõe-se sobre o que sobrou da antiga”.

Partindo do exposto, Sauer (1998 [1925], p. 57) compreende que “a paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem”. Em complemento o autor afirma que os objetos que compõem a paisagem existem numa constante inter-relação, constituindo um sistema. Esta visão saueriana de paisagem guia os estudos da Escola de Berkeley, escola norte-americana da geografia cultural fundada por Sauer.

No âmbito da geografia francesa é possível citar os estudos de Dardel, principalmente através da obra *L’homme et la Terre - nature de la réalité géographique* (1952), em que além de outros temas o autor aborda o conceito de paisagem a partir de uma visão fenomenológica existencialista. O autor entendia paisagem como “[...] um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma

² SAUER, C. O. *The morphology of landscape*. **Publications in geography**, University of California. v. 2, n. 2, 1925, p. 19-54.

ligação interna, uma ‘impressão’, que une todos os elementos” (DARDEL, 2011 [1952], p. 30)”. Ela representa a inserção do homem no mundo, ou seja, sua geograficidade original, que consiste no vínculo existencial do homem com a Terra (DARDEL, 2011 [1952]). Estes aspectos, tratados na obra de Dardel, foram valorizados somente a partir da década de 1970, pelos geógrafos norte-americanos e, posteriormente, pelos geógrafos franceses, a partir de 1980 (HOLZER, 1999).

A partir dos anos 1970, com a renovação da geografia cultural, os geógrafos passam a considerar as experiências, percepções, emoções e sensações resultantes da relação do homem com o meio, analisando a partir daí os aspectos subjetivos (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998). É fundamental apontar que as renovações ocorridas na geografia são decorrentes, de uma transformação no âmbito das ciências sociais, resultantes das viradas linguística, espacial e cultural, as quais provocam alterações conceituais, metodológicas e epistemológicas também na geografia (CLAVAL, 2007).

Salgueiro (2001, p. 41) aponta ainda que com as transformações ocorridas os estudos da paisagem “[...] foram progressivamente incorporando os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais, sem nunca perder de vista as interligações mútuas”. Claval (2001, p. 40) corrobora com esta colocação, uma vez que o mesmo aponta que o propósito da geografia cultural “de agora em diante, trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete”. Desta maneira, além da preocupação com a tipologia das paisagens, busca-se compreender as relações sociais no espaço, assim “[...] trata-se de interrogar os homens sobre [...] a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças” (CLAVAL, 2001, p. 42).

De acordo com Corrêa e Rosendahl (1998, p. 8) “a retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas”. Foi neste momento que, segundo Holzer (1999, p. 156), “a fenomenologia passou a ser considerada enquanto método filosófico que poderia resolver alguns impasses que a esta altura se colocavam para a geografia”. A partir de então as conceituações de paisagem não consideram apenas a descrição de

atributos visuais de um sítio. Pensando o conceito de paisagem fenomenologicamente Evernden (1981³, *apud* HOLZER, 1999, p. 158) afirma que:

Ao examinar as variações vivenciadas pelo observador, a perspectiva fenomenológica pode procurar traços comuns de modo a estabelecer uma 'essência' da paisagem [...] quanto mais modos tivermos de ver uma paisagem, mais modos terá o ser de revelar-se e mais próximos estaremos da descrição da essência de fenômeno.

É neste contexto de renovação, que a partir de 1970, a Geografia Humanista surge com uma nova perspectiva para os estudos geográficos, adotando como referência as filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, neste âmbito destacam-se os trabalhos de David Lowenthal (1961), Edward Relph (1976), Yi-Fu Tuan (1976) e Anne Buttimer (1976). Portanto, se ampliam as possibilidades para o estudo da paisagem e, conforme trata Salgueiro (2001, p. 45), verifica-se, neste período

[...] o acentuar do facto da paisagem ser um território visto e sentido, cada vez mais subjectivo e elaborado pela mente. O enfoque centra-se no indivíduo, nas suas práticas e nas representações que elabora do mundo exterior, as quais condicionam por sua vez o comportamento.

Segundo Holzer (1999) a preocupação com questões epistemológicas ocorridas a partir deste período estimularam estudos como os de Lowenthal (1961), o qual apresenta uma proposta epistemológica inovadora para a época, por acreditar que a geografia poderia estudar os elementos da vida cotidiana e mundos vividos dos indivíduos, assim a partir de estudos sobre as paisagens inglesas e a cena americana, o mesmo conclui que “as paisagens são formadas por preferências paisagísticas. As pessoas veem seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que veem” (LOWENTHAL⁴, 1968, *apud* HOLZER, 1999, p. 155-156).

Na França estas perspectivas humanistas e fenomenológicas “desenvolvem-se nos anos 70 e 80 a partir das correntes focadas no espaço vivido desenvolvidas por A. Frémont como base para a divisão regional” (SALGUEIRO, 2001, p. 45). Segundo Claval (2007, p. 159) Armand Frémont defendia que “a geografia tinha de

³ EVERNDEN, N. The ambiguous landscape. **Geographical review**. n. 71, v. 2, p. 147- 157, 1981.

⁴ LOWENTHAL, D. The american scene. **Geographical review**, n. 54, v. 1, p.61-88, 1968.

falar das formas, das cores, dos cheiros, dos sons, dos ruídos. [...] Para ele, a tarefa de uma descrição incluía a experiência do espaço vivido pelas pessoas da zona estudada”.

Segundo Holzer (1999, p. 159) essa renovação do estudo da paisagem na geografia francesa ocorreu, na verdade, “a partir de dois coletivos: o que procurava estudá-la enquanto espetáculo; o que, ligado à geografia cultural, a estudava como espaço vivido”. Bailly, Raffestin e Raymond (1980) foram autores que trabalharam a perspectiva do espaço vivido, como aponta Holzer (1999), para os mesmos a paisagem reúne diferentes contextos históricos e resulta das relações sociais e da materialização da cultura, mas, além disso, reflete as atitudes e preferências cotidianas dos grupos sociais que com ela se relacionam.

Considerando a ideia de paisagem como espaço vivido, Guimarães (2003, *apud* VARGAS, 2007, p. 165)⁵ apresenta que a paisagem reúne aspectos objetivos e subjetivos, sendo “construída pelas dimensões do real e do imaginário, imprimindo marcas entre a racionalidade e a afetividade e originando complexos sistemas simbólicos”. Pode-se refletir que a paisagem é um elemento do cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, os quais as percebem a partir de simbologias, criadas a partir da relação de afetividade com elas firmada.

Entre os anos 1980 e 1990, a geografia cultural passa novamente por um período de renovação, a partir do qual as representações são valorizadas nos estudos geográficos, assim surge uma nova curiosidade pelas pesquisas envolvendo a paisagem (ALMEIDA, 2008). É ampliado neste período o temário da geografia cultural, sistemas simbólicos, representações, o papel dos sentidos, percepção, semiótica, e outros, passam a ser estudados pelos geógrafos culturais.

Nas palavras de Feiber (2008, p. 32) “[...] a Nova Geografia Cultural, do início dos anos 1980, inclui essencialmente os processos de significação, tratando dos espaços como palcos simbólicos e pesquisando a mudança destes processos através do tempo e das culturas”. Nesta colocação verifica-se a relação existente entre paisagem, tempo e cultura, conforme já apontava Sauer, mas neste momento agregava-se a possibilidade de compreender os aspectos simbólicos desta relação.

⁵ GUIMARÃES, S. T. de L. Paisagens e ciganos: uma reflexão das paisagens de medo, topofilia, topofobia. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTIS, A. J-P. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

Outro autor que contribui para o entendimento da paisagem, dentro deste momento de renovação, é Augustin Berque (1998 [1984], p. 86), para o mesmo era preciso pensar a paisagem de dois modos:

Por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc.

A paisagem como matriz pressupõe sua participação como determinante nos esquemas de percepção, concepção e ação do homem em relação ao meio. E ao mesmo tempo é objeto suscetível a múltiplas interpretações e apropriações. Este é um dos aspectos compreendidos pela geografia cultural, uma vez que esta se dedica “[...] tanto à maneira pela qual as paisagens herdadas são permanentemente reelaboradas por aqueles que as habitam, como à gênese dos traços mais espetaculares da organização do espaço. (GHORRA-GOBIN, 1994, *apud* CLAVAL, 1999, p. 312)”⁶.

A geografia anglo-saxônica apresenta também novas concepções, e os geógrafos paisagistas, como Cosgrove (1984) e Duncan (1990), auxiliam na reconstrução do conceito de paisagem, baseando-se nas novas premissas impostas pela pós-modernidade (ALMEIDA, 2008). Os mesmos veem a paisagem como transmissora de mensagens e detentora de símbolos, que exprimem as subjetividades das sociedades, suas preferências e ideologias. Vargas (2007, p. 164) corrobora com tal colocação ao afirmar que “a paisagem não se restringe somente a substrato ou meio, mas expande-se em significados [...]”. Estas mensagens nem sempre são de fácil compreensão, pois demandam entender a própria sociedade, para posteriormente decodificar os símbolos e signos impressos na paisagem.

Ao considerar-se que a paisagem é simbólica, sendo marcada por diferentes significações e simbolismos, no âmbito da geografia cultural renovada, Cosgrove (1998, p. 101) trata a paisagem “como um texto cultural, mas reconhecendo que os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas”. É preciso, portanto, conhecer a linguagem

⁶ GHORRA-GOBIN, C. **Penser la ville de demain**: Qu'est-ce qui institue la ville? Paris: L'Harmattan, 1994.

inscrita nas paisagens, para assim compreendê-las, mas para tanto é preciso ter consciência que há diferentes possibilidades de leitura e interpretações. Almeida e Araujo (2009, p. 8) corroboram com esta interpretação, pois avaliam que:

A paisagem é percebida como um dos elementos centrais num sistema cultural, um conjunto ordenado de objetos, passível de ser interpretado como um texto e que atua como um sistema de criação de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado. [...] 'Olhar a paisagem não é um ato neutro', a sua leitura é um caminho para desvendar representações, valores e significados [...] (ALMEIDA; ARAÚJO, 2009, p. 12).

Tal colocação apresenta não apenas o papel da paisagem como fonte de informação sobre a cultura de uma sociedade, como também a necessidade de compreender que a mesma vai além dos aspectos físicos.

Os estudos em geografia cultural e geografia humanista atualmente possuem um amplo leque temático, e da mesma forma a paisagem é trabalhada sob diferentes perspectivas. Neste sentido, Cosgrove e Jackson (2007) indicam que os estudos recentes reconstróem os conceitos de paisagem e cultura, pois se observa que a paisagem não é um simples conjunto de elementos físicos e estáticos, mas sim um reflexo da cultura, da história das sociedades, de processos de significação e identidade.

A partir destas diferentes perspectivas de abordagem do conceito de paisagem, nesta dissertação se considera como base o conceito de Berque (1998 [1984]) a qual vê a paisagem como marca e matriz, uma vez que se corrobora com o autor quando este afirma que a paisagem influencia e é influenciada por percepções e interpretações, reflexos do contexto sociocultural dos sujeitos que com ela se relacionam.

1.1.1 Paisagem urbana

Como este trabalho se dedica ao estudo de uma paisagem urbana que compõe o espaço urbano de Curitiba, julgou-se fundamental tratar das relações entre a paisagem urbana, a memória e a percepção.

A paisagem urbana pode ser entendida como uma paisagem cultural, uma vez que ela resulta da ação do homem e da cultura sobre o meio. A paisagem

urbana é adotada como temática pelos geógrafos culturais somente após o início da década de 1970, coincidindo com o movimento de renovação da geografia cultural, marcada a partir de então por uma maior pluralidade epistemológica (CORRÊA, 2007a).

Anteriormente, a este movimento de valorização do urbano pela geografia cultural, os estudos eram voltados principalmente para as sociedades tradicionais e rurais, pois de acordo com Corrêa (2007a, p. 167)

[...] os geógrafos da Escola de Berkeley adotaram uma perspectiva antiurbana, enfatizando o rural, o passado e as sociedades primitivas ou atrasadas, pouco ou nada interessando-se pelo urbano. [...] A tradição francesa, por outro lado, privilegiou as regiões longamente enraizadas, particularmente na Europa e regiões tropicais, nas quais se ressaltam os gêneros de vida, expressões e matrizes culturais, eminentemente rurais, e as paisagens agrícolas.

Entretanto, com a renovação ocorrida, os estudos geográficos são marcados por uma maior variedade de temas, entre eles a paisagem urbana, a qual passa a ser compreendida pela Geografia Cultural a partir de sua ligação com aspectos como apropriação, percepção e representações.

Quando se fala em paisagem urbana a partir de uma perspectiva cultural é preciso reconhecer que a mesma é multidimensional, assim vale-se da contribuição de Corrêa e Rosendahl (1998, p. 8) quando estes afirmam que a paisagem:

[...] tem uma **dimensão morfológica**, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma **dimensão funcional**, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma **dimensão histórica**. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma **dimensão espacial**. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma **dimensão simbólica** [grifo meu].

Evidenciam-se nesta colocação as dimensões da paisagem, as quais coexistem e conferem às características fundamentais à formação da paisagem, enquanto elemento objetivo e subjetivo, passível de diferentes percepções e interpretações. Assim, a paisagem “representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são base do ser social das pessoas” (HOLZER, 1999, p. 165).

Neste viés, pode-se afirmar que as paisagens urbanas criam-se e renovam-se, ao longo do tempo, em decorrência dos momentos históricos e anseios da sociedade. Portanto, analisar a paisagem urbana permite evidenciar a história dos lugares, uma vez que a mesma é composta por elementos que refletem uma sociedade e sua cultura, e conferem a ela identidade e a tornam simbólica.

Holzer (2005) destaca que o artigo 'Past Time, Present Place: Landscape and Memory' de David Lowenthal (1975)⁷, apresenta uma discussão sobre como a apropriação do passado através da memória influi na constituição de paisagens, uma vez que no artigo o autor

[...] enfatiza como a durabilidade de muitos artefatos e outros traços do passado geram sentimentos e adições que vão se acumulando, contribuindo para manter a presença do passado em forma de nostalgia. Nosso passado seria alterado e conformado por nossa memória, gerando a reconstrução e até invenção de cenas passadas, o que pode fazer de determinadas paisagens relíquias do que realizou a fantasia histórica (HOLZER, 2005, p. 30).

Deste modo, pode-se dizer que a paisagem detém marcas da evolução histórica de um grupo social, tais marcas ancoram as memórias individuais e coletivas, o que reforça a ligação deste grupo com sua paisagem vivida. Este processo pode ser compreendido na paisagem urbana a partir das edificações que a compõem, mas também pelas práticas sociais e culturais que a envolvem.

Esta relação entre memória e paisagem urbana, é compreendida aqui a partir dos pressupostos de Halbwachs (1990) sobre o que se entende como memória. O mesmo não acredita que o passado possa ser conservado intacto na mente dos indivíduos, pois não há possibilidade de desvincular a interferência do presente na memória, isso porque para ele a lembrança trata-se de uma "reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente" (HALBWACHS, 1990, p. 71). Além disso, para o autor toda memória é coletiva, isso porque a memória individual é influenciada pelas experiências coletivas que constituem as representações socioculturais. É por este motivo que Halbwachs (1990) se propõe a estudar não a memória, como tal, mas os quadros sociais da memória, os quais estão relacionados a um contexto espacial.

⁷ LOWENTHAL, D. Past Time, Present Place: Landscape and Memory. **Geographical Review**, n. 65, v. 1, p. 1-36, 1975.

Tendo-se consciência da importância da memória na relação do indivíduo para com a paisagem urbana, vale ressaltar ainda as reflexões de Nora (1993), segundo o qual

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.[...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura e projeções. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 9).

Ao esmiuçar o que entende por memória, Nora (1993) destaca a relação desta com o grupo, que permite ao mesmo criar uma unidade e da mesma forma uma identidade, assim ela revela ao mesmo tempo o individual e o coletivo. Deste modo, verifica-se que a identidade está ligada diretamente à memória, correspondendo ainda ao conjunto de características que permitem os grupos e lugares se diferenciarem entre si.

Assim, esta memória individual e coletiva, se inscreve nas ruas, nas edificações, nos monumentos e em outros elementos que compõem a paisagem urbana e a conferem unidade e significados, de modo a servir de suporte às elaborações simbólicas e às representações da identidade coletiva. Neste sentido, para Holzer (2000) a paisagem pode ser entendida como um receptáculo da memória.

E apesar das transformações que ocorrem na paisagem os indivíduos são capazes de através da memória manter vivas imagens desta paisagem em momentos distintos e por vezes reconhecer na paisagem atual pontos de referência ao passado que fazem parte da memória coletiva. Isso ocorre porque, segundo Halbwachs (1990, p. 127) as pessoas que “conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a um outro tempo e a um outro passado”. O mesmo autor destaca que “quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”

(HALBWACHS, 1990, p. 131), assim o grupo imprime sua marca no espaço, mas ao mesmo tempo é influenciado pelas marcas que lá já existiam.

Do mesmo modo, para Almeida (2010, p. 10) apreender o significado da cidade “[...] através dos marcos referenciais na paisagem, dos espaços construídos, e das ações dos atores sociais que ajudaram a compor sua imagem singular, é penetrar em sua essência ver e sentir a cidade”.

Assim verifica-se que na paisagem urbana se inscrevem memórias e formas, as últimas podem configurar-se como patrimônio cultural, e neste sentido, Paes (2009, p. 166) defende que:

[...] é na paisagem que essas heranças e memórias, tomadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê mundo. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor.

A paisagem é vista, então, como um fato social e cultural, capaz de materializar as características da sociedade no patrimônio que a compõe, exigindo sempre a existência de um sujeito que com ela se relacione e lhe confira significados, funções e valores. Sobre o aspecto da identificação dos grupos culturais com a paisagem Guimarães (2003, *apud* VARGAS, 2007, p. 165)⁸ discorre que “à medida que os grupos culturais reencontram suas paisagens como um prolongamento da própria identidade, essas relações são intensificadas, interiorizadas [...]”.

Sautter (1979, *apud* BONNEMAISON, 2002, p. 91)⁹ compartilha desta visão, uma vez que afirma que a paisagem é, ao mesmo tempo, “o prolongamento e o reflexo de uma sociedade, e um ponto de apoio oferecido aos indivíduos para se pensar na diferença com outras paisagem e sociedades”. Bonnemaïson (2002, p. 91) complementa que “a correspondência entre o homem e os lugares, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”. Assim, não há uma paisagem unificada, mas

⁸ GUIMARÃES, S. T. de L. Paisagens e ciganos: uma reflexão das paisagens de medo, topofilia, topofobia. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTIS, A. J-P. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

⁹ SAUTTER, G. Le paysage comme connivence. **Hérodote**, n. 16, p. 40-67, 1979.

diferentes paisagens, cada qual resultante dos processos sociais e culturais por ela sofridos, reflexo da relação sujeito e paisagem. Neste sentido, ao refletir sobre a relação dos sujeitos com a cidade Viapiana (2008) relata:

A história de uma cidade existe e é contada porque cada pessoa que vive nela deixa marcas, rastros, que ajudam a formar, transformar, preservar e difundir a sua cultura. Cada uma dessas pessoas vê a cidade do seu jeito. Esses olhares são sinais de uma relação afetiva que se estabelece entre as pessoas e a cidade - de amor ou ódio. Quanto mais intensa a relação, mais ricos os registros que ficam para a história (VIAPIANA, 2008, p. 1).

Nesta colocação, é pertinente destacar tanto o papel dos sujeitos na conformação de uma cidade e, conseqüentemente da sua paisagem, mas também o fato de que cada indivíduo estabelece uma relação distinta com a mesma. Sendo relevante, portanto, identificar estas diferentes relações que se estabelecem.

Com a globalização ampliou-se a preocupação em preservar as paisagens urbanas, não como forma de congelá-las no tempo, como elementos estáticos, mas reproduzir os valores culturais que as mesmas reúnem, de forma a perpetuar seu significado nas sociedades atuais. Atenta-se para o fato de que na atualidade são diversos os fatores que influem na evolução das paisagens, estas são compostas por ações de atores variados, cada qual imprime significações e características que lhes identificam, conforme os diferentes extratos do tempo. Por este viés, Almeida e Araújo (2009, p. 7) destacam que:

A cultura sendo dinâmica, mudando ao longo do tempo, a paisagem também se desenvolve, passando por fases estabelecendo, ao final, uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. Pode-se deduzir que a paisagem é composta por um conjunto de formas heterogêneas de diferentes idades que representam os vários modos de produção e de construção do espaço.

Com enfoque nas formas que compõem a paisagem urbana, podem-se citar os estudos que tratam de maneira mais específica dos componentes físicos que moldam as paisagens, neste âmbito é possível indicar as contribuições de Cullen (1971), Boullón (1985) e Relph (1987).

Pensando na heterogeneidade de formas, as quais compõem a paisagem urbana, Cullen (1971) trata a mesma como uma arte do relacionamento, isso porque o mesmo defende que a paisagem urbana é uma reunião de elementos naturais e culturais que se relacionam e despertam emoções nos sujeitos que com ela se

relacionam. Neste sentido, o autor relaciona três aspectos que suscitam efeitos emocionais nos sujeitos:

- a) ótica: neste aspecto o autor destaca a visão serial, a qual pressupõe que quando um indivíduo percorre a cidade, “a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas” (CULLEN, 1971, p. 11);
- b) local: este segundo aspecto está vinculado “às nossas reacções perante nossa posição no espaço” (CULLEN, 1971, p. 11), assim suscita no sujeito-observador sentimentos de pertencimento, apropriação e proteção;
- c) conteúdo: este aspecto está relacionado “a própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo que a individualiza” (CULLEN, 1971, p. 13).

Ao tratar da paisagem urbana a partir dos elementos materiais que a compõem, Boullón (1985) determina que existem variáveis que conformam a paisagem urbana, sendo elas: tipos de urbanização (quanto ao tamanho, altura e funções das edificações), nível socioeconômico das edificações (ligada ao nível socioeconômico dos indivíduos e da área), estilo arquitetônico (antigo ou moderno), topografia, tipo de rua (quanto a largura e arborização), tipo de pavimentação (quanto a ausência ou presença de pavimentação, e o material utilizado) e tipos de árvores (quanto ao porte).

Relph (1987), por sua vez, ao estudar a paisagem urbana faz uma comparação entre as paisagens urbanas modernas (onde a preocupação estava voltada para o caráter funcional) e as pós-modernas, assim o mesmo revela que as últimas são mais adequadas, pois “[...] são o produto da acção combinada da preservação do património histórico, do *design* urbano, da arquitetura pós-moderna, da nobilitação comercial e residencial e do planeamento comunitário.” (RELPH, 1987, p. 223). De modo a esclarecer tal colocação julga-se importante apresentar o entendimento de Relph (1987) em relação aos elementos apresentados:

- a) *design* urbano: “[...] dá valor à coerência do panorama da cidade, incluindo as zonas históricas, as relações entre os edifícios antigos e novos, as formas dos espaços e aos pequenos melhoramentos de ruas [...]” (RELPH, 1987, p. 201), sendo assim um equivalente ao planejamento;
- b) nobilitação comercial e residencial refere-se a revitalização de áreas comerciais e residenciais de modo a combinar elementos antigos e novos

na arquitetura das edificações, associada muitas vezes a novos usos destes espaços (RELPH, 1987);

- c) arquitetura pós-modernista é entendida como aquela “[...] largamente baseada no revivalismo selectivo e autoconsciente de elementos de estilos antigos [...]” (RELPH, 1987, p. 189);
- d) planejamento comunitário trata-se de uma forma de planejamento urbano de pequena escala e, desta forma, “[...] implica um grande nível de participação dos cidadãos e de espírito de iniciativa [...]” (RELPH, 1987, p. 204).

Deste modo, a paisagem urbana pós-moderna, na visão de Relph (1987) é resultado de uma revalorização do antigo e sua consequente relação com as estruturas modernas e novos usos, que seria o modelo mais adequado.

É oportuno destacar também autores como Lynch (1974) e Bailly (1979), os quais ao tratarem da relação entre o sujeito e a paisagem urbana apontam o papel da percepção neste processo.

Deste modo, para Lynch (1974) a percepção da paisagem urbana ocorre de forma fragmentada e depende da associação entre todos os sentidos (visão, olfato, audição, tato e paladar). Em seu estudo o autor destaca o papel das formas materiais (como: vias, limites, bairros, pontos focais e marcos) que compõem a paisagem na conformação de uma imagem da mesma, o que ele denomina como “imagem pública”. Assim, esta imagem que Lynch trabalha é essencialmente visual, não considerando os elementos invisíveis que a conferem uma significação, retrata Bailly (1979).

A percepção da paisagem urbana não é simples, pois ela é uma associação entre os estímulos do meio (que não provocam as mesmas reações em todos os indivíduos) e os processos mentais que envolvem o sujeito (resultantes de suas experiências vividas, conhecimentos prévios, memórias e imaginação), elucida Bailly (1979). Para o autor deve-se considerar ainda que a percepção da paisagem urbana supõe a identificação de elementos singulares (pontos de referência que estruturam a paisagem e orientam o indivíduo) e elementos constantes (os quais caracterizam o tecido urbano e o tornam homogêneo), mas também, a interação da experiência individual (BAILLY, 1979). É partir de seu sistema de referências que o indivíduo cria uma imagem da paisagem urbana, deste modo, sendo a percepção simbólica, tais

imagens expressam, em parte, o conteúdo subjetivo e afetivo da cidade (BAILLY, 1979).

Como visto diferentes são as imagens que os indivíduos criam em relação à paisagem urbana, destaca-se aqui que esta imagem pode estar atrelada não apenas a afetividade, mas também ao medo, que pode ser particular a um indivíduo ou comum ao grupo que o mesmo pertence, sob este aspecto Tuan (2005) afirma que

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um ambiente físico desorientador [...] (TUAN, 2005, p. 234)

Isso como consequência da má conservação das construções, dos ruídos, do trânsito caótico, da violência, da pobreza explícita nas ruas, e outros elementos, que acabam criando paisagens do medo, conforme destaca Tuan (2005). Estas paisagens dizem “[...] respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real” (TUAN, 2005, p. 12), assim os perigos podem ser reais ou imaginários, e “[...] as paisagens do medo não são situações permanentes da mente, ligadas a segmentos imutáveis da realidade tangível”, elas se alteram ao longo da vida dos indivíduos e a partir das experiências vividas. Deste modo, os indivíduos tendem a buscar maneiras para controlar o medo em relação a determinadas paisagens, chegando a não frequentá-las, criando-se assim uma relação de topofobia.

No viés fenomenológico, entende-se que através dos sentidos os seres humanos se relacionam com o meio, assim cada indivíduo a partir de suas referências pessoais e sua vivência, percebe o mundo exterior de formas distintas. Assim, a paisagem urbana pode ser fonte de diversas significações, que são estabelecidas a partir da percepção que cada indivíduo possui da mesma.

Holzer (1999) destaca a influência fenomenológica nos estudos de Collot (1986)¹⁰, que entendia paisagem enquanto espaço percebido e vivido, o mesmo defendia que não é possível falar de paisagem, sem falar em percepção, ou seja, o sujeito percebe a paisagem através dos sentidos e lhe confere significados e simbologias. Deste modo, para Collot (1986), as definições de paisagem percebida remetem a três elementos:

¹⁰ COLLOT, M. Points de vue sur la perception des paysages. **L'espace Géographique**, n. 3, 1986.

- a) ponto de vista: pressupõe que paisagem e sujeito são inseparáveis, sendo a paisagem definida a partir do ponto de vista que é observada pelo sujeito;
- b) parte: ao observar a paisagem o sujeito visualiza apenas parte dela, em decorrência da abrangência de seu campo visual;
- c) unidade: a paisagem se constitui como uma totalidade coerente.

Tuan (1980) também adota o método fenomenológico em seus estudos e, ao tratar da percepção destaca que

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 4).

É neste sentido que este trabalho busca compreender a percepção que os moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade estavam tendo da paisagem onde estão inseridos e, de que forma, esta paisagem adquire um sentido de lugar.

1.1.2 O sentido de lugar na leitura da paisagem

Ao falar na paisagem urbana como uma paisagem cultural pressupõe-se que ela retrata diferentes períodos, sofre transformações ao longo da história e das gerações, sendo um discurso da memória, mas também se constitui como um objeto de afeto e de nostalgia, que a torna íntima para os sujeitos que com ela se relacionam, que lhe conferem diferentes interpretações (ANDREOTTI, 2008). É sob esta perspectiva de afeto e intimidade do sujeito para com a paisagem cultural que se torna possível pensar no sentido de lugar. Kashiwagi (2011, p. 158) trata desta relação ao afirmar que

O vislumbramento de uma paisagem cultural nos faz refletir sobre o processo de encantamento de uma pessoa sobre determinada paisagem, pois as percepções e relações dela com o meio podem contribuir na construção de seus sentimentos. Isso nos remete a dizer que o sentido de lugar é diferente de uma pessoa para outra, pois suas percepções sobre um lugar estão relacionadas às suas experiências e vivências. Sutis distinções que nos remetem a compreender o que representa a categoria de lugar no contexto da paisagem cultural.

É a partir desta visão que se julga pertinente o estudo do sentido de lugar, de modo, a compreender a concepção de uma paisagem cultural. Na experiência do lugar existe a sensação de familiaridade e afeição, por isso o papel do tempo, da vivência prolongada, é fundamental para a caracterização do lugar. O sentido de lugar está, desta forma, atrelado a conexão dos indivíduos com lugares de importância pessoal, como o lar, o bairro, a cidade e a pátria.

Bailly (1979) apresenta contribuições para compreensão do sentido de lugar, assim ao tratar das questões referentes ao espaço urbano e suas transformações, o autor afirma que o apego do indivíduo ao espaço possui uma dimensão oculta, e esta é o sentido de lugar, que está relacionado às experiências e à familiaridade somadas a atribuição de valores. Assim, para Bailly (1979) o sentido de lugar reflete uma imagem individual e coletiva ligada à história, à cultura e aos vínculos simbólicos.

Segundo, Agnew¹¹ (1987, *apud* CRAVIDÃO; MARUJO, 2012) existem três aspectos fundamentais para o entendimento de um lugar: a localização (em termos de coordenadas fixas de um ponto), a localidade (composta por formas materiais) e o sentido de lugar, sendo o último entendido como a vinculação subjetiva e emocional que as pessoas têm com uma determinada localização. Deste modo o lugar pode ser entendido como conceito, mas também como uma forma de conferir sentido ao espaço através das representações, uma forma de compreender o mundo a partir dos sentidos e das experiências.

O geógrafo humanista, Yi-Fu Tuan (1980) aborda o conceito de lugar relacionando-o com a subjetividade e as experiências do indivíduo. Outro conceito apontado, por Tuan (1980) e também pelo filósofo Bachelard (2003), que pode ser aplicado a esta discussão, é o conceito de topofilia, compreendido como o “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal [...]” (TUAN, 1980, p. 5). Bachelard (2003) relaciona topofilia à intimidade, assim aponta que existem ‘espaços de intimidade’ que atraem o homem, por questões de memória ou segurança. Deste modo, topofilia remete ao envolvimento cultural do homem com o meio, este permeado por afetividade, percepções, sensações, pertencimento e identidade, assim é um sentimento despertado pelo espaço apropriado pelo indivíduo.

¹¹ AGNEW, J. **Place and politics**: the geographical mediation of state and society. Boston: Allen & Unwin, 1987.

Sob este aspecto, Tuan (1983, p. 6) aponta que o lugar remete à segurança e afirma que “[...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”, deste modo para o autor “[...] as ideias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra” (TUAN, 1983, p.6). Assim como, a ideia de lugar está diretamente ligada à ideia de experiência, uma vez que a última influi na existência de uma intimidade do sujeito para com o lugar. Há, na verdade, uma influência mútua entre o sujeito e o lugar, uma vez que o primeiro através da convivência cria um elo afetivo com o lugar, e o lugar por sua vez transmite ao indivíduo a sensação de proteção e segurança.

A ideia de experiência compreende, segundo Tuan (1983, p. 9), “[...] as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Assim, ela envolve o sentir e o perceber (através dos cinco sentidos: olfato, paladar, audição, visão e tato), mas envolve também a emoção e o pensamento, e “[...] implica na capacidade de apreender a partir da própria vivência. [...] significa atuar sobre o dado e criar a partir dele” (TUAN, 1983, p.10), sendo que através da experiência o espaço pode converter-se em lugar.

A relação entre tempo e lugar também é outra questão estudada por Tuan (1983), para ele existem várias possibilidades de abordar esta relação, porém o mesmo se dedica a três delas: “[...] tempo como movimento ou fluxo, e lugar como pausa na corrente temporal; afeição pelo lugar como uma função do tempo [...]; e lugar como tempo tornado visível, ou lugar como lembrança de tempos passados” (TUAN, 1983, p. 198).

No primeiro caso, Tuan (1983, p. 198) refere-se ao lugar como “um mundo de significado organizado”, o qual apesar dos movimentos do tempo, é dotado por uma ideia de estabilidade e pelos significados que os indivíduos atribuem a ele, isso porque “os lugares de importância pessoal não mudam com o passar dos anos” (TUAN, 1983, p. 202), é nesta perspectiva que se encontra o sentido de lugar.

Relacionada a esta primeira perspectiva, tem-se a segunda, a qual refere-se a relação tempo, lugar e afetividade, pois segundo Tuan (1983), para que o indivíduo sinta o lugar é necessário tempo, e resulta das experiências e vivências cotidianas que se repetem ao longo dos anos, trata-se de conhecer o lugar e este é “[...] um tipo de conhecimento subconsciente. Com o tempo nos familiarizamos com o lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido” (TUAN, 1983, p. 203).

A última questão refere-se às formas de se enraizar o tempo no lugar, sob este aspecto Tuan (1983) destaca o fato de objetos segurarem o tempo, estes podem ser objetos pessoais ou até mesmo construções e monumentos. Para o autor este interesse pelo passado varia de acordo com a sociedade e o período histórico, ele, no entanto, revela que a preservação de prédios e bairros históricos é resultado de escolhas, e não necessariamente permite cultivar um sentido de lugar, este processo é mais complexo e depende dos pontos aqui já apontados.

Assim como para Tuan (1980), para Relph (1979) as experiências têm papel fundamental para a formação do sentido de lugar, estas são um processo contínuo resultante das vivências cotidianas. Assim, o sentido de lugar ultrapassa o sentido de localização espacial, pois o lugar é

[...] um tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança. [...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo (RELPH, 1979, p. 19).

Nesta colocação verifica-se a similaridade entre os estudos de Tuan (1980) e Relph (1979), no que tange ao papel da experiência no entendimento e concepção do lugar e também na afeição e segurança atribuídos a ele. Para Relph (1979, p. 41) “[...] uma relação profunda com os lugares é tão necessária, e talvez tão inevitável quanto uma relação próxima com as pessoas; sem tais relações, a existência humana, embora possível, fica desprovida de grande parte de seu significado”.

Outra autora que trabalha o sentido de lugar é Buttimer (1985), a mesma defende que este se refere à ligação entre o sujeito e o espaço vivido, sendo esta permeada por dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas (BUTTIMER, 1985). Deste modo, para a autora cada indivíduo possui um ‘lugar natural’, o qual se configura como ponto de referência para o indivíduo, sendo circundado por camadas concêntricas, “[...] da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação” (BUTTIMER, 1985, p. 178), que vão formando o sistema de referências do indivíduo.

Tendo exposto tais reflexões considera-se aqui que das relações do indivíduo com a paisagem, pode emergir o sentido de lugar, uma vez que este será resultado da vivência prolongada, das experiências vividas e da afetividade criada entre o indivíduo e sua paisagem cotidiana. E, nesta perspectiva, o patrimônio cultural que

compõe uma paisagem pode configurar-se como um marco de referência para os indivíduos e favorecer o fortalecimento da ligação do sujeito com a paisagem e, conseqüentemente, contribuir para a formação do sentido de lugar.

Uma forma de se estudar questões como estas, marcadas pela subjetividade e pautadas nas experiências dos indivíduos é através de uma abordagem fenomenológica, assim buscou-se identificar de que forma a fenomenologia passa a integrar os estudos geográficos e de que forma esta contribui para a presente dissertação.

1.1.3 A abordagem fenomenológica na geografia

Com o propósito de melhor compreender a inserção da fenomenologia nos estudos geográficos é válido mencionar a origem deste movimento filosófico. Dartigues (1973) aponta que o termo é citado inicialmente por Lambert (1728-1777) o qual entendia a fenomenologia como “[...] a teoria da ilusão sob suas diferentes formas” (DARTIGUES, 1973, p. 11). Identifica-se uma possível influência de Lambert no fato de Kant (1724-1804) retomar o uso do termo ‘fenomenologia’; em um primeiro momento em carta escrita à Lambert, em 1770, e, posteriormente, na ‘Carta a Marcus Herz’ (1772), na qual Kant esboça a obra ‘Crítica da razão pura’ (1781), conforme aponta Dartigues (1973). A fenomenologia se fazia presente na mencionada obra, pois a crítica kantiana:

ao se entregar a uma investigação do sujeito e das ‘funções’ do espírito, se dá por tarefa circunscrever o domínio do parecer ou ‘fenômeno’. [...] Podemos, pois, dizer que, se já encontramos em Kant uma fenomenologia no sentido rigoroso do termo, essa não é senão uma *fenomenologia crítica* (DARTIGUES, 1973, p. 12).

Entretanto, Kant não dá prosseguimento às reflexões voltadas ao termo fenomenologia, sendo que é através Hegel (1770-1831), com a obra ‘Fenomenologia do espírito’ de 1807, que o termo passa a compor a tradição filosófica (DARTIGUES, 1973). Na visão de Hegel a fenomenologia não se tratava de

[...] constituir uma filosofia na qual a verdade do absoluto se enunciaria fora ou à parte da experiência humana, mas de mostrar como o absoluto está

presente em cada momento dessa experiência, seja ela religiosa, estética, jurídica, política ou prática (DARTIGUES, 1973, p. 12).

Assim, partindo do estudo do movimento do espírito, a fenomenologia poderia definir-se enquanto método e filosofia. No entanto, também não é a fenomenologia hegeliana que vai se perpetuar no século XX como movimento filosófico, é atribuída ao filósofo Edmund Husserl (1859-1938) a consolidação da fenomenologia como linha de pensamento e sua adoção a partir de um novo significado, conforme destaca Dartigues (1973), o qual ainda afirma que

[...] enquanto a fenomenologia de tipo kantiano concebe o ser como o que limita a pretensão do fenômeno ao mesmo tempo em que ele próprio permanece fora do alcance, enquanto inversamente, na fenomenologia hegeliana, o fenômeno é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser, a fenomenologia husserliana se propõe como fazendo ela própria, as vezes, de ontologia pois, segundo Husserl, o sentido do ser e o do fenômeno não podem ser dissociados (DARTIGUES, 1973, p. 13).

Os estudos de Husserl, que consideravam a fenomenologia enquanto método e, ainda, como modo de ver a essência do mundo e de tudo que nele existe, influenciaram outros filósofos, como Martin Heidegger (1889-1976), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e Sartre (1905-1980), que se dedicaram a fenomenologia existencialista (KASHIWAGI, 2011). Estes estudos vão ser contemplados pela geografia a partir de século XX, de forma mais efetiva, a partir da década de 1970 com o desenvolvimento da vertente humanista da geografia (HOLZER, 1999; 2001; 2003).

Entretanto, ao abordar a relação entre a fenomenologia e a geografia, faz-se necessário destacar que já nos estudos de Sauer (1998 [1925]) houve menção a fenomenologia, pois ao tratar do campo da geografia o autor afirma que em “[...] todo o campo do conhecimento é caracterizado pela sua preocupação explícita com um certo grupo de fenômenos que ele se dedica a identificar e ordenar de acordo com suas relações” (SAUER, 1998 [1925], p. 13), assim a geografia também deveria valer-se da perspectiva fenomenológica em seus estudos.

Holzer (2001; 2003) em seus estudos destaca também o papel de Eric Dardel na abordagem da fenomenologia existencialista no âmbito da geografia, destacando que seu objetivo era “[...] fazer uma análise fenomenológica da relação visceral que o homem mantém com a Terra” (HOLZER, 2001, p. 103), pois ele não aceitava que a geografia adota-se os moldes positivistas na condução de seus estudos.

Os estudos de Dardel vão ser retomados por Edward Relph na década de 1970, quando este destaca a importância do método fenomenológico para a renovação da geografia (HOLZER, 2001). Relph defendia que “Dardel combina efetivamente o trabalho de fenomenologistas, como Heidegger, Minkonski e Bachelard, com descrições de experiências geográficas feitas por poetas, novelistas e geógrafos” (RELPH, 1979, p. 2), mas, no entanto, não era reconhecido pelos geógrafos até então.

Sobre o modo com o qual adota a fenomenologia Relph (1979, p. 02) afirma

Em particular, faço uso explícito de ideias fenomenológicas do mundo-vivido ('life-world') e dos métodos fenomenológicos; também argumento que as experiências variadas e mesmo contraditórias que nós temos de espaços, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes com os nossos modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em 'geograficidade', a base preconsciente e preconceitual da Geografia.

Os sentimentos (agradáveis ou não) que o indivíduo nutre em relação ao seu lugar de vivência e o resultado das experiências cotidianas configuram a geograficidade a qual se refere Relph (1979). Holzer (2003) afirma que os estudos de Relph incentivaram outros geógrafos a adotar a fenomenologia como método para investigações sobre o mundo cotidiano.

Conforme apontado anteriormente, ao realizar importantes investigações sobre os conceitos de toponímia, espaço e lugar, relacionando questões como percepção e experiência, Tuan (1980;1983), também se apoia na fenomenologia. O autor considera que através de suas experiências no espaço, o indivíduo o confere significados, que com o passar do tempo permitem criar laços efetivos, permeados de subjetividade, assim o espaço (antes abstrato), se transforma em lugar, compondo o mundo vivido do indivíduo, e através da fenomenologia poderia ser explorada esta questão (TUAN, 1980).

Do mesmo modo, Buttimer (1985) discute uma aproximação entre a geografia e a fenomenologia, assim a autora apresenta que se a fenomenologia pode contribuir para exploração de novas facetas na pesquisa geográfica é importante aprofundar-se nesta relação. A autora destaca que três noções são capazes de possibilitar um diálogo entre a geografia e a fenomenologia, sendo eles: a noção de corpo-sujeito (referente às relações entre o corpo humano e seu mundo); a noção de intersubjetividade (referente à relação entre o indivíduo e o meio, permeada pela

herança sociocultural); e, por fim, a ideia de ritmos do tempo-espaço (influi na dinâmica da experiência do mundo vivido) (BUTTNER, 1985).

Conforme destaca Nigro (2010, p. 66-67):

A fenomenologia se preocupa em captar a essência das coisas a partir de atos particulares da consciência, através da suspensão de ideias prévias relacionadas à natureza dos objetos (ideia de contemplação desinteressada). A fenomenologia subentende que a consciência humana se forma a partir das experiências vividas (que portam a intuição e a percepção), através das quais os indivíduos, entram em contato com o mundo dos objetos exteriores.

Deste modo, a fenomenologia busca captar a essência dos objetos, através da identificação de como eles são vivenciados, assim se preocupa em identificar a estrutura e o significado implícito das experiências vividas pelos indivíduos, valorizando-os em seu espaço de vida, fazendo compreender as visões de mundo dos mesmos. É, neste sentido, de valorizar as experiências e as vivências dos indivíduos para a compreensão dos fenômenos, que a fenomenologia é tida como ponto importante para a presente dissertação.

A partir do exposto, a fenomenologia não será utilizada aqui como método, mas como forma de buscar a essência das experiências dos indivíduos na paisagem estudada, buscando desvendar os significados que os sujeitos atribuem à mesma e a possível criação de um sentido de lugar.

1.2 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Como informado anteriormente o objeto de estudo desta pesquisa trata-se do Paço da Liberdade e seu entorno, o edifício em questão é tombado nas três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal) sendo reconhecido como patrimônio cultural a ser preservado e valorizado. Assim, na perspectiva deste trabalho é importante fundamentar as reflexões a respeito do patrimônio cultural tombado, sendo essencial analisar a trajetória da definição dos elementos reconhecidos como patrimônio cultural, a revitalização destes bens e a apropriação dos mesmos pelo turismo.

Propriedade, herança e memória, três elementos balizadores do conceito de patrimônio, os quais vão guiar as abordagens iniciais do termo, uma vez que

segundo Choay (2001), a palavra patrimônio originalmente referia-se àquele conjunto de bens pertencentes aos pais e que herdados pelos filhos caracterizavam-se como elementos de memória daquele grupo familiar. Conforme trata a autora o patrimônio “esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001, p. 11).

A ideia de patrimônio estava atrelada também a ideia de bens materiais de propriedade privada e, conseqüentemente poder, não havendo o conceito de patrimônio público, conforme retratam Funari e Pelegrini (2006). Neste sentido Dias (2006) aponta que, na Idade Antiga, os bens pertencentes às famílias nobres eram os que detinham grande valor material e histórico, e por isso eram entendidos como patrimônio.

Em contraposição a esta concepção de patrimônio privado, verificam-se durante a Idade Média os primeiros sinais de tratamento do patrimônio com um bem coletivo que deveria ser valorizado, enquanto expressão cultural, estética e sagrada (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Segundo Santos (2007, *apud* NEVES, 2009)¹² o caráter sagrado resulta da constituição de um patrimônio religioso do catolicismo, que influenciou na ampliação do conceito de patrimônio como bem coletivo uma vez que “ao caráter aristocrático do patrimônio se somou o simbólico, esse sim, ao alcance das massas [...] (SANTOS, 2007, *apud* NEVES, 2009, p. 116)¹³”.

Segundo Funari e Pelegrini (2006) não demorou a ocorrer um movimento das elites para uma nova exaltação do patrimônio aristocrático, tal processo ocorreu através da “monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. [...] a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12).

No período do Renascimento, o caráter aristocrático é mantido, porém, conforme apontam Funari e Pelegrini (2006) os valores humanos sobrepõem-se ao domínio da religião, assim os humanistas no anseio de venerar tudo o que fosse antigo fundaram o Antiquariado, que consistia em reunir antiguidades através de inventários e coletas. Deste modo o patrimônio

¹² SANTOS, N. F. Da Roma Antiga à globalização: patrimônio urbano para quem? **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 159-179, jul.-dez. 2007. p. 161.

¹³ *Ibidem*, p. 161.

[...] começou a ser identificado como o passado histórico, que apresenta suas singularidades e diversidades e que se distingue do presente por representar outra época, idealizada como de grandes realizações humanas. [...] Além disso, os renascentistas dotaram o patrimônio de valor artístico e passaram a venerá-lo também por sua beleza estética [...] (DIAS, 2006, p. 69).

Entretanto é no final do século XVIII, com o surgimento dos Estados nacionais que se verifica uma mudança significativa na concepção de patrimônio, em que este se torna símbolo da identidade nacional, constituindo-se de “[...] uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos (RODRIGUES, 2003, p. 16).” Ou seja, segundo a mesma fonte, os bens materiais eram envolvidos de valores simbólicos que remetiam a ideia de unidade nacional, mesmo que não representassem efetivamente a todos os grupos componentes da sociedade.

Conforme apontam Funari e Pelegrini (2006, p. 15) “[...] o melhor exemplo de criação de Estado nacional moderno talvez seja a França, a partir da revolução de 1789”, sendo que, não por coincidência, é na França que se desenvolveu a ampliação do conceito de patrimônio. É também neste país que se inicia o primeiro interesse pela preservação do patrimônio, uma vez que é criada no período da revolução uma comissão encarregada pela preservação dos monumentos nacionais, entretanto, em termos de legislação protetora do patrimônio, somente em 1887 é estabelecida a primeira lei na França, complementada somente em 1906 (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Nos Estados Unidos, também no ano de 1906, é estabelecida a primeira lei patrimonial, em que o interesse está em preservar os bens que representem a nação, mas estes deveriam estar situados em terras de propriedade do governo (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Tanto na França, quanto nos Estados Unidos eram considerados como patrimônios nacionais os objetos materiais e aqueles considerados de excepcional beleza.

A exaltação do patrimônio nacional é acentuada no período entre guerras (1914 a 1945), porém “[...] com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, a Organização das Nações Unidas, e da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, ambas em 1945 [...]” é ampliado o conceito de cultura e patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.21). Deste modo,

passam a serem valorizados não apenas os grandes acontecimentos políticos e nacionais, mas também o cotidiano das sociedades, assim o patrimônio passa a ser dotado de referenciais culturais, sociais, econômicos e políticos, sendo fundamental para a garantia da qualidade de vida da sociedade (BARRETTO, 2000).

A partir de 1950, de forma pontual as legislações patrimoniais passam a considerar outros elementos como patrimônio, a citar o ambiente natural, elementos representativos de grupos sociais e étnicos minoritários, e os bens de importância local (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Durante a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, foi definido que o patrimônio cultural compreenderia: os monumentos culturais e naturais; os sítios históricos e naturais; os conjuntos de edificações; e as formações geológicas ou fisiográficas; estas categorias foram adotadas como base para o reconhecimento do patrimônio cultural da humanidade (àqueles pertencentes a todas as nações), mas deveriam ser adotadas também como guia para definição dos patrimônios a serem reconhecidos no âmbito dos países (BARRETTO, 2000; FUNARI, PELEGRINI, 2006).

Assim, a noção de patrimônio cultural mantinha-se atrelada aos elementos materiais e tangíveis como monumentos, conjuntos edificados e sítios históricos (BARRETTO, 2000), somente a partir da década de 1980 reconheceu-se que o mesmo vai além da matéria e pode ser identificado:

[...] através dos saberes, celebrações e formas de expressão de nosso povo, 'materializados' no artesanato, nas maneiras e modos do fazer cotidiano de nossas comunidades, na culinária, nas danças e músicas, rituais e festas religiosas e populares, nas relações sociais de uma família ou de uma comunidade, nas manifestações artísticas, literárias, cênicas e lúdicas, nos espaços públicos, populares, coletivos (QUEIROZ, 2004, p.1).

Esta nova visão do conceito evidencia o caráter intangível intrínseco ao patrimônio cultural, sendo reflexo inclusive da própria revisão do conceito de cultura, compreendida a partir de então como um conjunto dinâmico composto por elementos capazes de distinguir as sociedades ou grupos sociais, sejam eles aspectos materiais ou imateriais, tais como artefatos, estilos de vida, produções artísticas e culturais, valores, tradições, crenças e outros (UNESCO, 2005).

Tais colocações permitem afirmar que este se configurou como um momento de ruptura, pois o conceito de cultura e, conseqüente, ampliação do conceito de

patrimônio, trouxeram novas perspectivas aos estudos que exploravam estes elementos.

O patrimônio cultural pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, tratá-lo pelo viés da Geografia Cultural possibilita relacionar o patrimônio como um componente da paisagem. É necessário, no entanto, atrelar ambos os conceitos à ideia de identidade e memória, uma vez que a funcionalidade e os significados atribuídos ao patrimônio cultural são uma expressão das sociedades através do tempo, refletindo desta forma na constituição da paisagem.

Nigro (2010) destaca que autores como Graham, Ashworth e Tunbridge (2000)¹⁴ trabalham a intersecção entre patrimônio cultural e a geografia, baseada em três dimensões chave: o patrimônio como fenômeno espacial; a relação do patrimônio com as questões de significação, representação e identidade; e o patrimônio como um bem econômico; deste modo, tais dimensões estimulam uma abordagem geográfica do patrimônio.

Para Monastirski (2009, p. 323) o patrimônio cultural é “constituído através dos estratos do tempo, mas também, pelos ‘olhares’ do presente que, associados, compõem diversos desdobramentos conceituais sobre ele e sobre o espaço em que está inserido.” Reforça-se, portanto, que o patrimônio cultural é dotado de uma expressão espacial, que determina a formação de identidades, suscetível a diferentes interpretações.

Deste modo, o patrimônio cultural, enquanto elemento que compõe as cidades e conforma as paisagens urbanas, é reflexo de tempos diversos, e “[...] com efeito, eles ressaltam a valorização da história das cidades expressa na paisagem, e traz à tona a valorização da cultura e da própria imagem da cidade” (ALMEIDA, 2010, p. 8).

Corrêa (2007b, p. 7) aborda a ideia de forma simbólica espacial, esta pode ser entendida como “signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados”, sendo representações da realidade, capazes de “glorificar o passado [...]; reconstruir o passado, conferindo-lhes novos significados [...]; transmitir valores de um grupo [...]; afirmar a identidade [...]; criar lugares de memória” (CORRÊA, 2007b, p. 10), estas formas simbólicas compõem a paisagem. A partir das características apresentadas acredita-se que o patrimônio

¹⁴ ASHWORTH, G. J.; GRAHAM, B. TUNBRIDGE, J. E. **A geography of heritage: power, culture and economy.** London: Arnold Press, 2000.

cultural pode ser entendido, neste sentido, como uma forma simbólica, uma vez que é passível de refuncionalização simbólica, como no caso do patrimônio cultural que sofre influências de cada período histórico e sociedade.

Bonnemaison (2002; 2005) apresenta também outro conceito que se acredita poder aplicar ao patrimônio cultural: geossímbolos. Estes são considerados como um signo no espaço capaz de formar a identidade, permeados por representações, capazes de humanizar a paisagem, dando sentido ao mundo através de um processo focado na memória, pode ser uma edificação, um monumento, lugares, elementos do relevo, espaços sagrados “[...] que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” (BONNEMAISON, 2002, p. 109). Assim o patrimônio cultural, pode vir a configurar-se como geossímbolo, para tanto ele deve estar atrelado a uma sociedade e ser reconhecido como um elemento identitário, capaz de exprimir as subjetividades dos grupos.

O patrimônio cultural enquanto referência à memória coletiva pode então materializar e revelar variados aspectos de uma sociedade, possibilitando criar e afirmar identidades. Monastirski (2009, p. 331) aponta que “a importância do patrimônio cultural para a sociedade está diretamente relacionada à carga simbólica que este patrimônio representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona.” Sendo que o patrimônio associado a uma base territorial, neste caso a paisagem, constrói a identidade cultural. Ao tratar da relação entre o patrimônio cultural e a identidade Sahr (2008, p. 8) defende que:

Esse permanente diálogo fixo-fluxo da arquitetura junta à identidade, entre o visível (a casa) e o divisível (o princípio da memória), pode ser visto de dois lados: quando a memória se enfraquece, as edificações nos lembram, e quando as edificações se desmancham, revitaliza-se a memória. [...] Interromper esta ligação significa não apenas destruir a arquitetura, mas significa também derrubar a circularidade da identidade [...].

Acredita-se ser pertinente destacar que tal processo se reflete também na paisagem, pois a formação da identidade pressupõe entre outras coisas a preservação do patrimônio cultural, considerando os aspectos subjetivos a ele relacionados, pois estes permitem construir e fortificar identidades.

Ao se abordar a ideia de apropriação afetiva, é possível tratar do conceito de lugares de memória. Berdoulay (2007, *apud* PAES, 2009)¹⁵ afirma que os lugares de memória possuem três dimensões: a espacial, a epistemológica (material e imaterial) e a política (escolha da identidade que se pretende preservar), sendo resultantes de uma imagem atribuída pela sociedade, na busca de reconhecer-se e ser reconhecida. Sendo que a memória intrínseca a estes lugares é fonte de “re-semantização do espaço geográfico, de reorganização dos territórios, e de conflitos de interpretação na seleção de paisagens.” (BERDOULAY, 2007, *apud* PAES, 2009, p. 165)¹⁶. Nora (1993) também se dedica ao estudo dos lugares de memória, afirmando que estes

são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria deles que não participou (NORA, 1993, p.21).

Considera-se que o patrimônio cultural é um dos elementos que pode constituir-se como lugar de memória. E destaca-se que dentro desta perspectiva da apropriação dos lugares de memória, tem-se também o processo de refuncionalização, conforme aborda Paes (2009, p. 168):

Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e objetos assumem continuamente novas funções, respondendo a novas lógicas sócio-espaciais. [...] Nesse sentido, a refuncionalização é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos.

Esta refuncionalização é capaz de ampliar a apropriação do patrimônio a partir da relação tempo-espaço-sujeito, onde o espaço é resignificado a partir de uma nova perspectiva social e temporal, resultando dos diferentes momentos vividos por um mesmo espaço. Oramas (2004) acredita que o patrimônio cultural não terá significado efetivo para os sujeitos se o mesmo não for utilizado, assim o seu uso

¹⁵ BERDOULAY, V. Enjeux iconographiques dans l'aménagement des lieux de mémoire. **Cahiers de géographie du Québec**, 2007. p. 7.

¹⁶ Ibidem, p. 1.

social é o que irá garantir a valorização destes bens enquanto representantes da identidade coletiva e como instrumento de educação e desenvolvimento social.

Quando se fala em preservar o patrimônio cultural e em alguns casos institucionalizá-los legalmente como tal (por meio do tombamento), não se trata apenas de garantir sua integridade material (física), mas também as representações, memórias e identidades a ele conferidas. No que se refere às representações destaca-se que estas podem ser entendidas como:

[...] criações individuais ou sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica, abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço realizada pela observação, descrição e localização das paisagens e fluxos, classificados e hierarquizados. (KOZEL, 2002, p. 216).

Dessa forma, identifica-se que estudar as representações leva a compreender a subjetividade dos indivíduos, sendo possível captar as influências sociais, culturais, políticas e outras que sofridas pelo indivíduo e inerentes às experiências por ele vividas acabam refletindo no território, nas paisagens e nos lugares. Isso porque, conforme apresenta Kozel (2002, p. 221) as representações “advêm de um vivido que se internaliza nos indivíduos, em seu mundo, influenciando seu modo de agir, sua linguagem, tanto no aspecto racional como no imaginário, seguidas por discursos que incorporam ao longo da vida.” Ainda sobre este aspecto a autora coloca que as representações servem como elemento que permite ao indivíduo apropriar-se do mundo exterior.

Após delinear como o entendimento de patrimônio cultural foi ampliado ao longo dos anos, verifica-se que os bens reconhecidos como patrimônio de um município, estado ou nação constituem-se como um elemento material e simbólico que permite preservar memórias coletivas e a identidade de uma sociedade, sendo fruto de escolhas do que se julga importante manter presente no cotidiano das futuras gerações.

1.2.1 Consagração do valor cultural de um bem

Verifica-se que em nível nacional, estadual e municipal a preocupação em preservar o patrimônio cultural levou à criação das leis de tombamento, sendo este

um dos principais instrumentos jurídicos de reconhecimento público do valor do patrimônio cultural e de garantia de sua preservação. O IPHAN (2011, s/p) define este como um ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual ou municipal que “tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens”.

Ao proceder com o tombamento de um patrimônio cultural consagram-se a ele valores culturais, históricos, políticos e sociais, uma vez que através do reconhecimento legal deste bem se procura preservar não apenas seu aspecto material, mas também sua essência simbólica. No entanto, conforme destaca a SEEC (2011, s/p) não basta proceder com o tombamento de um bem é fundamental também

[...] restaurar ou consolidar o bem tombado; estudá-lo, comparar versões sobre a sua história; discutir opiniões, planejar o seu aproveitamento; conscientizar a população do entorno; e sinalizar o local, revitalizá-lo e fornecer qualificações aos seus usuários.

Tais elementos devem orientar o trabalho com os bens tombados, para que dessa forma possa ser garantida sua preservação e conservação. Neste sentido, existem efeitos jurídicos que incidem sobre o bem tombado, com o fim de assegurar tais questões.

No processo de salvaguarda do patrimônio cultural deve ser considerado o entorno, ou seja, a paisagem a qual este integra e significa. Para Machinski (2010, p. 139):

[...] as propostas de salvaguarda necessitam voltar à atenção à ambiência em que os edifícios estão inseridos para que eles possam ser contextualizados historicamente, não restringindo esses referenciais materiais a peças decorativas ou tão somente chamativas por sua singularidade construtiva, ou então desmerecendo-os por considerá-los como elementos que destoam do conjunto [...].

Mesmo diante da obrigatoriedade de preservação dos bens tombados a falta de incentivo por parte do poder público faz com que muitos bens acabem se deteriorando com o passar dos anos. Conforme destaca Rodrigues (2003, p. 20-21) “os altos custos de manutenção de antigas construções é bastante utilizado como argumento para justificar o descaso com o qual, muitas vezes, se tratam os bens

culturais.” Tal situação tem levado ao abandono de muitos bens tombados e sua consequente perda e significado junto à sociedade a qual pertencem.

Ao tratar de questões pertinentes à preservação do patrimônio Franch (2006), afirma que não existem propostas práticas nos países latino-americanos que contribuam efetivamente para este fim, pois apesar de ter evoluído o conceito de patrimônio e os instrumentos legais que garantem seu reconhecimento, ainda não se consegue garantir em plenitude a preservação e a conservação do patrimônio. Porém, Choay (2001) apresenta que a preservação e, conseqüente, garantia da integridade física e simbólica do patrimônio dificilmente ocorrerá sem que existam dificuldades práticas, mesmo diante da existência de instrumentos legais para este fim, pois este é um processo complexo que envolve diferentes atores. Para o autor é fundamental o trabalho conjunto em escala, municipal, estadual e nacional, de forma que as ações sejam efetivas.

Desde modo considera-se que se ao poder público, por meio dos órgãos competentes, cabe “[...] formular políticas para incentivar, apoiar e promover a manutenção do patrimônio cultural e facilitar as iniciativas do setor privado” (BRASIL, 2008, p. 26), de modo a regular e fiscalizar as ações empreendidas em prol da proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural. Porém, conforme abordam Bourlegat, Silva e Tulux (2011) estas ações no âmbito do poder público:

[...] não têm sido uma forma de garantia de valorização e apropriação desse patrimônio pelas coletividades. Essas atitudes cívicas procedem de um conhecimento crítico e de uma apropriação consciente dos sujeitos sobre as manifestações culturais que ocorrem no território em que vive, quando tais manifestações são dotadas de algum significado. Na medida em que permite a tomada de consciência e atribui significados ao patrimônio cultural, a ação educativa favorece o posicionamento do sujeito no mundo ao mesmo tempo em que os bens patrimoniais passam a fazer parte de sua vida e de seu mundo, conduzindo-o à valorização e à preservação deles. Faz parte desse processo o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, que favorece o engajamento cívico dos indivíduos em processos de desenvolvimento coletivo que se relacionam ao lugar em que eles vivem (BOURLEGAT; SILVA; TULUX, 2011, p. 20)

Assim, considera-se que para que a comunidade assuma seu papel na preservação do patrimônio cultural, é fundamental que ela se reconheça na paisagem, sendo o patrimônio um alicerce material e imaterial desta afetividade, fazendo com que se sinta estimulada a prezar pela preservação destes bens

culturais, e uma das formas de se atingir este objetivo é a realização de ações educativas, por exemplo, através da educação patrimonial.

Considera-se aqui que a educação patrimonial se propõe a explorar todos os significados tangíveis e intangíveis que constituem o patrimônio cultural, permeando as influências das relações sociais, as experiências e as vivências que o compõe, promovendo a aproximação do indivíduo por meio da interpretação e interação, e tornando os objetos culturais elementos da memória coletiva, formatados a partir da ação de toda a comunidade e não apenas dos grupos de influência. Deste modo, acredita-se na possibilidade da preservação deixar de “[...] ser algo imposto e passa a fazer parte do comportamento das pessoas no cotidiano, criando uma relação de afeto e uma responsabilidade individual e coletiva com o espaço público e o patrimônio cultural” (FERRARI, 20--, p.3).

A iniciativa privada, por sua vez, tem recebido incentivos fiscais para que o patrimônio cultural que esteja sob sua responsabilidade seja preservado, assim como a revitalização de centros históricos tem atraído novos representantes da iniciativa privada a empreender nestes locais, deste modo, cabe a estes, mediante cumprimento dos parâmetros legais, dar novos usos a estes imóveis de modo a reintegrá-los ao cotidiano das cidades.

Franch (2006) trabalha também sob a perspectiva do desenvolvimento do turismo como auxiliar nas práticas de preservação do patrimônio, para o autor através do turismo são demandadas ações concretas no trato do patrimônio cultural, o que serviria de estímulo à preservação e a valorização destes bens.

Verifica-se, portanto, que quando se trata do papel dos atores sociais na dinâmica do patrimônio cultural, no que tange a sua valorização, preservação e conservação, que o poder público, a iniciativa privada, a comunidade local e os visitantes, de formas distintas estão envolvidos nesse processo e podem contribuir para a garantia da continuidade destes bens culturais.

É pertinente elucidar que neste trabalho considerou-se a preservação enquanto forma de “[...] manter a integridade dos traços que definem o bem. [...] é o reconhecimento dos seus valores pelo próprio povo, que também é parte integrante do contexto. A preservação é um exercício de cidadania” (IPHAN, 2007, p. 6). No que tange à ideia de conservação, considerou-se que esta reúne “[...] observação, estudo e controle das causas de degradação dos bens culturais, levando à adoção de medidas, de prevenção, minimização ou supressão da deterioração do acervo”

(MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, *apud* HLADCZUK, 2000, s/p).

Assim, de forma, mais detalhada serão apresentadas as particularidades das ações de preservação e conservação do patrimônio cultural no Brasil, no Paraná e, por fim, em Curitiba, uma vez que o objeto de estudo desta dissertação está localizado neste município.

1.2.1.1 A preservação do patrimônio no Brasil

Tem-se conhecimento que é no início do século XX que “posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática” no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural (SEEC, 2011, s/p). Neste sentido é importante destacar a elaboração das Cartas Patrimoniais, documentos publicados desde 1931, que tratam de itens referentes às categorias do patrimônio, abarcando conceitos correlatos e ações de preservação dos bens patrimoniais, sendo incorporados às leis e programas institucionais de órgãos especializados no Brasil e em outros países (IPHAN, 2011).

As primeiras cartas traduzem o interesse predominante na preservação de monumentos isolados, principalmente no que tange a restauração; com o tempo as preocupações ampliam-se e são levantadas questões referentes: aos centros históricos, a funcionalização dos espaços, a relação do patrimônio com o turismo, a preocupação com o meio ambiente, e ao patrimônio imaterial (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Rodrigues (2003) afirma que os primeiros indícios da preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil datam de 1910, quando é crescente a necessidade de fortificar uma identidade nacional, visto a crise política vivida no período, a presença significativa dos imigrantes (que comprometia a unidade nacional) e a ampliação das cidades. A mesma autora aponta que na década de 1920 a valorização do que era brasileiro cresceu a partir das produções dos intelectuais modernistas e pela criação de órgãos estaduais de proteção ao patrimônio.

Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 44) a Constituição da República Federativa do Brasil de 1934 “[...] declarou o impedimento à evasão de obras de arte

do território nacional e introduzindo o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social”, indicando ainda ser do poder público a obrigação de proteger os bens culturais. É criado então o primeiro órgão em âmbito nacional com o fim de zelar pela preservação do patrimônio no país, a Inspetoria do Patrimônio, inicialmente vinculada ao Museu Nacional do Rio de Janeiro (NAVARRO, 2011).

Aspásio (2009) destaca ainda que é em 1937, que Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei nº 25¹⁷ criando o extinto Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente intitulado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja preocupação inicial restringiu-se à proteção dos bens móveis e imóveis de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Sendo que o reconhecimento público deste valor se daria pelo tombamento. As ações deste órgão basearam-se nas experiências francesa e italiana de preservação, assim

[...] o IPHAN instituiu no Brasil os conceitos básicos de trato com o patrimônio e uma metodologia de trabalho que acabaram por constituir uma ortodoxia que se manteve inalterada até a década de 1970 e, até o presente, norteia a maioria das ações de preservação do patrimônio (ASPÁSIO, 2009, p. 12).

A Constituição Federal de 1946, por sua vez, suscita a preocupação com a proteção de documentos históricos; assim como Constituição Federal de 1967, também amplia as categorias dos bens a serem preservados, incluindo jazidas e sítios arqueológicos, conforme citado por Funari e Pelegrini (2006).

A década de 1970 é marcada, principalmente, pela realização do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973), pela implantação da Política Nacional de Cultura (1975) e pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória (1979), destacam Funari e Pelegrini (2006). Entretanto, somente a partir da década de 1980, houve uma ampliação das formas legais de proteção do patrimônio, pois segundo os mesmos autores, a abertura democrática no país, vivenciada na década de 1980, permitiu o surgimento de revisões teóricas no campo da preservação dos bens culturais e a superação das práticas limitadas à conservação e recuperação apenas da imagem plástica e das feições estilísticas dos conjuntos históricos, pois o

¹⁷ BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

[...] reconhecimento de uma vasta gama de bens procedentes, sobretudo, do saber popular alargou a concepção de patrimônio agora assentada na diversidade cultural, étnica e religiosa do país (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 49).

Silva (2009, p. 8) destaca que “a preservação no Brasil foi de competência exclusivamente federal através do IPHAN até 1968, quando foi assumido pelos Estados e depois pelos Municípios em 1988”. Sendo assim somente a partir da Constituição Federal houve o processo de descentralização da gestão do Patrimônio Cultural. Sendo ampliado o conceito de patrimônio cultural brasileiro, através da Constituição Federal de 1988, conforme Artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – Formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Vê-se que a institucionalização do patrimônio no Brasil revela a amplitude de elementos que constituem o patrimônio cultural e reforça a necessidade de preservá-lo. O artigo supracitado ressalta que a proteção do patrimônio cultural deve ocorrer através de uma parceria entre poder público e comunidade, de forma a assegurar a preservação destes bens, instituindo os mecanismos legais de registro, reconhecimento e fiscalização com fins de preservação do patrimônio cultural do país. É importante destacar ainda, conforme aponta Rodrigues (2003), que:

A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias de momento.

Funari e Pelegrini (2006, p. 59) corroboram com tal colocação ao afirmarem que “[...] a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem”. Aliado a isto, é preciso considerar que o valor atribuído ao patrimônio e a conseqüente renovação de significados a ele conferidos são fundamentais na garantia da integridade física e simbólica dos bens patrimoniais tombados.

O patrimônio cultural auxilia na transmissão e enriquecimento da memória (individual e coletiva), inclusive no que se refere a determinar o que será lembrado ou não, sua preservação deve ser entendida, de acordo com Machinski (2010, p. 118), “como um modo não de resgatar o passado, mas de manter referenciais que ajudem a conhecê-lo e reinterpretá-lo”, uma vez que é um reflexo da identidade que se pretende constituir e transmitir. Influenciando, desta maneira, na configuração da paisagem, configurando-se como um objeto de análise da geografia.

A partir destas diretrizes nacionais, os estados também estabeleceram parâmetros, legislações e práticas com o intuito de se adequarem à política de preservação nacional, mas em cada estado, devido aos contextos diferenciados, este processo ocorreu de forma distinta. No tópico seguinte serão tratadas às particularidades do estado do Paraná, visto a localização do objeto de estudo desta dissertação.

1.2.1.2 A criação da identidade paranaense e a preservação do patrimônio

A construção da identidade paranaense é o mote inicial para a preservação do patrimônio no estado, assim entre as décadas de 1920 e 1930, verifica-se a influência do Paranismo (movimento regional que almejava criar uma identidade para o estado de modo a inseri-lo no contexto nacional) nas pinturas, nas esculturas, na música, na arquitetura e na pavimentação, principalmente na capital, Curitiba (NAVARRO, 2011).

Ações mais efetivas de mote preservacionista ocorrem no estado a partir da década de 30, principalmente com a instituição do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, em 1935, através da Lei Estadual nº38/1935 (SEEC, 2011), “destinado a colaborar, como órgão consultivo do Governo, na defesa do patrimônio cultural do Paraná e no estímulo de toda a atividade intelectual e artística do Estado, com o objetivo de elevar a sua cultura sob todos os pontos de vista” (SEEC, 2011, s/p). O Conselho deveria ainda “[...] evitar a evasão de coleções e promover a reedição de obras poéticas, literárias, científicas e musicais de autores paranaenses reconhecidos” (NAVARRO, 2011, p. 55), de modo a favorecer o reconhecimento das particularidades paranaenses e a divulgação do patrimônio cultural do estado.

Em 1947, é criada no Paraná a Secretaria de Educação e Cultura, a qual era composta por três departamentos: o da administração, o da educação e o da cultura. Ao departamento da cultura ficaram subordinadas as divisões de: educação popular e planejamento culturais (referentes à música, artes plásticas, teatro, cinema e rádio); turismo (destinadas ao incremento e divulgação das atrações turísticas do estado); e a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (FURTADO, 2006). A última foi criada por meio da Lei nº112/1948¹⁸, cooperando com as ações em âmbito nacional, sendo que a ela competia:

[...] promover a defesa e a restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e, a conservação das paisagens e formação naturais características do Estado, assessorada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pr [...]” (FURTADO, 2006, p. 84-85).

No ano de 1949, é criado o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, também componente da Secretaria de Educação e Cultura, possuindo como integrantes:

[...] representante do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná [...]; o diretor do departamento de cultura da SECE; o diretor da seção de história do Museu Paranaense; um representante do comando da região militar; por um representante do arcebispado; um professor de história da arte e um jurista de ‘reconhecida cultura artística (FURTADO, 2006, p. 86)

Este conselho demonstrou preocupação com a preservação do patrimônio arqueológico, mas também com os bens arquitetônicos. Segundo Furtado (2006) a composição e as ações deste conselho refletiam

[...] a perfeita sintonia entre as diretrizes nacionais e as normas indicativas do percurso a ser seguido pela política local; o quanto ainda era forte a influência da Igreja e dos militares na marcação dos limites norteadores da formação e no exercício da cidadania e, sobretudo, no entendimento do que era ser paranaense, identificando-se com o que é ‘ser brasileiro’ [...] (FURTADO, 2006, p. 86).

Outro avanço do estado ocorreu em 1953, quando é sancionada a Lei Estadual de Tombamento (Lei n.º 1.211/53), na referida lei considera-se que:

¹⁸ PARANÁ. Lei n. 112 de 15 de outubro de 1948. Disponível em <www.legislacao.pr.gov.br> Acesso em: 15/01/2013.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (LEI ESTADUAL nº 1211/1953).

Inicialmente ratificam-se os tombamentos efetuados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo que o reconhecimento próprio dos locais que deveriam ser tombados como patrimônio cultural inicia-se somente após meados da década de 1960 (SEEC, 2011).

É necessário comentar ainda a realização do inventário de bens culturais edificados existentes em 14 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, realizado em 1977, por solicitação da Secretaria de Planejamento do Estado (NAVARRO, 2011). O mesmo foi executado pelo arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lyra e alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e teve como principais constatações: a destruição da maioria das edificações construídas nos séculos XVIII e XIX; o cadastro de 1145 edificações; e a consequente categorização das construções (NAVARRO, 2011).

Além destes aspectos legais o Paraná vivenciou uma mudança na forma de tratar o patrimônio cultural a partir das novas diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural, quando os projetos foram direcionados a temas da história regional e integraram profissionais de diferentes áreas, com o fim de realizar um trabalho interdisciplinar de modo a contribuir para a preservação do patrimônio paranaense (SEEC, 2011). Segundo dados da SEEC-PR (2013) são 181 bens tombados pelo estado, conforme as homologações do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), ainda segundo a Secretaria:

A maioria destes bens tombados estão localizados na região determinada geopoliticamente como Paraná Tradicional (o litoral, primeiro planalto e parte do segundo). Esta é a região que sofreu as primeiras ações de povoamento em nosso Estado. Sendo assim, mereceu destaque nas ações preservacionistas por parte de todos os envolvidos com a questão (SEEC, 2013, s/p).

Tendo em vista tais questões, é fundamental ainda compreender como o patrimônio cultural é tratado na dinâmica da cidade de Curitiba, capital do estado, que abriga o Paço da Liberdade, objeto de estudo desta dissertação. Assim, no

tópico a seguir, através de uma abordagem dos instrumentos legais e projetos empreendidos na cidade, busca-se compreender como a preservação é tratada em âmbito municipal.

1.2.1.3 O planejamento urbano e a preservação do patrimônio em Curitiba

Cada cidade tem histórias a serem contadas, através das pessoas que nela vivem e das construções que ajudam a ancorar memórias individuais e coletivas. Em Curitiba não é diferente

As edificações são testemunhas do processo de ocupação da cidade. O centro não foi sempre um lugar de prédios altos. Houve mercearias em casas baixas coloniais e sobrados adornados contornando as praças. Algumas casas precisam permanecer pra lembrar que um bairro hoje urbanizado e adensado foi um arrabalde ermo onde colonos cultivavam a terra e criavam animais. É preciso saber onde estamos e quem somos, para definir aonde queremos chegar (POPP, TEIXEIRA, 200-, p. 11).

O anseio de preservar tais elementos materiais, estes revestidos de uma dimensão histórica e simbólica, guia as ações municipais a partir da década de 1940, conforme destacado pelo IPPUC (2012). É neste período que o Paço da Liberdade é definido como componente do Patrimônio Histórico de Curitiba, conforme Lei nº 81/ 1948, a qual determina que:

Art. 1º - O edifício da Prefeitura, à Praça Generoso Marques, "PAÇO DA LIBERDADE"- fica fazendo parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba. Art. 2º - Para os efeitos do artigo anterior, incumbirá ao Poder Executivo promover as medidas necessárias ao provimento da conservação e garantia de perpetuação do edifício em causa (LEI nº 81/1948)

A partir da década de 1960, a preocupação com o patrimônio cultural se faz presente nas diretrizes municipais de planejamento urbano. No Plano Preliminar de 1965, apesar de não existir menção direta ao patrimônio cultural priorizava-se o pedestre em detrimento dos veículos automotivos, prevendo-se “[...] ruas de uso exclusivo ou preferencial de pedestres na área central da cidade” (IPPUC, 2004, p. 39). Tal medida impactou na paisagem urbana e nas características arquitetônicas destas áreas reservadas aos pedestres, onde a escala humana das construções foi priorizada. Este processo, no entanto, foi efetivado apenas na década de 1970:

[...] com as obras nos calçadões para pedestres, da antiga rua XV de Novembro ou Rua das Flores e nas vias do Setor Histórico, entre o Largo da Ordem e a Praça Garibaldi. O mobiliário urbano e os diversos eventos projetados para ruas fechadas ao tráfego de veículos, bem como um desenho urbano especial nos Eixos de Transporte e de Ocupação inaugurados no ano seguinte, consolidam identidade na paisagem curitibana. Os projetos destacam raízes históricas da cidade, projetando-as para a modernidade e o futuro (IPPUC, 2004, p. 48).

Com a elaboração do Plano Diretor de Curitiba (Lei Municipal nº 2.828/1966), foram estabelecidas diretrizes mais específicas para uma política municipal de preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural. Determinou-se neste plano a necessidade de preservar os valores históricos e urbanos dos denominados Setores Históricos-Tradicionais, assim entre os objetivos estavam:

1 - fixar uma escala urbana de determinada época; 2 - garantir, na medida do possível a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas; 3- recuperar edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados; 4 - orientar e incentivar nesses setores, usos e atividades compatíveis com suas características; 5 - incrementar o turismo (LEI MUNICIPAL nº 2.828/1966).

Salienta-se aqui que a delimitação do Setor Histórico de Curitiba (Decreto Municipal nº 1160/1971) é uma consequência das proposições do Plano Diretor de 1966. Assim, demarcou-se por decreto “[...] o Setor Histórico, espaço da cidade com maior concentração de casarões antigos, edificados entre o século XIX e início do XX” (IPPUC, 2004, p. 61). O decreto baseou-se no plano de revitalização de 1970, que estabelecia critérios para a preservação do Setor Histórico, elaborado por Cyro Correa de Oliveira Lyra. O plano objetivava

[...] restabelecer a continuidade do patrimônio do centro antigo da cidade. A análise do ‘material’ existente neste centro, ou seja, a arquitetura e sua ambientação, foi ponto de partida para a delimitação de certa área portadora de aspectos que justificam o plano de preservação. [...] Apesar de muitas dessas obras terem sido prejudicadas por reformas, os prejuízos delas decorrentes não chegaram a comprometer irremediavelmente o conjunto [...] (IPPUC, 1970, p. 1)

É neste período também que se possibilita a reciclagem de uso dos imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural, resultando em ações como as descritas a seguir:

Com recursos para reciclagem e restauração, um antigo depósito militar de pólvora, situado no bairro Prado Velho, transforma-se no Teatro Paiol. Em uma fábrica de cola desativada se instala o Centro de Criatividade de Curitiba. Na sequência dessas iniciativas locais, o velho quartel general no Setor Histórico passa a abrigar a sede da Fundação Cultural de Curitiba [...]. (IPPUC, 2004, p. 61).

Com a criação da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), em 1973, órgão responsável pela política cultural do município, que tinha entre suas funções promover a preservação do patrimônio cultural curitibano, são reforçados os anseios de garantia da integridade dos bens culturais curitibanos (NAVARRO, 2011).

Conforme mencionado, em 1977, foi realizado o inventário de bens culturais de Curitiba e Região Metropolitana, em 1979, os imóveis localizados na capital passam a ser reconhecidos como Unidades de Interesse de Preservação – UIP (Decreto Municipal nº 1.547/1979), sendo listados 586 imóveis. O objetivo maior era evitar a demolição destas construções e reintegrar estes bens ao cotidiano da cidade, através da atribuição de novos usos as mesmas (IPPUC, 2012). Procurava-se estimular “o proprietário à preservação através da criação de Incentivos Construtivos (concessão e transferência de potencial) e Benefícios Fiscais (redução de imposto proporcional ao estado de conservação) como compensação” (POPP, TEIXEIRA, 200- p. 12). Entretanto, a falta de critérios técnicos que justificassem a preservação de todos os imóveis listados culminou na anulação efetiva do decreto em 1984, por meio do Decreto nº196/1984¹⁹.

Em 1982, é instituída a Lei Municipal nº 6337/1982, a qual estabelece o incentivo construtivo para a preservação de imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, assim estabelecendo:

Art. 2º O incentivo construtivo consistirá na autorização para ser erigida construção acima dos limites previstos pela legislação em vigor, mediante o compromisso formal do proprietário do imóvel de valor cultural, histórico ou arquitetônico de preservá-lo segundo orientação da Prefeitura Municipal. [...] Art. 3º O incentivo construtivo será concedido para construção no próprio terreno em que se encontre erigido o imóvel de valor cultural, histórico ou arquitetônico, havendo área remanescente para tanto e desde que não seja afetado o entorno do imóvel a ser preservado. Art. 4º Não sendo possível a utilização do incentivo na forma do artigo anterior, poderá ser ele transferido para outro imóvel mediante interveniência da Prefeitura Municipal. (LEI MUNICIPAL nº 6337/1982).

¹⁹ CURITIBA. Decreto n. 196 de 25 de junho de 1984. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

Esta lei é regulamentada pelo Decreto nº410/1982 e pelo Decreto nº408/1991²⁰, o primeiro esclarece o que serão reconhecidos como imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico, assim como trata da criação da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural e das normas para concessão do incentivo construtivo:

Art. 2º - São considerados imóveis de valor cultural, histórico ou arquitetônico aqueles que representarem parte da memória histórica ou cultural de Curitiba e contribuírem para a preservação da paisagem urbana tradicional da cidade. Art. 3º - O valor cultural, histórico ou arquitetônico será estimado por Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal [...]. Art. 4º - A comissão de avaliação, para fins de concessão do incentivo construtivo, solicitará ao IPPUC as seguintes providências: I - Delimitação, em cada imóvel, da área sobre a qual incidirá o potencial edificável a utilizar no próprio terreno ou a transferir, sendo essa área constituída do prédio a preservar e parte ou todo o seu entorno; e II - Proposta das condições de uso do incentivo construtivo no próprio terreno e das condições de sua transferência para outro imóvel; Parágrafo Único - O estudo feito pelo IPPUC deverá ser apreciado e aprovado pela Comissão de Avaliação (DECRETO nº410 /1982).

Outra forma de estimular a preservação do patrimônio cultural de Curitiba se deu através da concessão de incentivos aos proprietários de bens culturais, isentando-os do Imposto sobre Serviços (ISS), portanto através do Decreto nº57/1987, são detalhadas as regras para o cumprimento de tal isenção

Art. 2º - Para efeitos de isenção, consideram-se imóveis de valor histórico ou cultural: I - Os tombados pelo Poder Público, em boas condições de uso e preservação, nos termos e limites do tombamento; II - Assim reconhecidos pela Secretaria Municipal da Cultura, com a anuência dos proprietários, mediante compromisso formalizado na procuradoria Geral do Município, devidamente registrado no registro público. Art. 3º - A isenção somente será deferida quando for indispensável à manutenção do uso ou preservação do imóvel. Art. 4º - Não será isento o imóvel beneficiado por qualquer outro incentivo de natureza municipal, inclusive o pertinente à transferência de potencial construtivo (DECRETO nº57/1987).

Outro avanço para a cidade foi a criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Curitiba em 1991, sendo implantada em 1993. A mesma possibilita o financiamento de projetos nas áreas de música, artes cênicas, dança, artes visuais, literatura e patrimônio cultural (FCC, 2013). “O incentivo baseia-se na renúncia fiscal pela Prefeitura de Curitiba de até 2% da arrecadação de Imposto Predial e Territorial

²⁰ CURITIBA. Decreto n. 408 de 22 de julho de 1991. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS)”, estes recursos passavam a ser destinados ao financiamento de projetos nas áreas supracitadas (FCC, 2013, s/p).

Entretanto, conforme expõe Navarro (2011, p. 88) “verifica-se que na área do Patrimônio ocorrem menores índices de apresentação e aprovação de projetos [...]”, isso em decorrência da falta de representantes nas comissões de avaliação dos projetos; somada a falta de interesse dos proprietários de imóveis em solicitar os recursos, devido ao valor máximo liberado ser considerado baixo (muitos projetos eram feitos em diferentes etapas, assim para cada etapa era solicitado o recurso); e a demora para avaliação dos projetos (NAVARRO, 2011). Devido a problemas como esses a lei foi revisada em 2005, com o fim de otimizar o alcance de seus objetivos (FCC, 2013).

Em 1993, outro passo também é dado em direção à preservação do patrimônio cultural edificado, são criadas as Unidades de Interesse Especial de Preservação – UIEPs (Decreto municipal nº 380/1993), e estabelecidos critérios para a concessão de incentivos, visando sua restauração e manutenção destes bens. Ficou a cargo da Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural a definição das UIEPs, sendo que cada unidade tem “[...] fixado em regulamentação específica, o número de cotas relacionando ao seu potencial construtivo, necessário à sua restauração” (DECRETO MUNICIPAL nº 380/1993). Questiona-se, no entanto, a priorização da vinculação econômica gerada por este instrumento de concessão de incentivos, em detrimento da real preservação dos bens culturais do município.

Atualmente, são reconhecidos como UIEPs: a Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, a Sociedade Garibaldi, o edifício central da Universidade Federal do Paraná, o Antigo Paço Municipal, o Reservatório do Alto São Francisco, o edifício sede do Ministério Público do Paraná, a sede da União Paranaense dos Estudantes, Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva, Palacete Wolf, Sede do Museu Alfredo Andersen, Casa do Estudante Universitário, Museu Metropolitano de Arte, Edifício Palácio Rio Branco, Palácio 29 de Março, Igreja do Senhor Bom Jesus do Portão, Edifício do Antigo Quartel da 5ª Região Militar, Igreja Nossa Senhora da Glória, a Sociedade Beneficente 13 de maio e a Capela Santa Maria (CURITIBA, 2013).

A criação dos Setores Especiais (Lei Municipal nº 9800/2000), definidos em decorrência de seu uso e características, como o Setor Especial Histórico e o Setor Especial Preferencial de Pedestres, também os condiciona à possibilidade de

transferência do potencial construtivo. As ‘extintas’ UIPs estão compreendidas como pertencentes ao Setor Especial Histórico, mesmo aquelas que não estão dentro da área delimitada como tal, conforme consta no Decreto nº 185/2000, que regulamenta a mencionada lei:

Art. 4º São considerados bens imóveis a preservar, no Setor Especial Histórico, os cadastrados pelo Município de Curitiba como Unidade de Interesse de Preservação - UIP. § 1º As Unidades de Interesse de Preservação - UIPs, não poderão ser demolidas, descaracterizadas, mutiladas ou destruídas (DECRETO nº 185/2000).

A Lei Municipal nº 9801/2000, ao tratar dos instrumentos de política urbana, apontando o “[...] incentivo à proteção e preservação do patrimônio cultural, natural e ambiental” (LEI MUNICIPAL nº 9801/2000) como um destes instrumentos, também versa sobre a transferência de potencial construtivo, como forma de garantir a preservação deste mencionado patrimônio.

Em 2004, o Plano Diretor de Curitiba é adequado ao Estatuto das Cidades, estabelecendo entre outros os objetivos:

[...] promover a preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos, mantendo suas características originais e sua ambiência na paisagem urbana, por meio de tombamento ou outros instrumentos, e orientar e incentivar o seu uso adequado; [...] fortalecer uma identidade urbana, promovendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano; [...] promover a participação da comunidade na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos da paisagem urbana [...]” (IPPUC, 2004, p. 94-95).

Assim, verifica-se que a preocupação com o patrimônio cultural se faz ainda mais presente nos instrumentos de planejamento urbano de Curitiba. Em 2007, foi criado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, por intermédio do IPPUC, o Projeto “Marco Zero”, com o intuito de realizar a

[...] revitalização do centro tradicional. Por meio da promoção de uso e ocupação democrática dos espaços urbanos pretende incentivar a permanência da população residente e atrair a população não residente por meio de ações integradas, que promovam a reabilitação urbana e funcional, a diversidade social, a identidade cultural e a vitalidade econômica da área central (IPPUC, 2007).

Dentre as ações compreendidas pelo projeto estavam a revitalização da Praças Tiradentes, da Praça Generoso Marques, da Praça José Borges de Macedo

e do Paço da Liberdade, realizadas entre 2007 e 2009 (IPPUC, 2010). Como sequência a estas ações foi criado o Programa Novo Centro, o qual teve ações direcionadas à Rua Riachuelo (em 2010), a Rua São Francisco (em 2012), e tem por objetivo ainda a revitalização da Rua João Negrão, da Rua Conselheiro Laurindo, da Rua Saldanha Marinho e da Rua Emiliano Pernetá, além da Praça Zacarias, da Praça Carlos Gomes e da Praça 19 de Dezembro (IPPUC, 2010). Como o processo de revitalização deve ser realizado de forma a envolver os diferentes atores, tem-se:

Para incentivar a reforma de prédios antigos, a revitalização de edificações históricas, a melhoria das fachadas, a construção de novas unidades habitacionais e a instalação de novos negócios na região, a prefeitura pretende oferecer diversas vantagens fiscais, entre descontos, redução progressiva e até a isenção total dos seguintes tributos: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviço (ISS) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Atos Intervivos (ITBI), além das taxas de Licença para Execução de Obras e de Vistoria de Conclusão de Obras. Dependendo da situação do imóvel e das obras realizadas, a isenção de impostos poderá se estender por até dez anos (IPPUC, 2010, p. 15).

Verifica-se através das ações listadas que houve a preocupação em estabelecer legislações específicas para a gestão do patrimônio cultural municipal, acompanhadas do oferecimento de incentivos fiscais, de modo a maximizar os interesses para com a preservação do patrimônio cultural curitibano. Percebe-se ainda que nas legislações de cunho urbanístico, como é o caso dos Planos Diretores, é considerada também esta necessidade de cuidado para com o patrimônio. A preocupação com a preservação destes bens é compreendida ainda a através do incentivo à revitalização e a refuncionalização dos bens culturais. Acredita-se que tais ações contribuíram para a preservação do patrimônio cultural edificado curitibano de modo a favorecer a preservação da memória através não apenas dos aspectos arquitetônicos, como também simbólicos destes bens.

A preocupação com centros históricos e com o patrimônio cultural é recorrente em outras cidades e países, assim como as ações de revitalização tem sido tratadas como uma forma de recuperar áreas e bens anteriormente fadados ao abandono. Deste modo, buscou-se no tópico seguinte tratar da revitalização do patrimônio cultural e casos que pudessem contribuir com a presente pesquisa.

1.2.2 A revitalização do patrimônio cultural

São comuns as menções à revitalização do patrimônio cultural e sua refuncionalização, com o objetivo de reintegrar estes bens na dinâmica das cidades e gerar uma reapropriação destes bens por parte da comunidade local. Estas ações iniciaram-se em meados do século XX quando cidades norte-americanas e europeias viram a importância em resgatar às áreas históricas, deste modo as intervenções urbanas denominadas de ‘revitalização’ ocorrem inicialmente em âmbito das áreas centrais e históricas das cidades, como forma de resgatar estas áreas que estavam fadadas ao abandono e a degradação (SCOCUGLIA, 2004; PASQUOTTO, 2010; CASTILHO,VARGAS, 2009). Isso ocorre como resultado do novo contexto mundial que se instaurava, que não podia ignorar:

[...] o potencial do patrimônio instalado, a acessibilidade e o simbolismo das áreas centrais [...]. Junto com a expansão da consciência popular, a consolidação dos movimentos comunitários e ambientalistas, e inserido no paradigma do desenvolvimento sustentável, este novo contexto levou as metrópoles do primeiro mundo a perseguir o renascimento de seus centros, através da reutilização das áreas centrais, da recuperação de suas arquiteturas e da valorização cultural de suas ambiências (DEL RIO, 2001, s/p).

Botelho (2005) relata ainda como estes processos começavam a ser realizados:

Ainda nos anos 1960, alguns autores apontavam para novas transformações que vinham sendo observadas nos centros das grandes cidades norte-americanas e em algumas metrópoles européias. Os distritos ‘históricos’ começavam a ser lentamente reocupados por alguns setores mais abastados das classes médias. Eles retornavam ao centro em busca das vantagens advindas das proximidades oferecidas pelos centros. [...] Associava-se a isso o valor que se começava a agregar aos imóveis mais antigos, muitos deles considerados de interesse para preservação histórica (BOTELHO, 2005, p. 55).

Conforme destaca Del Rio (2001) estes processos devem ocorrer de forma planejada, contínua e integrada para que obtenham resultados satisfatórios, neste sentido cita a experiência nos Estados Unidos onde:

[...] a colaboração entre o poder público (viabilizadores), o poder privado (investidores) e as comunidades (moradores e usuários) garante a identificação de planos e programas que possam maximizar e compatibilizar

os esforços e os investimentos, e nortear a implementação integrada de ações e projetos a curto, médio e longo prazos. Os resultados positivos das intervenções, por sua vez, realimentam o processo atraindo novos investidores, moradores e consumidores, gerando, por sua vez, novos projetos (DEL RIO, 2001, s/p).

O autor destaca que nesse sentido alguns exemplos bem sucedidos são: Boston, Baltimore e São Francisco (Estados Unidos); Londres e Glasgow (Grã-Bretanha); Barcelona e Bilbao (Espanha); Berlin e Hamburgo (Alemanha).

No Brasil, vivencia-se um movimento similar a partir da década de 1970, no que se refere à revitalização de centros históricos, verificando-se fortemente a criação de programas governamentais e parcerias com a iniciativa privada no intuito de realizar tais intervenções nas cidades brasileiras, conforme descrevem Castilho e Vargas (2009):

Em 1979, as políticas de recuperação das áreas centrais no Brasil nortearam-se pela criação simultânea de duas entidades na estrutura do Ministério da Educação e Cultura: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Pró-memória. Em 1987, foi elaborada, com o objetivo de organizar as premissas para a preservação dos sítios históricos urbanos, a Carta de Petrópolis, documento de referência extraído do '1º Seminário para a Revitalização de Centros Históricos', que entendia a cidade como um organismo histórico resultado do processo de produção social (CASTILHO, VARGAS, 2009, p. 25).

A criação do Programa Monumenta, no ano de 2000, o qual tem por finalidade o financiamento de ações de recuperação dos centros históricos das cidades brasileiras tombados pelo IPHAN, também deve ser destacada nesta dinâmica das revitalizações nacionais. Segundo Durand e Köhler (2007):

O programa apresenta algumas características inovadoras no trato do patrimônio no Brasil. Em primeiro lugar, a escolha dos bens culturais edificados objeto de intervenção não se dá apenas pelo valor histórico ou artístico, mas, principalmente, pela capacidade de o patrimônio gerar rendimentos econômicos que sustentem sua conservação e promovam a revitalização de seu entorno. Intimamente ligado à questão da sustentabilidade, os bens culturais edificados devem ser atrativos, no sentido de, após restaurados, terem potencial de sediar atividades culturais, lazer e entretenimento, sendo passíveis de desfrute turístico (DURAND; KÖHLER, 2007, p. 191).

Casos como o de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre, Ouro Preto, Recife e São Luís, são frequentemente mencionados quando se trata de intervenções de revitalização de centros históricos. Neste trabalho não se tem a

intenção de analisar estas ações de forma detalhada, mas autores como Botelho (2005); Braga e Júnior (2009)²¹; Filippini (2008)²²; Freitag (2003)²³; e a obra “Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados” organizada por Castilho e Vargas (2009)²⁴; trabalham a temática da revitalização em centros históricos de cidades brasileiras, apontando as particularidades de cada cidade, assim como questionam-se sobre os resultados efetivos destas ações e os benefícios para a comunidade local.

A atenção aqui é voltada às ações realizadas especificamente no patrimônio cultural e conjuntos arquitetônicos, às quais o termo revitalização também é aplicado. Trata-se das ações destinadas à preservação do patrimônio cultural e de conjuntos arquitetônicos, como consequência da evolução do que se compreendia como conjunto representativo para preservação (PASQUOTTO, 2010). A autora cita ainda que a revitalização está atrelada à refuncionalização do patrimônio cultural e conjuntos arquitetônicos, porém de forma a respeitar “[...] os valores históricos, de identidade, de memória e estéticos [...]” da paisagem (PASQUOTTO, 2010, p. 146).

Projetos voltados à revitalização e refuncionalização do patrimônio cultural passam a ocorrer a partir da década de 1970, quando começam a ser realizadas ações em “[...] antigas estruturas industriais, estações de trem, armazéns, mercados e teatros, introduzindo nesses espaços o comércio e os serviços varejistas, as atividades de lazer e a cultura” (CASTILHO, VARGAS, 2009, p. 16). Os autores destacam ainda que os objetivos a partir deste período centraram-se

[...] na valorização da memória, na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico e no discurso de que os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico (CASTILHO, VARGAS, 2009, p. 18).

²¹ BRAGA, P. M.; JÚNIOR, W. R. dos S. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 23-34, 2009.

²² FILIPPINI, E. Patrimônio histórico-cultural em revisão: Revitalização do centro antigo de Manaus. IN: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 10., 2008, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2008.

²³ FREITAG, B. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 115-126, 2003.

²⁴ CASTILHO, A. L. H. de; VARGAS, A. C. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

Verifica-se que no Brasil também houve ações de revitalização focadas no patrimônio cultural e seu entorno. Aqui não se pretende listar todas as ações realizadas, porém três pesquisas foram identificadas como possíveis contribuições para as reflexões realizadas na presente dissertação, e serão brevemente apresentadas.

Em uma pesquisa destinada a discutir a temática do patrimônio cultural no âmbito da geografia, Neves (2009)²⁵ se dedica ao estudo de caso do Espaço Cultural Bataclan, localizado no centro histórico de Ilhéus (Bahia). A autora descreve a trajetória histórica da construção, apontando os diferentes usos conferidos ao espaço (cabaré e cassino; boate; abrigo para famílias) até chegar o prédio ao estado de ruínas. São mencionadas ainda duas intervenções realizadas, a primeira de 2000 a 2004 (recuperação da fachada e do interior o prédio, passando a abrigar um espaço cultural) e a segunda em 2007 (redescrição do ambiente interno e diversificação das atividades realizadas no espaço), com o intuito de gerar uma maior reaproximação da comunidade e dos turistas.

Sendo um caso similar ao ocorrido no Paço da Liberdade, visto os diferentes usos atribuídos às duas construções, o abandono sofrido, a intenção de reintegrar a construção ao cotidiano da comunidade e a associação entre o poder público e a iniciativa privada para recuperar estes espaços, vê-se que a contribuição desta pesquisa é decorrente das discussões que a autora tece a respeito da revitalização e refuncionalização do patrimônio cultural, a apropriação do mesmo pelo turismo e a análise destas questões no âmbito da geografia.

Outra pesquisa considerada como pertinente para reflexões da presente dissertação foi o estudo realizado por Vaz e Silveira (2009)²⁶ ao analisarem o caso da Lapa, área histórica da cidade do Rio de Janeiro (RJ), que “[...] adquiriu, historicamente, valores socioespaciais distintos, modificando-se em diferentes períodos quando ao seu uso, passando de lugar de moradia a lugar da boemia” (VAZ, SILVEIRA, 2009, p. 72). Nesta área existem construções tombadas e foram

²⁵ NEVES, K. F. T. V. De cabaré a espaço cultural: um olhar geográfico sobre o patrimônio histórico de Ilhéus-BA a partir do estudo do caso Bataclan. **GeoTextos**, v. 5, n. 1, 2009.

²⁶ SILVEIRA, C. B.; VAZ, L. F. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar. In: CASTILHO, A. L. H. de; VARGAS, A. C. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

empreendidas pelo município e pelo estado ações de revitalização, nas quais se buscou resgatar o patrimônio material, mas também valorizar o patrimônio imaterial que compõe o lugar, as relações socioculturais. O que é importante destacar no âmbito desta pesquisa é que as ações empreendidas na Lapa tiveram falhas e dificuldades, mas conforme apontam as autoras houve uma regeneração cultural do lugar, através da participação da própria comunidade, de ações da iniciativa privada, estimuladas a partir das ações empreendidas pelo poder público.

Por fim, menciona-se a pesquisa de Leite (2007)²⁷ o qual analisa o caso do Bairro do Recife (Recife - PE), conjunto arquitetônico tombado como patrimônio nacional, que conforme retratado na pesquisa passou por ações de revitalização. O autor trata sobre a percepção dos indivíduos que se relacionam com esta localidade em relação às intervenções ocorridas. É pertinente, neste sentido, destacar que o embelezamento e a transformação do patrimônio cultural em mercadoria, no caso estudado, mudaram a paisagem urbana do bairro em termos estéticos e funcionais, entretanto no entorno compreendido para além das áreas revitalizadas os moradores viviam em situação de extrema pobreza e precariedade. Assim, a mencionada pesquisa contribui para a reflexão sobre os impactos da revitalização do patrimônio cultural edificado nos usos da cidade.

Estes casos de estudo, são citados apenas no intuito de explicitar outros processos similares ao ocorrido no Paço da Liberdade e no entorno, e o interesse dos pesquisadores de diferentes áreas (geografia, arquitetura e urbanismo, ciências sociais) em trabalhar tal temática de modo a analisar os reflexos positivos e negativos destas ações, considerando-se as particularidades de cada caso.

Verifica-se que através de ações de revitalização as cidades buscam gerar a reapropriação do patrimônio cultural local pela comunidade, mas também se constata a influência destes processos na conformação de novos atrativos para o turismo. Deste modo, são apresentados a seguir alguns apontamentos sobre a relação entre o patrimônio cultural e o turismo.

²⁷ LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

1.2.3 O uso turístico do patrimônio cultural

Como verificado anteriormente, o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, constitui-se como elemento que confere particularidade às cidades, uma vez que estes bens fazem referência à memória e à identidade local e, portanto, caracterizam e individualizam uma localidade. É por esta diferenciação e pelo potencial de atratividade de muitos destes bens, que o uso turístico do patrimônio cultural tem sido cada vez mais comum. Sobre este aspecto, acredita-se que

Por meio dos patrimônios culturais, a atividade turística promove trocas recíprocas entre os grupos sociais e o reconhecimento da diversidade cultural, em meio ao processo de globalização e à tendência a padronização do capital simbólico (CARVALHO, SIMÕES, 2011, p. 16).

Neste sentido, Almeida (2010, p. 9) afirma que “[...] posto que as cidades agregam bens patrimoniais e os atributos da coisa são considerados valores culturalmente relevantes, excepcionais, justifica-se a escolha de determinados bens como atrativos turísticos”. Deste modo, ao contribuir para a exaltação das particularidades dos destinos, frente à padronização gerada pela globalização, o patrimônio cultural permite ao grupo a que pertence reconhecer-se e valorizar-se e, além disso, diferenciar-se perante os demais grupos. Segundo aponta o Ministério do Turismo:

A utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significam difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. Significam também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, aportando os meios para que tal relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos (BRASIL, 2008, p. 18).

Tendo isso em vista, verifica-se ao apropriar-se do patrimônio cultural como atrativo para o turismo, há possibilidade de contribuir para a (re)valorização destes bens e sua conseqüente preservação, uma vez que é gerado o “[...] aumento da percepção dos moradores sobre a importância da história, da cultura e das tradições enquanto elementos de reafirmação da identidade local”, a ser perpetuada para as gerações futuras (CARVALHO, SIMÕES, 2011, p. 16).

Sabe-se que o interesse em conhecer o patrimônio cultural (material e imaterial) de uma localidade pode não ser a motivação principal do deslocamento de determinados turistas, no entanto, alguns turistas têm especial interesse pelos aspectos da cultura local, que podem ser “a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange” (BARRETTO, 2000, p. 20).

Baseando-se nestas questões, destaca-se aqui a segmentação do turismo, realizada como forma de organizar a atividade para fins de planejamento, gestão e mercado, a qual considera as necessidades, preferências e motivações do turista (demanda²⁸) e as características da oferta²⁹ (BRASIL, 2008). No que tange a utilização do patrimônio cultural como atrativo para o turismo e motivação de viagens, considera-se o seguimento de Turismo Cultural, o qual segundo o Ministério do Turismo está relacionado:

[...] à motivação do turista, especificamente a de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo à experienciá-los e preservar a sua integridade. Vivenciar implica, essencialmente, duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visitação (BRASIL, 2008, p. 17).

É pertinente destacar, neste sentido, que o turista cultural prioriza o contato com a cultura local, incluindo o patrimônio cultural, o qual se configura como fonte de informação sobre o local e um meio de contato com as especificidades do destino, pois revela a memória e a identidade local, permitindo ao turista uma relação mais próxima com o destino. Na visão do Ministério do Turismo:

O turista cultural valoriza a cultura em toda a sua complexidade e particularidade, movimentando-se em busca de ícones que representam a identidade local e a memória coletiva. Ambos os conceitos remetem a um

²⁸ “[...] relacionado ao processo de tomada de decisões que as pessoas realizam constantemente no processo de planejamento de suas atividades de lazer e, portanto, sua escolha depende de numerosos fatores não só econômicos, como também psicológicos, sociológicos, físicos e éticos.” (OMT, 2001, p. 3).

²⁹ “[...] conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer de caráter artístico, cultural, social, ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar num determinado local, durante um determinado período de tempo, um público visitante” (PARANÁ, 2008).

conjunto de experiências, fatos históricos e elementos culturais comuns a um grupo ou comunidade, e que podem ser representados pelos bens culturais materiais e imateriais que compõem o patrimônio (BRASIL, 2008, p. 25).

No que corresponde ao papel do patrimônio cultural edificado, enquanto ícones representantes de uma cidade, que compõe a paisagem, Bahl (2004) discorre que:

[...] esses elementos, em princípio, são o próprio referencial dos locais, componentes de toda uma ambientação social e histórica das comunidades, não podendo por este motivo, deixar de receber um tratamento adequado que evite tanto a perda de identidade, quanto o surgimento de implicações sociológicas (BAHL, 2004, p. 41).

Estes elementos compõem a paisagem urbana, reforçando a identidade local e configurando-se como um possível atrativo para o turismo no meio urbano, neste sentido, Silva (2006, p. 28) relata que:

[...] para o turismo urbano a cidade é o grande atrativo, os espaços urbanos passam a ser repensados como atração. Os atrativos histórico-culturais contidos em tais espaços materializam um passado, um cotidiano e um processo sociocultural que identificam e singularizam uma cidade, assim, é a história e a cultura local que se apresenta como atrativo aos visitantes/turistas da cidade.

Dessa forma, a partir de tais enfoques acredita-se ficar mais elucidativo como o turismo cultural pode estar ligado ao meio urbano, e de acordo com Walkowski (2008, p. 2), esse segmento do turismo “atribui valores aos bens culturais e, quanto mais a comunidade perceber no traço cultural uma possibilidade de identidade coletiva, maior será o valor do seu patrimônio cultural”, e com isso maior também será a atratividade para o turista. Assim, considera-se ainda que ao pensar o turismo cultural e seu planejamento, deve-se ter em mente que:

[...] a comunidade tem papel fundamental, principalmente na revelação de aspectos ainda não registrados ou que não constam na história oficial. A vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local (BRASIL, 2008, p. 25).

Percebe-se que o anseio de desenvolver o turismo cultural numa localidade, pautando-se em seus referenciais materiais e imateriais, é preciso considerar primeiramente o interesse da comunidade, assim como valorizar o conhecimento

que esta possui sobre o local, pois são as particularidades e vivências nestes locais que irão contribuir sobremaneira para a valorização da cultural local, impactando positivamente no turismo. Almeida (2010, p. 7) destaca que

Contemporaneamente, o turismo caracteriza-se por uma procura não somente de paisagens distintas por parte do turista, como de tempos diversos. O ambiente físico, enquanto uma encarnação do tempo possibilita uma leitura e vivência do entrelaçamento entre o passado e o presente, do qual deriva a preocupação de que sua conservação é pré-requisito de uma continuidade.

O turismo cultural, sob este ponto de vista, é capaz de estimular a preocupação com a preservação e/ou conservação do patrimônio cultural, uma vez que o último se constitui como um elemento de identidade do local, passível de ser adotado como atrativo turístico. Vale ressaltar que esta revalorização e preservação do patrimônio cultural, impulsionadas em parte pelo desenvolvimento do turismo cultural, tem incentivado ações de revitalização do patrimônio cultural e de áreas históricas, como comentado anteriormente.

Uma forma de favorecer a experiência do turista em relação ao patrimônio são as ferramentas de interpretação do patrimônio, que compreendem os meios e técnicas que “visam a sensibilizar o turista e enriquecer sua descoberta de forma criativa” (BRASIL, 2008, p. 41). Uma vez que para um desenvolvimento adequado do turismo cultural é preciso “prover os métodos de olhar, vivenciar e apreciar, reafirmando não apenas o sítio e os objetos, mas as oportunidades dos visitantes apreenderem novas formas de se relacionar com o lugar” (GOODEY, 2005, p. 135).

Porém, conforme aponta Oramas (2004) é preciso evitar que o patrimônio seja manipulado de forma à simplesmente atrair turistas para uma localidade, é preciso contribuir para a preservação dos reais valores do patrimônio cultural e, a partir destes gerar atratividade para o turismo. Assim, para o autor é fundamental o trabalho conjunto entre os representantes das áreas de turismo e cultura dos municípios (poder público), os proprietários dos bens considerados como patrimônio (no caso do patrimônio cultural edificado) e a comunidade (ORAMAS, 2004).

Frente ao apontado, apesar de não ser este o foco central deste trabalho, afirma-se que o turismo ao apropriar-se do patrimônio cultural e, conseqüentemente, de seu entorno, pode contribuir para a valorização destes elementos representativos de um destino, de modo a favorecer sua preservação.

Capítulo II – UM OLHAR SOBRE O OBJETO DE PESQUISA

Partindo dos aspectos tratados no capítulo anterior, pertinentes à paisagem, ao sentido de lugar e ao patrimônio cultural, buscou-se neste capítulo dedicar-se à descrição de aspectos referentes ao objeto de estudo deste trabalho, o Paço da Liberdade e seu entorno. São apontados inicialmente os aspectos históricos e, posteriormente, dedica-se a apresentação dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo, de modo a respaldar a apresentação dos dados obtidos através das entrevistas realizadas junto aos moradores e comerciantes do entorno.



IMAGEM 1 – FOTO AÉREA DO PAÇO DA LIBERDADE E DO ENTORNO (CURITIBA, PARANÁ)
FONTE: IPPUC (2012)

2.1 PAÇO DA LIBERDADE E O ENTORNO: BREVE CARACTERIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

Construído no início do século XX, o Paço da Liberdade integra juntamente com a Praça Generoso Marques e a Praça José Borges de Macedo uma paisagem rica em história e cultura (Figura 1), referenciando um dos períodos de modernização da cidade de Curitiba. Não se pode deixar de mencionar ainda a Praça Tiradentes (Marco Zero da cidade) e a Rua Riachuelo, localizadas na proximidade deste conjunto, pontos estes que podem ser identificados na Figura 1.



Legenda:

- | | | | |
|---|-----------------------------|---|------------------|
| 1 | Paço da Liberdade | 4 | Rua Riachuelo |
| 2 | Praça José Borges de Macedo | 5 | Praça Tiradentes |
| 3 | Praça Generoso Marques | | |

FIGURA 1 - ÁREA DE ESTUDO

Fonte: GOOGLE MAPS (2013), adaptado pela autora (2013).

No entorno imediato do Paço da Liberdade é preciso mencionar a Praça Generoso Marques (Imagem 2), nomeada em homenagem a Generoso Marques dos

Santos, importante político estadual, a qual abriga atualmente o edifício do Paço da Liberdade e uma estátua em bronze que retrata o Barão do Rio Branco; esta praça é ladeada por diferentes estabelecimentos comerciais, sendo a maioria destes de construção antiga (OLIVEIRA, 1971). Porém, nem sempre esta foi a configuração da praça, conforme será apontado posteriormente.



IMAGEM 2 – PRAÇA GENEROSO MARQUES (CURITIBA, PARANÁ)
FONTE: A autora (2012)

Configurando-se como uma continuação da Praça Generoso Marques, a Praça José Borges de Macedo (Imagem 3), possui este nome em homenagem ao primeiro prefeito de Curitiba e sua inauguração data de 13 de dezembro de 1965 (SILVÉRIO; WELLNER, 1993). Na mesma existe uma placa comemorativa de bronze (aplicada num bloco de granito) indicando o local onde havia sido instalado o pelourinho da Vila Nossa Senhora da Luz, hoje cidade de Curitiba (SILVÉRIO; WELLNER, 1993). E a partir da década de 1990, nela se encontram as Arcadas do Pelourinho e a fonte Maria Lata D'Água (BOSCHILIA, 1996).

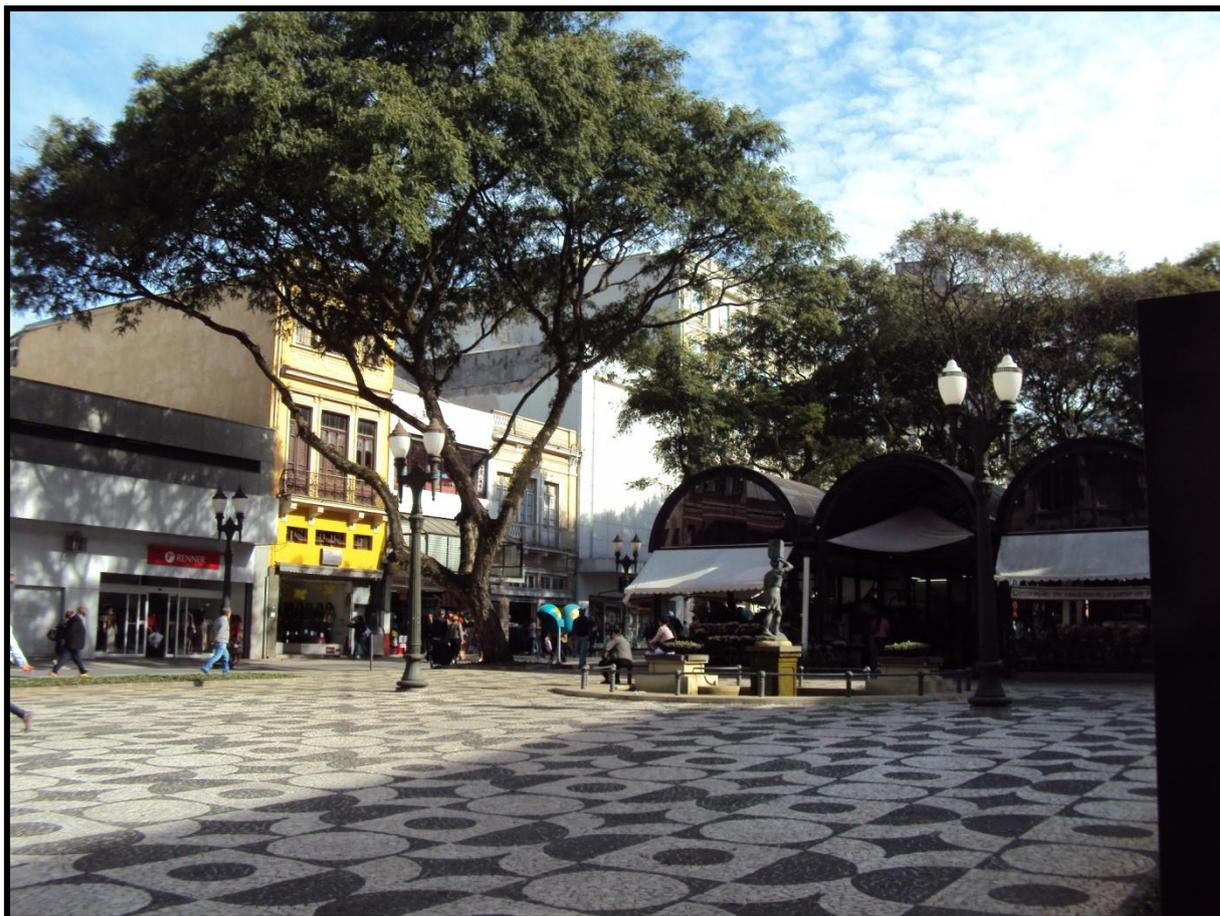


IMAGEM 3 – PRAÇA JOSÉ BORGES DE MACEDO E ESTÁTUA DE MARIA LATA D'ÁGUA (CURITIBA, PARANÁ)

FONTE: A autora (2012)

Este conjunto está localizado no bairro Centro, o qual reflete as mudanças sofridas pela cidade de Curitiba e reúne edifícios representativos da história da cidade. O atual bairro se originou a partir do núcleo que deu início à Curitiba, conforme apontam Barz *et al.* (1997)

No final do século XVII a povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhaes contava uma população de 90 homens. Muitos deles haviam construído suas casas ao redor da capelinha existente no centro da atual Praça Tiradentes (BARZ *et al.*, 1997, p. 2).

A criação da Câmara e a instalação do Pelourinho, em 1693, marcam a denominação do povoado como Vila, a qual, por regra, foi correccionada, em 1721, pelo ouvidor Rafael Pires Pardino, que além de reunir indicações sobre as características da vila, estabeleceu provimentos para a urbanização e ocupação da

mesma (BARZ *et al.*, 1997). Conforme aponta Pereira (1996) foram tais provimentos que no século seguinte,

[...] com algumas adaptações aos novos tempos, [...] serviram de arcabouço para a legislação municipal de Curitiba do século XIX. Tanto que a comissão encarregada de propor as novas normas recebeu o nome de Comissão de Revisão dos Provimentos. A cidade pensada por essa Comissão, em 1829, em nada diferia da cidade colonial proposta pelo Dr. Pardinho em 1721. [...] a cidade ainda se definia [...] pelo arruamento retilíneo em grade ortogonal, pelo adensamento, por quadras em volumetria única, pela ausência de vegetação, pela arquitetura luso-brasileira e pela separação entre o público e o privado (PEREIRA, 1996, p. 98).

Assim, entre as ações buscava-se a eliminação de espaços vazios nas quadras, eliminação ou reconstrução das ruínas, retificação das ruas, padronização das características arquitetônicas das construções, assim como estabeleciam punições caso ouve-se o desrespeito destas e outras normas (PEREIRA, 1996). Todas estas questões impactavam sobremaneira a área central da cidade, a qual sofre mudanças mais significativas a partir da elevação do Paraná à Província:

[...] quando o Paraná se tornou independente de São Paulo e a Província nascente teve que se adaptar a uma série de exigências do Império para a sua transformação política-administrativa. Entre estas medidas estava a adequação de Curitiba à condição de capital (BARZ *et al.*, 1997, p. 5).

Portanto, para fins de adequação de Curitiba ocorrem novas alterações na área central e conseqüente surgimento de novos pontos de habitação. Houve a implantação da iluminação pública (com lampiões a óleo), porém somente nos locais onde se localizavam os prédios públicos e as casas de moradores influentes, assim como se procedeu com a pavimentação de algumas quadras (PEREIRA, 1996).

Apesar dos avanços econômicos, urbanos e culturais, sofridos pela cidade, ainda se convivia em muitas áreas “[...] com a falta de calçamento, de iluminação, problemas sanitários e policiais, a exemplo de toda cidade que se urbanizava” (SIQUEIRA, 2009, p. 25). Além destas questões ressalta-se o problema com o abastecimento de alimentos, esse “[...] sempre foi uma questão problemática para os governantes da Vila, e a partir do século XIX a situação piorou” (BOSCHILIA, 1996, p. 8), isso ocorreu em resposta à priorização da produção do mate (visto o retorno financeiro) em detrimento à agricultura de subsistência. Neste período, existiam apenas pequenos vendedores que comercializavam alguns produtos nas

denominadas 'casinhas', nas proximidades do Pátio da Matriz, entretanto, as condições de higiene eram extremamente precárias (BOSCHILIA, 1996).

É no ano de 1873, que se inicia a construção de um edifício no Largo da Cadeia, destinado a abrigar o Mercado Público. Boschilia (1996, p. 12) aponta que:

[...] a inauguração do prédio, no ano seguinte, além de ocasionar a mudança do nome de Largo da Cadeia para Praça do Mercado, transformou o lugar semi-abandonado num espaço barulhento e agitado pelo burburinho das carroças e dos vendedores. De fato, o funcionamento do mercado no antigo Largo alterou significativamente a ocupação daquele largo sombrio e pouco habitado, que separava a Praça Matriz da então já movimentada Rua da Carioca³⁰.

Porém, as outras questões ainda eram fonte de reclamações por parte da população, que almejava a melhora do espaço urbano. Estes anseios de modernização e melhorias urbanas vão ser supridos somente nos anos de 1880, que foram marcados por uma maior intensidade na transformação urbana da cidade (PEREIRA, 1996). A partir deste período, e principalmente no início do século XX, a capital paranaense passa por um grande crescimento, sobre este aspecto Sêga (2001) enumera o grande aumento populacional; a enérgica intervenção urbanística; e a consolidação das bases da economia urbano-industrial, como três elementos significativos para cidade de Curitiba neste período.

Barz *et al.* (1997) apontam que é na primeira década do século XX que iniciam-se as primeiras ações para a construção de um sistema de captação e distribuição de água; o quadro urbano é ampliado; ocorre um zoneamento informal da cidade e a padronização das construções; sobre este último aspecto destaca-se que

Em 1905 foi criada uma lei determinando que, no eixo formado pelas ruas da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), 15 de Novembro e pela Praça Tiradentes, não se poderia, a partir daquela data, construir casas de madeira, sendo permitidas somente construções em alvenaria com dois ou três pavimentos (BARZ *et al.*, 1997, p. 6).

Deste modo, do final do século XIX e início do século XX:

[...] o centro de Curitiba transformara-se numa espécie de síntese de várias propostas de cidade. O traçado racional se impusera muito mais por questões formais do que por qualquer outro motivo, e agora se prestava

³⁰ Rua da Carioca é a atual Rua Riachuelo (BOSCHILIA, 1996).

principalmente ao tráfego dos bondes e aos 1000 veículos diversos. As árvores e a água encanada garantiam a salubridade urbana. [...] A erva-mate tornara possível trazer à cidade todos os signos mais evidentes da condição moderna: o boulevard, a fábrica, a iluminação e o burburinho urbano das ruas (PEREIRA, p.115-116).

Assim, Curitiba buscava “[...] integrar-se ao mundo contemporâneo” (SÊGA, 2001, p. 2) e seguindo este anseio:

[...] as gestões do presidente do Estado, Carlos Cavalcanti (1912-1916) e dos prefeitos João Antônio Xavier e principalmente Cândido de Abreu, foram o momento crucial, em termos da cidade de Curitiba, tanto da consolidação de um imaginário de modernidade, como da tomada da posição política por parte das classes dominantes em erigir uma cidade que se adequasse às necessidades de uma sociedade capitalista em formação (SÊGA, 2001, p. 3).

Deste modo, no período de 1913 a 1916, durante o segundo mandato de Cândido de Abreu, cuja administração foi marcada por projetos grandiosos e execução de obras de maior porte, a cidade de Curitiba passa por significativas transformações urbanas (BARZ *et al.*, 1997).

Com um empréstimo de 6.000 contos, começou uma série de obras consideradas audaciosas para a época, tendo-se que, apesar do grande crescimento da cidade na virada do século, Curitiba ainda permanecia como um lugar provinciano na década de 1910. Entre seus projetos modernizadores, destacam-se a construção do Paço Municipal, o Mercado Provisório, calçamento e alinhamento de ruas, a canalização do rio Ivo, a retificação do rio Belém, a reforma do Passeio Público (projeto de dois arquitetos franceses), reforma de praças, a inauguração do bonde elétrico e a doação do terreno onde foi construído o prédio central da Universidade Federal do Paraná (BARZ *et al.*, 1997, p. 7).

Assim, “[...] a cidade deixara de ser um aglomerado de casas e ruas mal traçadas, e as pessoas eram chamadas ao convívio social para desfrutar o espaço público [...]” (SIQUEIRA, 2009, p. 26). Deste modo, a capital paranaense erguia-se como um modelo de modernização e desenvolvimento.

Neste contexto, o edifício do Paço Municipal foi construído com o fim de abrigar a primeira sede própria da Prefeitura Municipal de Curitiba, hoje Paço da Liberdade. O mesmo foi construído no antigo Largo do Mercado, atual Praça Generoso Marques, entre 1914 e 1916, no local que abrigava o antigo mercado municipal, que foi demolido e transferido para uma nova sede (BOSCHILIA, 1996). Acrescenta-se que

Com a saída do mercado e a instalação do Palácio Municipal a área passou por uma remodelação que inclui a desapropriação dos imóveis situados entre a atual Rua Professor Moreira Garcez e a Riachuelo, e a colocação de uma estátua em homenagem ao Barão do Rio Branco. [...] Antigas casas coloniais foram demolidas para dar lugar a modernos sobrados [...] No entanto, a alteração da arquitetura não modificou o perfil do comércio, que continuou sendo feito por diferentes grupos de imigrantes [...] (BOSCHILIA, 1996, p. 20).

Lacerda (1983, p.4) destaca a localização central do Paço Municipal “[...] ele ficou insulado entre duas estreitas vias o que lhe conferia situação especial no conjunto paisagístico”. Siqueira (2009) mostra os reflexos da construção do Paço da Liberdade ao realizar a seguinte descrição:

A inauguração do Paço Municipal trouxe novo significado à praça. O barulho e a sujeira foram substituídos por Largo arborizado, onde o imponente edifício projetado por Cândido de Abreu, centralizava o cenário. Assim como a Praça passou da balburdia frequente do Mercado ao vetusto centro do poder municipal, a cidade, como um todo, sofreu muitas transformações no início do século XX, e tudo isso representava um novo aspecto da modernidade de Curitiba (SIQUEIRA, 2009, p. 36).

“Os fatos parecem indicar que o autor do projeto teria sido o próprio Prefeito, engenheiro Cândido de Abreu. [...] O arquiteto Roberto Lacombe, a quem também se atribuiu o projeto [...], encarregou-se da decoração interior do prédio” (LACERDA, 1983, p. 3). Para a época o Paço Municipal constituiu-se como uma obra ousada e, em termos arquitetônicos, o prédio é considerado eclético, entende-se aqui que o ecletismo remete à “prática de selecionar o melhor dentre vários estilos tentando criar um estilo de maior perfeição” (BONAMETTI, 2006, p. 3), ou seja, a arquitetura do Paço da Liberdade reúne de maneira harmoniosa diferentes tendências arquitetônicas. Sutil (2009, p. 71) destaca que é na decoração externa do edifício que se destaca a utilização

[...] de um dos preceitos fundamentais do ecletismo, a representação. As colunas da entrada principal do prédio estão suspensas por dois atlântis que representam os poderes municipais, o Legislativo e o Executivo. Acima, um nicho contém uma estátua feminina, vestindo túnica, o que significaria a cidade de Curitiba e, na ornamentação da torres, um escudo com armas do município e cabeças de leão, símbolos da força.

Destaca-se também no edifício o estilo Art-nouveau este “caracterizado por exuberância decorativa, formas ondulantes, contornos sinuosos e composição assimétrica” (BONAMETTI, 2006, p. 2). Deste modo, a construção impactou de

modo significativo na paisagem, neste sentido, Siqueira (2009, p. 36) complementa que

A construção demonstra de forma precisa a transformação da paisagem urbana que Curitiba estava vivenciando, e de que maneira uma arquitetura, carregada de simbolismos e imaginário, assume significado.

Dentro desta perspectiva, destaca-se que o Paço da Liberdade, enquanto um dos elementos centrais que compõem a paisagem estudada é “o ícone de um conjunto de obras que reformaram estruturalmente o tecido social e espacial da cidade, influenciando diretamente na arquitetura dos edifícios públicos e civis, e conseqüentemente forjando uma paisagem distinta” (CHIESA, 2009, p. 150). Portanto, a construção do mesmo marca o primeiro momento de transformação da paisagem estudada.

A inauguração do edifício do Paço Municipal ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1916, configurando como o último ato público do prefeito Cândido de Abreu (SÊGA, 2001). Barz *et. al.* (1997) destacam que após o fim do mandato de Cândido de Abreu, as transformações urbanas ocorreram de forma mais lenta, inclusive como reflexo da Primeira Guerra Mundial, que influenciou no aumento do custo dos materiais de construção civil, assim somente a partir da metade do século XX foram vivenciadas mudanças da mesma proporção.

O Paço Municipal configura-se a partir de 1916 como um símbolo do poder local, conferindo identidade à cidade neste início do século, sendo Curitiba “[...] um dos raros exemplos, no Brasil, de Prefeitura Municipal com sede própria” (LACERDA, 1983). O edifício abrigou as atividades da Prefeitura e da Câmara Municipal por 63 anos, neste período 42 prefeitos exerceram seus mandatos e realizaram projetos em prol do desenvolvimento da cidade de Curitiba (SEEC, 2011).

Em 1948, ao Paço Municipal foi dado o nome ‘Paço da Liberdade’, por proposição da Câmara de Vereadores (Lei nº 2/1948³¹), o nome adotado “[...] denotava os novos ares democráticos que sopravam permitindo a retomada da autonomia dos serviços legislativos e a possibilidade da eleição para o executivo municipal” (SIQUEIRA, 2009, p. 53).

³¹ CURITIBA. Lei n. 2 de 03 de fevereiro de 1948. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

No ano de 1948 a Câmara também discute e aprova o projeto de lei que institui o Paço da Liberdade como integrante do Patrimônio Histórico do Município, o reconhecimento ressalta que o edifício “[...] se apresenta para a população curitibana como um importante lugar de memória” (POSSE, 2009, p. 104). A mesma autora reforça que “[...] além da preocupação com a concretude do edifício e das funções nele envolvidas são os ideais democráticos que se deseja perpetuar” (POSSE, 2009, p. 104).

A importância do prédio do Paço da Liberdade, na conformação da paisagem urbana de Curitiba e o significado simbólico atribuído ao mesmo, são reconhecidos em âmbito estadual, culminando no tombamento do edifício no ano de 1966³², Navarro (2011) destaca que como justificativa para o tombamento do Paço Municipal tem-se:

[...] a inspiração foi a qualidade arquitetônica do imóvel – em lugar da histórica -, pois o antigo Paço foi construído já no século XX, igualando-se em ‘valor’ aos demais imóveis que são representantes dos tempos da província (século XVIII), sendo então um misto de reconhecimento (já que se encontrava em bom estado de conservação) e preservação do seu potencial de animação do Centro antigo (NAVARRO, 2011, p. 67).

Assim através do tombamento reforça-se “[...] a percepção do monumento como representativo da arquitetura paranaense e do processo de urbanização de Curitiba, pois integra o conjunto paisagístico da praça onde se situa” (POSSE, 2009, p. 104).

Até o ano de 1969, o prédio manteve-se como sede da Prefeitura Municipal, porém a sede na Praça Generoso Marques já não comportava mais os diversos serviços públicos prestados pela prefeitura, por este motivo esta foi transferida para um novo prédio, localizado no Bairro Centro Cívico (SEEC-PR, 2011). Verifica-se na Imagem 4 a configuração desta paisagem na década de 1960, podendo-se identificar as similaridades e diferenças com relação à atual aparência física da mesma.

³² Inscrição n. 6 do Livro Tombo Histórico e Artístico Estadual de 18 de janeiro de 1966.



IMAGEM 4 – FOTO AÉREA DO PAÇO DA LIBERDADE E DO ENTORNO NA DÉCADA DE 1960 (CURITIBA, PARANÁ)
FONTE: IPPUC (2012)

A partir dos anos 1970, a administração municipal iniciou diferentes medidas para reforçar a importância histórica da cidade, através da valorização do patrimônio construído, de forma isolada ou como conjunto urbano (IPPUC, 2012). É nesse período, especificamente entre 1971 e 1974, que Jaime Lerner assume seu primeiro mandato como prefeito e tendo como guia para suas ações o Plano Diretor de Curitiba de 1966, realiza intervenções urbanas para recuperar e reavivar a região central da cidade, incluindo o Paço da Liberdade e seu entorno (SIQUEIRA, 2009).

Com a retirada das instalações da prefeitura, iniciou-se a primeira restauração do edifício, porém com mudanças de projetos, conforme descreve Lacerda (1983):

[...] as obras de restauração, iniciadas em 1970 pela firma Irmãos Meneghetti, foram interrompidas em 1971, com a mudança de Governo. Naquela ocasião, esta firma perdeu o contrato e o projeto inicial passou a ser reformulado pelo arquiteto Cyro I. C. O. Lyra, por indicação do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Em abril de 1972, os projetos de detalhamento ainda estavam sendo elaborados. Foi em meados daquele ano que, após concorrência pública, a firma ARESTA retomou as obras [...] (LACERDA, 1983, p. 5).

Menciona-se ainda a atuação do arquiteto Abrãao Assad nas obras de restauro, assim como o interesse em recuperar as características originais do prédio adequadas à destinação cultural do mesmo (LACERDA, 1983). Assim, o prédio recebe o acervo do Museu Paranaense, que passa a ocupá-lo em 1974, após um convênio firmado entre o Estado e o Município, mantendo-se neste prédio até 2002 (SEEC-PR, 2011). Fato considerado como de significativa importância para a concretização dos objetivos do Plano de Revitalização do Setor Histórico (1970), pois se previa que “a adaptação daquele edifício para Museu deverá ser uma oportunidade para o início do remanejamento da área” (IPPUC, 1970, p. 39).

Conforme noticiado no jornal Estado do Paraná, o então diretor do Museu Paranaense, Prof. Oldemar Blasi, destacava os benefícios de se instalar o museu no prédio do Antigo Paço Municipal “[...] só o valor histórico do prédio ‘vale por si só como museu’. Uma outra vantagem é a localização bem no centro da cidade, o que facilitará a visita pública tanto por parte dos curitibanos como dos turistas [...]” (ESTADO DO PARANÁ, 1969, s/p). Anseio que se concretizou, uma vez que dada sua abertura o museu recebeu um grande número de grupos escolares e outros visitantes (POSSE, 2009).

Após 10 anos o edifício passa por reparos, conforme descrito por Lyra (2003, p. 12-13)

[...] em 1984, foi necessária uma obra de emergência de consolidação de alguns ornamentos externos que se apresentavam bastante degradados [...]. Também de caráter emergencial, foram feitas, em 1989, obras de reparos na pintura do teto do salão nobre que sofrera avarias [...]

É ainda no ano de 1984, que é solicitado o tombamento do edifício em âmbito federal, justificando-se não apenas pelas particularidades arquitetônicas do edifício, mas também pela representatividade histórica, política e cultural da construção para a cidade de Curitiba. Assim em 17 de outubro de 1984 é registrado como patrimônio brasileiro³³.

³³ Inscrição n. 564 no Livro Tombo das Belas Artes, vol. 2, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 17 de outubro de 1984.

O reconhecimento do edifício nas três instâncias governamentais: municipal, estadual e federal, intensifica seu caráter enquanto marco referencial urbano de Curitiba, neste sentido Oba³⁴ (1998, *apud* CHIESA, p. 160) afirma que

Os marcos referenciais urbanos possuem um sentido que supera seu aspecto físico, meramente visual, atribuindo-lhe a capacidade de 'delinear' uma identidade da cidade e desempenhar um papel importante na 'apropriação coletiva' da mesma. Sejam os marcos referenciais urbanos monumentos ou construções, espaços, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, possuem um traço comum a 'forte conotação de lugar'.

Na década de 1980, o entorno do Paço da Liberdade também sofreu alterações, como a colocação do *petit-pavê* seguindo o mesmo desenho da Rua XV de Novembro, “[...] os amplos pisos atendiam às novas necessidades de concentração e circulação de pessoas no local, ampliadas pela introdução da estação de transportes na praça” (CHIESA, 2009, p. 171).



IMAGEM 5 – PRAÇA GENEROSO MARQUES NA DÉCADA DE 1980
FONTE: SEEC-PR (s/d)

³⁴ OBA, L. T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade:** identidade de Curitiba. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Verificam-se ainda novas características na Praça Generoso Marques (Imagem 5) através da instalação de um comércio de flores, pontos de ônibus, telefones públicos, luminárias, bancos, floreiras, placas de sinalização, além de “estruturas metálicas treliçadas e cobertas com domos acrílicos (roxo translúcido e branco leitoso)” (CHIESA, 2009, p. 171). Na Praça José Borges de Macedo destacava-se a existência de um grande tabuleiro de xadrez no piso (não mais existente) e o plantio de árvores, aponta Chiesa (2009).



IMAGEM 6 - ARCADAS DO PELOURINHO NA PRAÇA JOSÉ BORGES DE MACEDO
FONTE: A autora (2012)

Na década de 1990, período em que Jaime Lerner assume seu terceiro mandato como prefeito (1989 a 1993) e é sucedido por Rafael Greca de Macedo (1993 a 1997) ocorreram outras alterações nesta paisagem, como, por exemplo, o mercado das flores antes localizado na Praça Generoso Marques, em 1993, é transferido para a Praça José Borges de Macedo, quando são construídas as Arcadas do Pelourinho (Imagem 6) conforme noticiado na época:

Este novo equipamento urbano, com uma área de 432 metros quadrados, estrutura de ferro em arco e coberta em vidro temperado transparente,

abrigará o atual mercado de flores e ainda um café, bancas de revistas, sanitários públicos e um módulo da Guarda Municipal. [...] Elas se integram a paisagem urbana e a vegetação existente. As floriculturas ocuparão oito módulos ao longo de uma galeria coberta, culminando com a perspectiva do Museu Paranaense (FOLHA DA IMPRENSA, 1993).

No ano de 1996, “[...] os edifícios do entorno da Praça Generoso Marques foram alvo do projeto ‘Cores da Cidade’, numa tentativa de revitalizar a região [...]” (CHIESA, 2009, p. 165). O projeto Cores da Cidade resultou de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Fundação Roberto Marinho, a indústria de tintas Ypiranga e os moradores e locatários dos casarões do entorno do Paço da Liberdade, que possibilitou uma renovação estética, mas também a fortificação da memória local (BOSCHILIA, 1996).



IMAGEM 7 – CASARIO DA PRAÇA GENEROSO MARQUES
 FONTE: A autora (2012)

Os referidos edifícios (Imagem 7) desempenham a função de enquadramento paisagístico do prédio do Paço da Liberdade, sendo referenciais da arquitetura eclética e neoclássica (IPPUC, 1970).

Foi também nesse período que foi erigida na Praça José Borges de Macedo a fonte Maria Lata d’Água (Imagem 8), de autoria de Erbo Stenzel, destaca Boschilia (1996).



IMAGEM 8 - FONTE MARIA LATA D'ÁGUA
FONTE: A autora (2012)

Assim, a paisagem vai se alterando, sendo reflexo das prioridades estabelecidas pelas gestões municipais. Porém, após a transferência do Museu para outra sede³⁵, no ano de 2002, o Paço ficou sem uso, sofrendo um intenso processo de depredação, por um período de quase cinco anos. Assim o prédio impacta pela segunda vez de forma significativa na paisagem que compõem, passando a mesma por mais um processo de transformação física, porém de caráter negativo. A questão simbólica e as imagens criadas em relação à paisagem também são influenciadas pelo contexto de abandono e degradação.

Na tentativa de obter recursos para a revitalização do imóvel em 2002, o mesmo é registrado como UIEP através do Decreto nº83/2002, porém por questões burocráticas não foi realizada a revitalização, mesmo existindo planos para o uso do espaço como o de “[...] restituir-lhe as funções originais, ainda que de forma mais simplificada – como Salão de Atos da Cidade” (CHIESA, 2009, p. 174). Desse modo, por ser uma estrutura antiga e delicada, não demorou para que os indícios da degradação começassem a transparecer. Sendo que:

[...] a indefinição sobre o destino do prédio e o deterioro precoce do monumento não passaram despercebidos pela população e pelas

³⁵ “O governo estadual instalou a nova sede do Museu Paranaense restaurando e reciclando o antigo casarão da família Garmatter, situado no Alto São Francisco diante da praça João Cândido [...] (CHIESA, 2009, p. 174)

instituições privadas da cidade, que mostravam preocupação com um dos principais exemplares do patrimônio cultural e artístico local (CHIESA, 2009, p. 175).

Mesmo antes da saída do Museu a imprensa local noticiava a decadência do prédio, como o jornal O Estado do Paraná, que na matéria “Museu histórico cai de pobre” relata: “Infiltrações, recaindo das paredes, ferro apodrecendo, colunas externas com frestas, pichações. Esta é a triste realidade do Museu Paraense, em Curitiba [...]” (PESCH, 2000, s/p). Outro problema verificado no local é destacado nas notícias, como “Antigo prédio do museu vira abrigo de mendigos” (OLIVEIRA, 2003, p. 9). Assim, a imprensa local buscava destacar o valor deste patrimônio em contraposição à situação de abandono vivenciada, incentivando a necessidade de participação popular na luta pela preservação do patrimônio cultural. Embora estivesse em situação de abandono o prédio ainda se constituía como um referencial, ainda que a imagem atrelada a ele fosse negativa, visto os problemas já mencionados.

Mas é somente em 2006, por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, que foi iniciada a revitalização da edificação, que culminou em sua reinauguração no primeiro semestre de 2009, em comemoração aos 316 anos da cidade de Curitiba (PAÇO DA LIBERDADE, 2009). A prefeitura cedeu o espaço e mantém-se responsável pela promoção das atividades desenvolvidas, já ao Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, coube além de revitalizar o espaço, manter-se responsável pelo projeto curatorial e pelas ações culturais, tendo a concessão por 25 anos, podendo ser renovada por igual período (PAÇO DA LIBERDADE, 2009).

A proposta adotada para a refuncionalização do Paço da Liberdade foi torná-lo um espaço cultural, em que comunidade e turistas pudessem ter contato com a história de Curitiba. O espaço possui salas para leitura, livraria, biblioteca, cafeteria, espaço de internet, estúdio de gravação (para bandas paranaenses), sala de atos, estúdio de arte eletrônica, sala de exposições, salas com equipamento audiovisual (CHIESA, 2009).

Por, se tratar de um bem tombado, durante sua revitalização vários requisitos e determinações legais precisaram ser seguidos, a fim de manter a integridade histórica e cultural da construção. Desta forma, buscou-se harmonizar os ambientes que compõem o prédio com a utilização de estruturas e equipamentos funcionais

(iluminação, mobiliário etc.) e a otimização das estruturas para o desenvolvimento das atividades (PAÇO DA LIBERDADE, 2009).

Destaca-se, portanto, o terceiro momento de influência do Paço da Liberdade na paisagem cultural estudada, o qual contribuiu para o resgate e a revalorização do conjunto de formas e das dimensões histórica e simbólica da mesma. A revitalização do Paço da Liberdade integra o Programa de Revitalização de Espaços Culturais da Prefeitura de Curitiba (BOLETIM PAÇO DA LIBERDADE, 2008). Assim com a preocupação de resgatar a área central de Curitiba, outras ações foram empreendidas no entorno e nas proximidades do Paço da Liberdade, conforme tratado no item que segue.

2.1.1 Ações no entorno do Paço da Liberdade

Conforme destacado além da preocupação com este bem patrimonial, a Prefeitura Municipal de Curitiba direcionou o olhar para o entorno do Paço da Liberdade assim, com auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR), desenvolveu o Projeto de Revitalização do Entorno do Paço da Liberdade, buscando a qualificação do comércio da região (BOLETIM PAÇO DA LIBERDADE, 2009).

A expectativa dos envolvidos no processo de revitalização, Sistema Fecomércio Sesc Senac – PR e Prefeitura Municipal de Curitiba, era que a revitalização e refuncionalização do Paço da Liberdade agisse como um efeito multiplicador para o entorno, contribuindo para a renovação da área central de Curitiba (CHIESA, 2009).

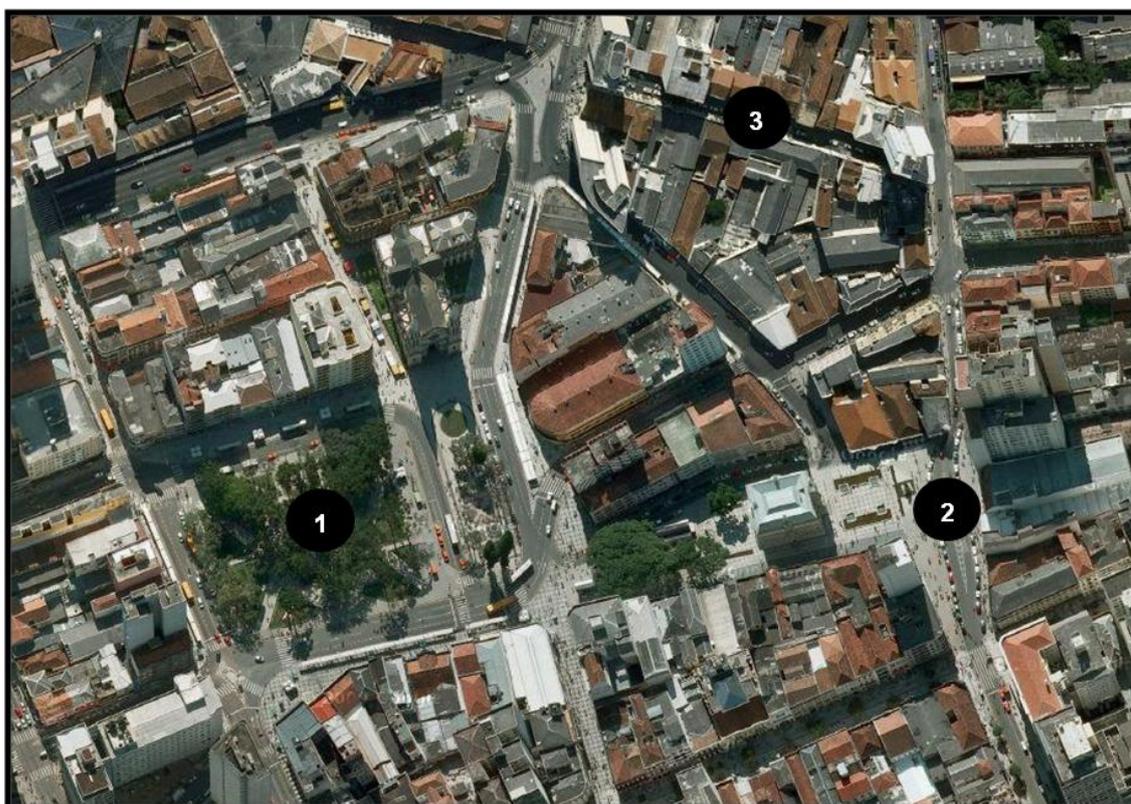
Outra ação empreendida foi a delimitação da área de entorno do Paço da Liberdade para a aplicação de incentivos fiscais (Figura 2), de modo a contribuir para a preservação das características das construções do entorno, não de modo a manter a paisagem alheia a transformações, mas valorizar o conjunto de formas que fazem referência a períodos distintos da história de Curitiba.

		turístico.	
2011/ 2012	Revitalização da Rua São Francisco	Fortalecer a rua como eixo gastronômico; resgatar sua importância histórica.	Poder Público Iniciativa Privada Comunidade local
2011/ 2012	Restauração da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz	Preservar as características arquitetônicas da construção.	Poder Público

QUADRO 1 – REVITALIZAÇÕES NO ENTORNO DO PAÇO DA LIBERDADE

FONTE: PAÇO DA LIBERDADE (2009), IPPUC (2011;2012), Adaptado pela autora (2013)

Como é possível observar através do quadro acima, a revitalização do Paço da Liberdade efetivamente serviu de incentivo para a realização de ações de revitalização nas Praças José Borges de Macedo, Generoso Marques e nos casebres do entorno. E ainda incentivou ações em outros locais na proximidade como é o caso da Praça Tiradentes, da Rua Riachuelo e da Rua São Francisco, que podem ser localizados conforme a Figura 3.



Legenda:

- 1 Praça Tiradentes
- 2 Rua Riachuelo
- 3 Rua São Francisco

FIGURA 3 – INDICAÇÃO DE OUTROS LOCAIS REVITALIZADOS NO ENTORNO PRÓXIMO
Fonte: GOOGLE MAPS (2012), adaptado pela autora (2012).

A Praça Tiradentes (Imagem 9), uma das áreas revitalizadas, marco zero de Curitiba, conhecida no século XVIII como Largo da Matriz ou Pátio da Matriz, de onde partiam as primeiras ruas da Vila, “[...] era o centro catalisador das atividades políticas, religiosas e comerciais. Desde a fundação da vila, era ao seu redor que se localizavam as residências urbanas das famílias pioneiras e politicamente mais influentes da região [...]” (BERBERI, SUTIL, 1997, p. 5).

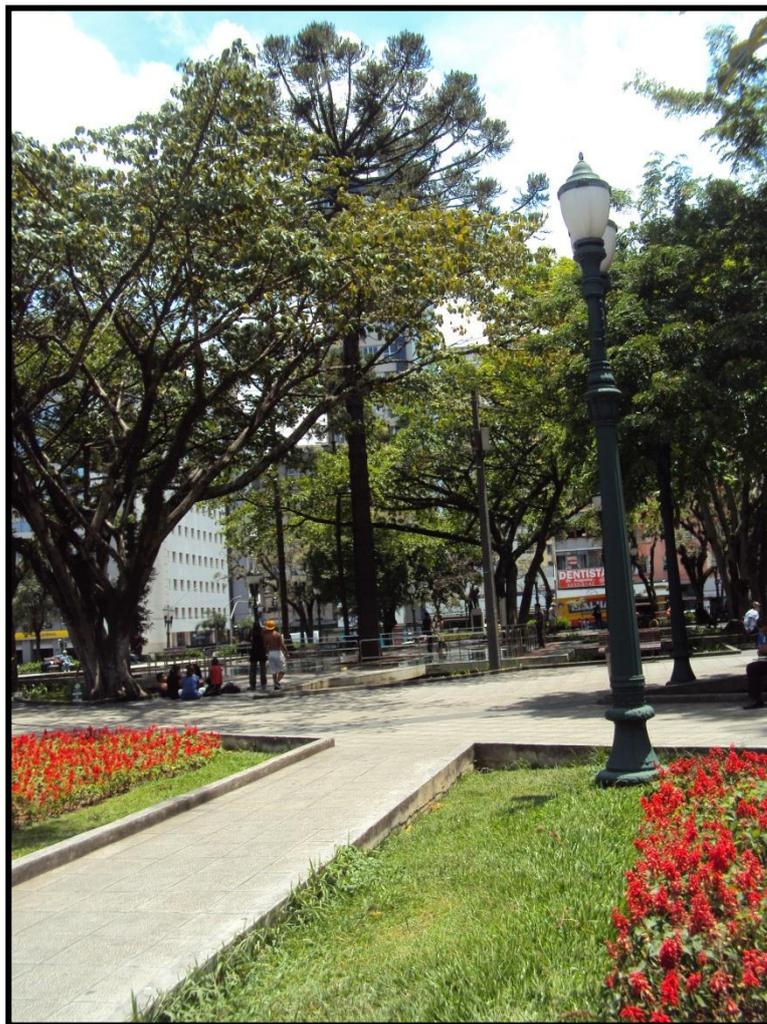


IMAGEM 9 – VISTA PARCIAL DA PRAÇA TIRADENTES
FONTE: A autora (2012)

A urbanização de Curitiba também se fez sentir neste logradouro, assim a grande campina verde rodeada por casas térreas e marcada pela presença da igreja (inicialmente uma pequena capela), e o prédio da Casa de Câmara e a Cadeia Pública (a partir de 1850), ao longo dos anos viu sua paisagem se transformar, com a pavimentação, as melhoras no saneamento e os novos projetos de paisagismo; além disso, as casas térreas do entorno foram dando lugar aos sobrados, os bondes

(primeiro a tração animal e depois elétricos), posteriormente os carros e os ônibus, passam a compor este ambiente, todas estas mudanças refletem “uma história não só de propostas urbanísticas, evolução dos meios de transporte e transformação no comércio, mas também permeada por grandes recepções, festas cívicas, conflitos populares e manifestações operárias” (BERBERI, SUTIL, 1997, p. 2).

Além de abrigar a Catedral Basílica Menor, na praça existem ainda outros monumentos: o Marco Zero, as estátuas de Marechal Floriano, Tiradentes e Getúlio Vargas, e os monumentos à República e em comemoração aos 250 anos de Curitiba. Destaca-se que nesta praça houve períodos de decadência e renovação, mas a função simbólica da mesma se manteve:

A praça chegou aos dias atuais como espaço de celebração. Celebração da história da República (nas suas estátuas e monumentos) e da história local (presentes nos monumentos de fundação da cidade). Isolada em meio aos edifícios comerciais, a Catedral permanece como último resquício do logradouro enquanto dimensão do poder: não mais as famílias tradicionais, não mais a Casa da Câmara, nem a Cadeia. A Tiradentes preserva apenas a função simbólica de ponto mais central de Curitiba (BERBERI, SUTIL, 1997, p. 37).

Nos últimos anos a Praça Tiradentes vinha enfrentando sérios problemas, Bronkhorst (2007, p. 3) descreve:

Com o vai e vem diário e os desgastes provocados pelo tempo e o clima, o que era para ser um majestoso ponto de referência no Centro da cidade se tornou um local de práticas ilícitas e que necessita de reformas urgentes na paisagem, estrutura e segurança.

No entanto, em uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Curitiba (por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e do IPPUC) e a Universidade Federal do Paraná, entre os anos de 2008 e 2009, foram feitas ações de revitalização da praça, durante a qual além das mudanças estruturais (iluminação, calçamento, paisagismo) e de segurança, ocorreu a descoberta de pavimentos e drenos datados de meados do século XIX, os quais ficaram visíveis devido à instalação de uma área de exposição envidraçada. Estes descobertos arqueológicos representam parte da história de Curitiba e sua identificação configurou-se como um fato de grande importância para a cidade.

A Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz (Imagem 10), localizada na Praça Tiradentes, que passou por um longo e oneroso processo de construção,

demolições e reformas até adquirir as características atuais, foi integrada também nas ações de revitalização da cidade, sendo restaurada entre 2011 e 2012.



IMAGEM 10 – CATEDRAL BASÍLICA MENOR
FONTE: A autora (2012)

Assim como a Praça Tiradentes, a Rua Riachuelo (Imagem 11) também passou pelo processo de revitalização. Esta rua desde sua abertura teve vocação para o comércio. Nos primeiros anos de existência a rua sofria com a ausência de pavimentação e a má condição das casas (algumas em ruínas) também era preocupante (BOSCHILIA, 1996). Porém, em meio às transformações urbanas que ocorriam na cidade de Curitiba, principalmente a partir de 1880, a Rua Riachuelo começava a se modificar, sendo local de trânsito obrigatório para muitos habitantes, por ligar a parte Norte e o centro da cidade, e visto a proximidade do Mercado Público e dos locais recém-inaugurados, a Estação Ferroviária (1885) e o Passeio Público (1886), destaca Boschilia (1996). Mas é com a instalação dos bondes

elétricos que a modernidade chega à Rua Riachuelo, pois com os bondes veio o aumento no número de imóveis e estabelecimentos comerciais, e, aos poucos, a paisagem se modificava (BOSCHILIA, 1996).



IMAGEM 11 – VISTA PARCIAL DA RUA RIACHUELO
FONTE: A autora (2012)

A presença dos imigrantes europeus na rua é outro fato marcante, se inicialmente havia somente colonos portugueses, a partir dos anos de 1880 começam a se instalar na localidade imigrantes alemães e italianos, mais tarde, os sírio-libaneses também passam a ocupar a rua, destaca Boschilia (1996). Assim, no início do século o comércio prosperava na Rua Riachuelo.

“A partir da década de 70, a Rua Riachuelo tornou-se canaleta do expresso, até que em 1994 a via de passagem de ônibus fosse transferida para a Travessa da Lapa” (GAZETA DO POVO, 2007). Assim verificam-se as transformações da Rua Riachuelo e sua importância para Curitiba.

Entretanto, a rua que se constituía como um dos marcos da cidade, nas últimas décadas vinha enfrentando graves problemas, pois como descreve Fernandes (2010, p. 6) a rua “[...] se converteu, pouco a pouco, em sinônimo de botecos de pé-sujo, baixa prostituição, tráfico e mendicância. Já foi chamada de Boca do Lixo”. Isso culminava no afastamento de moradores e frequentadores, prejudicando o comércio, e ocasionando a decadência das construções.

No anseio de resgatar a importância e gerar a revalorização da Rua Riachuelo, a mesma passou no período de 2009 a 2010, pelo processo de revitalização, contando com ações da Prefeitura Municipal de Curitiba (através do IPPUC), das Tintas Coral (Projeto Tudo de Cor para Curitiba) e do Sebrae-PR (orientação e qualificação do comércio). As ações realizadas compreenderam

[...] reforma das calçadas, melhoria da iluminação pública, instalação de câmeras de segurança, paisagismo, criação de uma rede subterrânea de cabos para enterrar a fiação de telefonia e dados e sinalização turística para pedestres indicando os 28 atrativos da região (IPPUC, 2010, p. 15).

Como complemento às mudanças físicas foi realizado o Projeto “Nova Rua Riachuelo - A Rua do Reciclar, do Reinventar e do Reencantar”, em que o Sebrae-PR e o Sistema Fecomércio realizaram um trabalho de consultoria junto aos comerciantes, buscando otimizar o comércio e os serviços oferecidos (IPPUC, 2010).

Uma das estratégias para chamar a atenção do público consumidor para as mudanças, foi a realização de eventos, em alguns domingos, com o fechamento da rua, montagem de vitrines nas calçadas, promoções, apresentações musicais e distribuição de prêmios (IPPUC, 2010, p. 16).

O mencionado evento teve duas edições e foi intitulado “Vitrines na Calçada”, neste os “[...] produtos novos e usados foram escolhidos e expostos em frente às lojas, uma maneira de chamar a atenção do público sobre a diversidade e a qualidade daquilo que é comercializado na região” (BOLETIM PAÇO DA LIBERDADE, 2009, p. 2). A ação teve por objetivo reaproximar moradores e turistas, assim como potencializar o comércio.

Outra rua do entorno do Paço da Liberdade que foi revitalizada foi a Rua São Francisco (Imagem 12 e Imagem 13). A revitalização ocorrida entre os anos de 2011

e 2012, compreendeu o trecho entre as ruas Presidente Farias e Barão do Serro Azul.

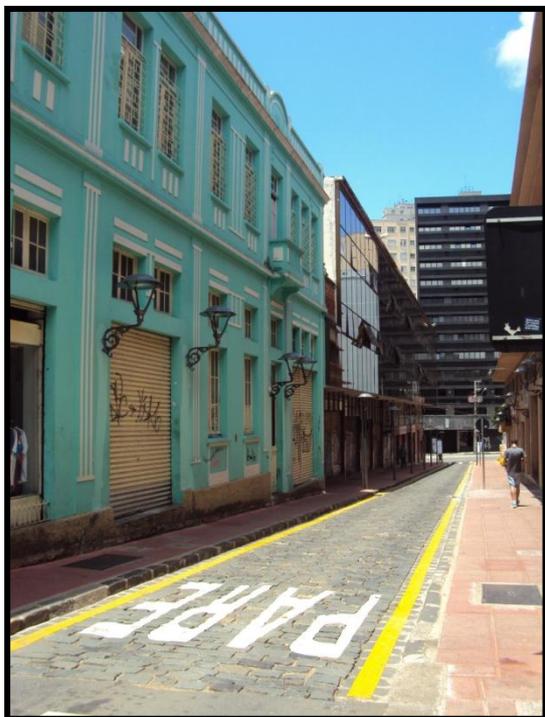


IMAGEM 12 – RUA SÃO FRANCISCO
(TRECHO ENTRE A RUA PRESIDENTE
FARIAS E A RUA RIACHUELO)
FONTE: A autora (2012)

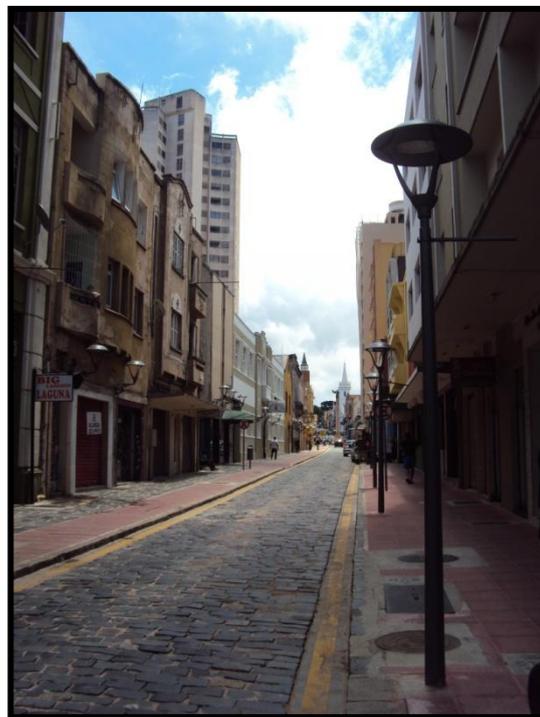


IMAGEM 13 – RUA SÃO FRANCISCO
(TRECHO ENTRE A RUA RIACHUELO E
A RUA BARÃO DO CERRO AZUL)
FONTE: A autora (2012)

Esta extensão da rua foi denominada “Rua do Fogo”, por aproximadamente três décadas, em decorrência das características da rua, marcada pela balburdia, brigas e prostituição que ocorriam na calada da noite (HOERNER JÚNIOR, 1989, s/p). Isso fez com que a rua mantivesse seu estado de urbanização rudimentar, pois não havia interesse do município em realizar projetos urbanísticos neste trecho:

A Rua do Fogo, perpendicular à Rua Fechada, atual José Bonifácio, bem no fim dela, escapando pela direita no Largo da Ordem, praticamente desabitada, embora muito frequentada na calada da noite, ficou como estava, sem merecer sequer atenção da municipalidade. Não fazia nem parte dos projetos urbanísticos (HOERNER JÚNIOR, 1989, s/p).

Na tentativa de mudar a imagem da rua, visto a instalação da Ordem Terceira no Largo da Ordem (extensão da rua), através da “[...] pressão da câmara e a influência dos políticos, passou aquela rua, oficialmente, a chamar-se Rua de São

Francisco, em homenagem ao das Chagas” (HOERNER JÚNIOR, 1989, s/p). Assim buscou-se moralizar a rua, deixando de lado o antigo título, porém os problemas não acabaram totalmente.

Apesar desses fatos que marcam a história da rua, de um lado considera-se que a ausência de ações de urbanização contribuiu para que a mesma mantivesse suas características físicas ao longo dos anos, conforme retrata Hoerner Júnior (1989, s/p) “a rua está hoje quase tal qual fora no passado, salvo um e outro prédio intrometido de permeio. E é das poucas ruas que restam na cidade com ambiente e cheiro de originalidade”. Este é um dos motivos que levou a Prefeitura Municipal de Curitiba a realizar a revitalização da Rua São Francisco, como parte integrante do Programa Novo Centro, o objetivo foi manter os traços físicos da rua e promover o conceito gastronômico que tem se desenvolvido na mesma nos últimos anos (PMC, 2012).

As ações compreenderam o alargamento das calçadas; a mudança da iluminação pública (com fiação subterrânea) e mobiliários seguindo o padrão do Setor Histórico; e a pintura das fachadas em parceria com os comerciantes e a Tintas Coral (Projeto Tudo de Cor para Curitiba) (PMC, 2012).

Como visto estes locais revitalizados, ao serem atendidos pelos projetos de revitalização foram beneficiados pela melhoria da qualidade estética, ampliação da segurança, procuraram retomar as atividades (anteriores ou potenciais) e reaproximar os moradores. Deste modo, a partir do exposto, pretende-se verificar como a comunidade do entorno estava se relacionando com esta paisagem, de forma a compreender se tal relação permitiria a formação de um sentido de lugar.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO

Destaca-se aqui, que de acordo com as características desta dissertação, desenvolveu-se primeiramente a pesquisa de caráter exploratório, a qual “[...] procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamento bibliográfico [...]” (DENCKER, 1998, p. 151). Esta foi desenvolvida na dissertação com a finalidade de constituir um aporte teórico dos temas correlatos à pesquisa e realizar o levantamento de informações sobre o Paço da Liberdade e seu entorno, utilizando

como técnica de pesquisa a Documentação Indireta, por meio da Pesquisa Documental e Bibliográfica (DENCKER, 1998). Com base nos materiais coletados e nas reflexões realizadas a partir do mesmo, partiu-se para a pesquisa de campo a qual possui um caráter qualitativo.

Como já mencionado, o interesse desta dissertação estava pautado na identificação da relação dos moradores e comerciantes com o Paço da Liberdade e do entorno, no que tange ao tempo de contato, as experiências vividas, as memórias individuais e a possível formação de um sentido de lugar, ou seja, trabalhou-se com dados que expressam as subjetividades destes sujeitos. Por tal motivo, adotou-se como procedimento metodológico a abordagem qualitativa. Esta considera a interação entre o pesquisador e a realidade estudada, o que é possibilitado por meio de entrevistas e observações, que contribuem para revelar os significados do fenômeno estudado (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002). É neste âmbito que esta pesquisa se alinha ao viés fenomenológico.

Para tanto, adotou-se como método a aplicação de entrevistas, para a obtenção de informações não disponíveis nas fontes documentais e bibliográficas pesquisadas, pois “a entrevista é especialmente indicada para o levantamento de experiências. É preciso lembrar que grande parte dos conhecimentos existentes não pode ser encontrada na forma escrita, pois faz parte da experiência das pessoas” (DENCKER, 1998, p. 166). Além disso, Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2002) esclarecem que

De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 168).

Nesta pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas, estas pressupõem que sejam estabelecidos alguns tópicos balizadores, buscando fazer com que o entrevistado fale livremente sobre questões pertinentes aos objetivos da pesquisa, podendo ser incluídas outras questões que se mostrem pertinente no momento das entrevistas (DENCKER, 1998). No roteiro (APÊNDICE 1) elaborado para fins desta pesquisa foram considerados como tópicos para a condução da entrevista:

- a) Entendimento do entrevistado em relação ao local – o que a paisagem representa; o que o encanta na paisagem;
- b) Primeiras vivências – primeiro contato com a paisagem do Paço da Liberdade e seu entorno, memórias em relação a este período, percepção em relação à paisagem;
- c) Contexto pós-revitalização do Paço da Liberdade e do entorno – percepção em relação às transformações, envolvimento pessoal e comunitário;
- d) Patrimônio individual e curitibano - opinião sobre a importância do local para o indivíduo e para a cidade de Curitiba.
- e) Indicação de outros moradores ou comerciantes para realização de entrevista

A amostragem não-probabilística foi identificada como mais adequada à presente pesquisa, assim a amostra foi definida por julgamento, conforme apresentado por Dencker (1998), uma vez que a seleção dos entrevistados foi pautada na seleção dos sujeitos que pudessem melhor contribuir para o estudo do problema da pesquisa, deste modo:

O pesquisador precisa localizar as pessoas que, em função do cargo que ocupam, de sua experiência de vida e de sua situação em relação ao objeto de estudo, acumulam informações preciosas sobre o problema que se pretende investigar (DENCKER, 1998, p. 166).

Pautando-se neste posicionamento, as entrevistas envolveram indivíduos inseridos na paisagem composta pelo Paço da Liberdade e seu entorno, comerciantes e moradores. Deste modo, para fins de esclarecimento destaca-se que para seleção dos entrevistados foram seguidos os seguintes critérios:

a) residir ou trabalhar no entorno do Paço da Liberdade, sendo que se considerou aqueles que estavam residindo ou trabalhando nas imediações das praças José Borges de Macedo e Generoso Marques (entorno imediato); mas também àqueles que residissem ou trabalhassem nas ruas na proximidade do Paço da Liberdade (Rua Tobias de Macedo, Rua Riachuelo e Rua São Francisco);

b) ter vivenciado o período anterior ao da revitalização e o período atual, de modo que se pudessem relatar as percepções em relação a estes momentos distintos.

Ao adotar o entorno do Paço da Liberdade para aplicação das entrevistas, pautou-se na colocação de Machado (1996, p. 99)

[...] só quem experiencia [a paisagem] por meio de um contato direto e contínuo pode alcançar melhor a compreensão dela. Pode-se considerar a percepção dos moradores como uma informação de grande importância no estudo da interação entre homem e paisagem, pois é inegável que há uma profunda diferença entre um cenário descrito e estudado, e um cenário experimentado e vivido. É a familiaridade em relação a tudo o que existe na paisagem que lhe confere um significado especial; onde os habitantes vivem, se movimentam e se relacionam entre si com a paisagem.

Verifica-se por meio de tal colocação que os indivíduos que vivenciam diariamente esta paisagem supostamente contribuiriam de forma mais significativa a maior compreensão da relação entre o sujeito e o objeto estudado. Bailly (1979) reforça tal visão, pois para o autor, para o residente ou aquele que frequenta cotidianamente a paisagem, este meio se torna tão familiar, que ele capta melhor que qualquer outra pessoa, os objetos e indivíduos que a conformam.

A partir do exposto, ressalta-se que tomando como base o universo que correspondia ao número total de moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade, foi delimitada uma amostra a partir dos critérios anteriormente indicados culminando em entrevistar 12 indivíduos. Deste modo, no decorrer do ano de 2012 e início de 2013, foram realizadas as entrevistas, sendo estas gravadas em áudio (mediante termo de autorização) e transcritas, para posterior análise. Pelo fato de nem todos terem autorizado a menção do nome adotou-se como padrão a nomenclatura “Entrevistado”, seguido do algarismo romano correspondente.

Na análise dos dados obtidos por meio das entrevistas considerou-se o referencial teórico e bibliográfico apresentado nos capítulos I e II, de modo a tecer reflexões sobre as questões identificadas e compreender a realidade identificada. Neste sentido, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p.170) discorrem que “à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações [...]”. Portanto, serão apresentadas no capítulo a seguir as análises realizadas a partir das entrevistas.

Capítulo III – EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS E O SENTIDO DE LUGAR

Desvendar um lugar a partir dos olhares, das experiências e das vivências dos sujeitos que com ele se relacionam cotidianamente, possibilita compreender as apropriações, aversões e significações que se constroem. As palavras revelam memórias, percepções e representações daqueles que, por motivos similares ou não, se relacionam com um mesmo espaço e a ele atribuem um sentido de lugar, permeado por afetividade e identidade.

Ao debruçar-se sobre o que os sujeitos revelavam em suas falas quando questionados sobre o Paço da Liberdade e o entorno, que compõem uma paisagem da cidade de Curitiba, que é permeada por valores, significados, memórias, usos e imagens, que se moldaram e se moldam ao longo do tempo, buscou-se compreender como as experiências individuais levavam a criação de laços com o lugar. Neste cenário, identificaram-se moradores e comerciantes, muitos com uma longa vivência nesta localidade por motivos de trabalho e/ou moradia. Ousa-se dizer que alguns confundem sua própria história, com a história do lugar, pois ali nasceram e cresceram. Outros apesar do menor tempo de contato mostraram estarem atentos às mudanças que ali ocorrem. Todos os indivíduos identificaram os encantos e desencantos de uma paisagem que apesar de ter sofrido algumas mudanças na forma (dimensão morfológica), sofreu mudanças ainda mais perceptíveis no que se refere a sua dimensão simbólica.

As intervenções realizadas pelo poder público em parceria com a iniciativa privada têm gerado transformações na dimensão morfológica da paisagem, uma vez que as revitalizações realizadas no Paço da Liberdade e no entorno (Praça Tiradentes, Rua Riachuelo, Rua São Francisco) têm buscado a restauração das construções e a melhoria da infraestrutura (calçamento, iluminação), mas deste modo busca-se também o resgate da dimensão histórica desta localidade e, por consequência, o reconhecimento da dimensão simbólica, uma vez que se estimula uma reapropriação por parte daqueles que cotidianamente se relacionam com a mesma.

Assim, após a discussão realizada a partir do levantamento documental apresentado nos capítulos anteriores foi possível compreender os aspectos conceituais da pesquisa, assim como a evolução do Paço da Liberdade enquanto patrimônio cultural e componente de uma paisagem de significativa importância para

a cidade, subsidiando assim a realização das entrevistas que buscaram verificar a percepção dos moradores e comerciantes em relação ao Paço da Liberdade e ao entorno.

3.1 DESVENDANDO OS SUJEITOS

Inicialmente optou-se por desvendar as particularidades de cada sujeito, de forma a compreender sua inserção na paisagem estudada e sua relação com a mesma e, assim, identificar o entendimento, a percepção e a afetividade dos moradores e comerciantes em relação ao Paço da Liberdade e seu entorno. Pretendeu-se, ainda, verificar o papel do Paço da Liberdade (Imagem 14) enquanto elemento de valorização da memória individual e coletiva.



IMAGEM 14 – PAÇO DA LIBERDADE (CURITIBA, PARANÁ)
FONTE: A autora (2012)

ENTREVISTADO I

Na ocasião da entrevista o Entrevistado I, tendo 58 anos de idade, estava exercendo atividades como comerciante, mantendo um estabelecimento comercial da família. O mesmo declarou ainda ter morado no entorno do Paço da Liberdade até os seis anos de idade.

O primeiro contato do Entrevistado I com o Paço da Liberdade e entorno ocorreu já na infância, uma vez que sua família morava em um dos edifícios que compõem a paisagem. Assim, a família e o trabalho são os fatores que ligam o mesmo com a localidade. Conforme ele destaca na seguinte fala

Eu morei aqui até os seis anos de idade, então, foi até 1960, 1961 [...], mas daí eu acompanhei todo o desenvolvimento aqui da região, [...] na verdade é desde 1943, meu pai tem loja aqui nessa região (ENTREVISTADO I, 2012).

As memórias que ele mencionou ter deste período são diversas, algumas referentes aos acontecimentos cívicos e políticos que marcavam a localidade, uma vez que a Praça Tiradentes (localizada nas proximidades) era, “[...] um ponto de ebulição de Curitiba [...]” (ENTREVISTADO I, 2012), conforme descreveu o entrevistado. Outras memórias revelaram as características da paisagem neste período inicial de contato:

[...] eu acompanhei todo o desenvolvimento aqui da região, aqui era o ponto central da cidade [...]. Quando eu nasci já não existiam mais bondes, mas os trilhos ainda existiam [...]. [...] A praça Tiradentes era uma praça que tinha muitos pinheiros [...]. Esta praça aqui [Praça José Borges de Macedo] sempre teve esses ipês, eram muito mais ipês [...]. O uso da Praça Generoso Marques era basicamente para transporte coletivo e de passagem rápida [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

Ao longo dos anos outras transformações na paisagem foram percebidas pelo entrevistado, ele destacou, por exemplo, as transformações nas edificações da Praça Generoso Marques e a retirada do *petit-pavê*.

As edificações mudaram também, foram se estabelecendo novos prédios e infelizmente houve reformas de fachadas, que é o caso deste prédio que nós estamos, ele tinha o estilo daqueles casarões lá da Praça Generoso, só que esses quatro, cinco prédios, eles foram destruídos, as fachadas e modernizadas. [...] E perdia-se a cultura. Outra coisa marcante, mas isso já foi agora mais recente foi a perda do *petit-pavê*. O *petit-pavê* é uma parte da

cultura paranaense, é o nosso *petit-pavé* curitibano. Se você olhar eles têm formato de pinha, de pinhões, de pinheiros [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

Verifica-se por meio do relato do entrevistado que ele manifestou ver com desagrado certas mudanças ocorridas, pois ele demonstrou reconhecer na paisagem elementos que foram descaracterizados resultando na perda de signos e símbolos que remetem a cultura curitibana e paranaense. As mudanças foram percebidas pelo Entrevistado I nos aspectos físicos da paisagem, mas ele demonstrou compreender que estas são reflexos de alterações na dinâmica política, cultural e social da cidade de Curitiba.

Ao mesmo tempo ele mencionou acreditar que este ir e vir, os períodos de auge, decadência e renovação são inevitáveis e refletem as mudanças sofridas pelo próprio homem, e este movimento é fascinante ao olhar deste observador atento.

O que me encanta é essa movimentação humana e os prédios acompanhando, os prédios, os usos, as coisas se adaptando a movimentação humana, e isso me encanta. Pra mim dá pra escrever a história de Curitiba aqui (ENTREVISTADO I, 2012).

Estes aspectos de movimento e mudança foram fortemente percebidos pelo entrevistado, uma vez que ele viu como os estabelecimentos comerciais, os casarões antigos, os mobiliários urbanos, enfim, os elementos que compõem sua paisagem cotidiana, vão se alterando, se adaptando e refletindo o próprio homem, na figura dos moradores e usuários deste local.

Ao ser questionado sobre a importância do Paço e seu entorno, o entrevistado afirmou “[...] pra mim aqui é a primeira célula de Curitiba!” (ENTREVISTADO I, 2012), e em outro momento acrescentou “[...] mas eu não sei se o curitibano reconhece a importância dessa região [...]” (ENTREVISTADO I, 2012). Assim, ele demonstrou valorizar este conjunto paisagístico como um lugar de memória da cidade de Curitiba, que reúne diferentes extratos do tempo. Ao falar da importância que ele atribuía ao Paço da Liberdade, o mesmo comentou:

[...] é o quintal da minha casa, e era um prédio que eu adorava, uma coisa que eu adoro, acho maravilhoso. E isso aí me marcou muito, eu trabalhei muito por isso aí. Voluntariamente como cidadão, na época só como comerciante, mas já morei aqui. Trabalhei muito (ENTREVISTADO I, 2012).

Ele comentou ainda da influência dos eventos realizados no Paço da Liberdade e no entorno, citando as programações de natal e as edições da feira “Vitrines na Calçada” (ação realizada na Rua Riachuelo).

O Natal aqui foi tão bonito! [...] A própria divulgação desses eventos já cria um público, incentiva esse público para vir participar, [...] um público que nunca viria pra cá, você induz ele a vir. É o caso desse na rua [Rua Riachuelo], que talvez muita gente talvez nem sabia que esta rua tem uma prioridade de móveis, antes eram só móveis usados, agora tem móveis novos também. Eu acho que é importante por isso, induz o público a conhecer a cidade (ENTREVISTADO I, 2012).

Aponta-se, portanto, como o Entrevistado I revelou ter acompanhado as transformações ocorridas por meio de sua vivência no local desde a infância até os dias atuais. Este entendimento se confirma ainda quando o mesmo reconheceu que as alterações são fruto de um conjunto de elementos que perpassa o local (os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos).

ENTREVISTADO II

O Entrevistado II, com 40 anos de idade, também estava exercendo atividades como comerciante. Apesar de trabalhar na localidade há 6 anos, o primeiro contato do Entrevistado II com o Paço da Liberdade e o entorno ocorreu há 10 anos, quando veio morar em Curitiba, conforme ele relatou: “Lembro. Uns 10 anos. Estou aqui em Curitiba há 10 anos [...]” (ENTREVISTADO II, 2012).

As memórias do Entrevistado II em relação às primeiras vivências no local são em relação ao abandono e aos problemas com a falta de segurança, o que tornava a paisagem desagradável ao olhar desse observador.

Eu fiquei muito assustado porque rolava muita droga. [...] Isso daqui tava abandonado [Paço da Liberdade e o entorno] e era mais ponto de prostituição [...]. Às vezes a pessoa tinha medo de passar por perto, porque este prédio [Paço da Liberdade] estava abandonado e a Riachuelo também. [...] Antes estava desestruturado! Uma situação de abandono. [...] Era um prédio muito grande [Paço da Liberdade], a primeira impressão que você tinha era assustador [...] Pra mim mudou muito, senti a diferença principalmente em relação ao Paço, porque dava dó de ver. (ENTREVISTADO II, 2012).

Assim, as transformações na paisagem destacadas por ele, na verdade se referiram à melhoria da segurança no entorno do Paço da Liberdade, o que acabou por impactar na mudança dos usos das praças e das ruas nas imediações. Por estes motivos o entrevistado afirmou “Tudo mudou pra melhor!” (ENTREVISTADO II, 2012). Deste modo, na ocasião da entrevista não havia nenhum elemento nesta paisagem que o incomodasse.

Ao falar sobre o que o Paço e seu entorno representavam pra ele, o entrevistado levantou inicialmente o fator trabalho, uma vez que sua relação com este espaço se estabeleceu exclusivamente por esta questão.

O que representa pra mim? Bom, é onde eu ganho meu dinheiro, de onde eu tiro meu sustento, então pra mim é praticamente tudo, meu trabalho, de onde eu tiro minha renda, pra mim é um lugar bom (ENTREVISTADO II, 2012).

Assim, havia uma relação estimulada exclusivamente pelo trabalho, mas ao mesmo tempo ele reconhecia que o local é importante afetivamente para ele e que para a cidade “[...] é muito importante porque é o centro antigo, Curitiba antiga. Parte do setor histórico. Eu acho que é uma das áreas mais importantes” (ENTREVISTADO II, 2012).

É importante destacar que para o entrevistado o que mais lhe encantava na paisagem é o próprio edifício do Paço da Liberdade, uma vez que após a revitalização sua percepção em relação ao edifício mudou completamente, inclusive ele destacou:

O Paço agora me encanta! Agora depois da revitalização é um lugar que inclusive eu frequento, vou ao café, é outro ambiente. Vou com clientes para tomar um café. É um lugar bem agradável. Me encanta mesmo! (ENTREVISTADO II, 2012).

Deste modo, destaca-se que apesar da relação do entrevistado ser estimulada pelo trabalho e o período de contato como o Paço da Liberdade e seu entorno ser de apenas 10 anos, o mesmo pode acompanhar dois momentos distintos da paisagem estudada, inicialmente um período de decadência, marcado pelo abandono e pelos problemas sociais, e um segundo período, posterior a revitalização, o qual é marcado pelo encantamento do Entrevistado II pela paisagem com a qual ele estava se relacionando cotidianamente.

Verifica-se ainda que a revitalização foi vista pelo entrevistado como um marco na renovação da localidade, as mudanças ocorridas foram capazes de estimular o sujeito a apropriar-se deste patrimônio cultural que é o Paço da Liberdade, a partir da renovação estética e da valorização histórica deste bem.

ENTREVISTADO III

O Entrevistado III, com 50 anos de idade, posicionou-se como comerciante, já tendo sido morador na localidade e no momento da pesquisa mantendo apenas seu estabelecimento comercial na localidade.

Além de trabalhar no entorno do Paço da Liberdade, inicialmente o entrevistado também residia na localidade, conforme ele revelou “Foi em 1998. Nesta época eu morava nesta rua [Rua Riachuelo], em um dos apartamentos [...]” (ENTREVISTADO III, 2012).

As memórias iniciais do entrevistado o levaram a recordar um período em que o medo e a insegurança eram elementos cotidianos que permeavam sua relação com a localidade, uma vez que segundo ele

[...] depois das 18 horas era praticamente impossível você sair pra rua. Por quê? Por causa das pessoas drogadas, prostitutas, vândalos. [...] Famílias não passavam por aqui (ENTREVISTADO III, 2012).

Além destas questões ele revelou que as construções eram basicamente as mesmas, mas sofreram alterações de ordem estética com o passar dos anos, em decorrência de ações do poder público em parceria com os comerciantes e moradores.

Apesar de sua admiração pelas construções e pela história da localidade, o que mais encantava o Entrevistado III são os móveis antigos, o que se justifica pelo fato dele trabalhar com a venda destes móveis. Assim, ele demonstrou que sua ligação com o lugar ocorria por se tratar de uma localidade característica pelo comércio de móveis antigos e usados: “O que mais me encanta são os móveis, porque eu sou um eterno apaixonado por móveis antigos. Então quando eu vejo uma peça antiga eu fico, assim, alucinado!” (ENTREVISTADO III, 2012).

Em contrapartida, o que mais estava incomodando este entrevistado “[...] são os prédios abandonados [...]” ou em mau estado de conservação (ENTREVISTADO III, 2012), ainda existentes nesta paisagem composta pelo Paço da Liberdade e o entorno. Estes, por desinteresse dos proprietários ou por indefinições quanto ao uso, estão presentes entre outras construções que foram revitalizadas.

A importância desta paisagem para a cidade de Curitiba na visão do entrevistado pareceu estar no fator de atratividade, ou seja, para o Entrevistado III (2012) “[...] a importância é que traga mais pessoas pra nossa região, que traga mais turistas, que venham a frequentar mais a nossa rua, e passear, se distrair com a família”. Portanto, a qualidade estética da paisagem do Paço da Liberdade e do entorno, assim como o resgate das características das construções, foram considerados pelo entrevistado como importantes para a cidade no que se refere à retomada ao uso por parte dos moradores e turistas.

Verifica-se que o Entrevistado III, estando há 14 anos na localidade, inicialmente como morador e depois como comerciante, reconheceu a importância de se preservar esta localidade, sendo fundamental manter a segurança e as benfeitorias, para garantir uma reaproximação dos próprios curitibanos com o local, e o bem estar dos moradores e comerciantes. Apesar de não manifestar diretamente uma afetividade para como Paço de Liberdade, ele demonstra ao longo de sua fala reconhecer a importância que o edifício possui como elemento de valorização histórica da localidade e para a renovação do entorno.

ENTREVISTADO IV

O Entrevistado IV, com 31 anos de idade, também estava exercendo atividades como comerciante, administrando o estabelecimento comercial da família.

Desde a infância o entrevistado começava a exercer o papel de observador desta paisagem, apesar da pouca idade as pequenas incursões pela localidade eram frequentes, uma vez que a família do Entrevistado IV já possuía um estabelecimento comercial no entorno.

Foi com 5 ou 6 anos, que eu já andava pelas ruas aqui, que já comecei a conhecer. Porque meu pai sempre teve comércio aqui e eu já começava a

andar pelas ruas, não ia tão longe, mas já começava a conhecer [...] (ENTREVISTADO IV, 2012).

As memórias desta época da infância são referentes aos comércios, pois ele lembrou que “[...] tinham muitas lojas, e lojas de família, então era legal! [...] Nessa região eu me sentia seguro!” (ENTREVISTADO IV, 2012), assim para ele era uma localidade familiar, que por ser conhecida e sempre percorrida, lhe remetia segurança. Ele complementa dizendo “A transformação que eu senti mais foi nessa parte do comércio” (ENTREVISTADO IV), pois este perfil de comércio familiar, que passava de geração em geração, já não é mais tão comum, poucas são as lojas de famílias que ainda se mantém na localidade.

Além disso, ele recordou que “[...] gostava da história, de saber a história dos prédios, o que aconteceu e parece que o centro era um pouco mais humano antes” (ENTREVISTADO IV, 2012). Percebe-se que o interesse que o mesmo tinha em se relacionar com seu lugar de vivência cotidiana o levava a buscar informações e descobrir a história das construções e das ruas, isso o aproximava consideravelmente do lugar e o garantia um sentimento de pertencimento.

O entrevistado manifestou se encantar com as praças da localidade, como a Praça José Borges de Macedo, a Praça Generoso Marques e a Praça Tiradentes, ele descreveu esse encantamento da seguinte forma

É que você tá assim numa cidade de pedra, no meio de um monte de prédios antigos, de casas antigas, e de uma hora pra outra você está numa pracinha. A gente tem várias praças aqui perto e todas com muitas árvores, eu gosto disso. E Curitiba, eu acho legal que a prefeitura se preocupa, nem sempre, mas muitas vezes se preocupar em manter essas flores bonitas e essas árvores bem cuidadas, principalmente aqui no centro. Os prédios não são tão altos, são esses prédios meio baixinhos, então você sai desses predinhos, tem uma praça, tem um canteiro, é o que eu gosto (ENTREVISTADO IV, 2012).

No entanto ele destacou que “[...] essa imagem que o centro tem de um lugar sem lei [...]” (ENTREVISTADO IV, 2012) o incomodava muito e acabava afastando muitas pessoas desta localidade, mas que para ele a localidade continuava sendo muito importante.

Para ele o Paço da Liberdade e seu entorno, como componente do centro da cidade formam um conjunto muito importante historicamente, e nesse sentido ele afirmou: “[...] eu acho que isso é o importante pra qualquer cidade. Toda cidade tem um ponto de partida e normalmente é o centro, porque é onde tem o primeiro prédio,

é onde tem a primeira igreja, onde tem os primeiros moradores [...]” (ENTREVISTADO IV, 2012). Ele destacou que é a partir desta localidade que a pessoa deveria começar a descobrir Curitiba, pois este é o ponto inicial de formação da cidade e, portanto, está repleto de histórias e memórias.

Falando especificamente do Paço da Liberdade ele revelou a importância que conferia a este bem cultural:

Como história, eu acho que ele [Paço da Liberdade] tem muita história, tudo que passou por ali já, por ser prefeitura, é um prédio histórico, é um lugar que eu gosto, que eu acho bonito. [...] Eu gosto do lugar por toda história que tem, só queria frequentar mais. Fui algumas vezes quando era museu, fui com o colégio, fui sozinho, entrei sozinho várias vezes, mas eu gosto do prédio em si, em geral, por tudo que ele representa para Curitiba, pro centro aqui. [...] Hoje eu me sinto mais próximo, por ter melhorado a região toda. Antigamente eu não ficava muito tempo ali, não tinha nem vontade de sentar na pracinha, ficar num banquinho ali [...]. Eu gostava mais da parte de trás dele, onde tem as floriculturas, do que da parte da frente, hoje em dia já acho bonito os dois lados (ENTREVISTADO IV, 2012).

Assim, o entrevistado demonstrou reconhecer a importância histórica deste edifício, pelas informações que tinha sobre o mesmo, mas também por ter vivenciado este lugar, na época em que abrigava o Museu Paranaense e posteriormente, apresentando ainda algumas percepções do entorno ao mencionar a Praça Generoso Marques (parte da frente) e a Praça José Borges de Macedo (parte de trás).

Através da fala do Entrevistado IV foi possível verificar que sua proximidade com o lugar estava ocorrendo pela questão familiar e de trabalho, porém o mais importante para criar os laços de afinidade e familiaridade com o lugar são resultantes da ávida vontade em desvendar o espaço, percorrê-lo à pé e descobrir as histórias por trás de sua formação e transformação.

ENTREVISTADO V

O Entrevistado V identificou-se como comerciante e morador. Em 2002, foi o primeiro contato do mesmo com a localidade, época em que se mudou para Curitiba, sobre isso ele discorreu “Eu cheguei aqui em 2002 [...]. A primeira loja minha foi a última lá de baixo” (ENTREVISTADO V, 2012). Ele mencionou ainda “Tenho

amizade com todo mundo!” (ENTREVISTADO V, 2012), mostrando que os laços de sociabilidade com os demais comerciantes o aproximavam do lugar.

Desta época inicial de contato ele lembrou que “na época o movimento era bem menor, não tinha tanto drogado na rua. E as construções continuaram as mesmas” (ENTREVISTADO V, 2012). Os problemas com andarilhos e drogados realmente estavam se configurando como um problema para o entrevistado, inclusive ele afirmou “o que eu sinto falta é a tranquilidade, porque eu moro em cima [da loja], perdi a tranquilidade, hoje não tem mais” (ENTREVISTADO V, 2012), uma vez que à noite os problemas se agravavam. Isso faz com que o entrevistado estivesse se sentindo desiludido com a localidade, pois apesar deste local representar para ele o trabalho, a situação de insegurança provocou a decisão de se mudar para outra cidade, sobre isso ele revelou “Eu falo isso com dó, porque eu gostava daqui, agora não!” (ENTREVISTADO V, 2012).

Ele reconheceu que as ações de revitalização alteraram esteticamente a paisagem do Paço da Liberdade e do entorno, mas no ponto de vista dele “deixou bonito pra quem é visitante, mas para o comerciante não” (ENTREVISTADO V, 2012). Isso estava fazendo com que na paisagem nada o encantasse e deste modo o local havia deixado de representar algo bom para ele e para a família. Mesmo assim ele disse que a cidade de Curitiba continuava sendo importante, pois ele destacou “[...] o capital que eu tenho hoje saiu de Curitiba” (ENTREVISTADO V, 2012).

Considera-se ter ficado evidente na fala do entrevistado a quebra de uma relação afetiva com o local, pois os problemas sociais existentes na localidade estavam ofuscando as boas lembranças que manifestou ter do local. Percebeu-se haver certa tristeza por parte do entrevistado em ter como única alternativa a mudança para outra cidade, pois ele e a família construíram ao logo destes 10 anos uma história nesta localidade, mas estavam se sentindo sem ação diante da falta de segurança e tranquilidade. Nesse sentido, ele destacou:

[...] o negócio é o seguinte, é que enquanto não entrar a segurança pública, a segurança, porque não adianta só fazer, mandar tirar foto e mandar pra colocar num painel, não adianta fazer isso, isso não resolve nada (ENTREVISTADO V, 2012).

Desde modo, verifica-se que as mudanças ocorridas não foram vistas por ele como a solução dos problemas, pois, segundo ele, se alterou o aspecto físico, mas agravaram-se os problemas sociais.

Ele não demonstrou possuir nenhum tipo de vínculo com o Paço da Liberdade, sendo que a presença deste bem pareceu não influir na sua relação com a localidade, não foi mencionada por ele a importância desta localidade para a cidade, pois a situação atual deste morador e comerciante realmente estava impactando na representação que ele possuía do local.

ENTREVISTADO VI

O Entrevistado VI, com 20 anos de idade, estava na condição de estudante, trabalhando em um estabelecimento comercial da família. O mesmo teve uma vivência no entorno do Paço da Liberdade desde a infância, conforme ele descreveu

Eu praticamente nasci aqui. [...] os meus parentes sempre tiveram um estabelecimento aqui na região, faz 40 anos que está na nossa mão e 60 que existe a empresa. E eu fui criado aqui. [...] (ENTREVISTADO VI, 2012).

Assim a presença do empreendimento familiar na localidade o fez frequentá-la desde a infância. Como memórias dessa época ele destacou o aspecto da decadência dessa paisagem e a subutilização das construções. Por estar cotidianamente na Rua Riachuelo ele comentou ainda “[...] o que eu me lembro é que essa rua sempre teve uma tendência a ter lojas de usados, tanto móveis, como brechó e lojas populares também, só isso, sempre, sempre” (ENTREVISTADO VI, 2012).

Ele observou ainda um movimento contínuo de melhoras e pioras no entorno do Paço da Liberdade e menciona “[...] vai mudando, relativamente falando, digamos que vai passando o tempo vai melhorando, daí vai piorando” (ENTREVISTADO VI, 2012). Assim, apesar de serem empreendidas ações para a melhoria estética e isso gerar melhorias para a localidade, reduzindo os problemas com as drogas, prostituição e falta de segurança, com o passar dos anos o contexto de descuido com as construções e a falta de segurança se instauram novamente, até que outra ação seja realizada e o ciclo recomece.

“A arquitetura” (ENTREVISTADO VI, 2012) é o que mais encantava o entrevistado, que ainda mencionou “Eu acho linda essa região, eu gosto muito daqui!” (ENTREVISTADO VI, 2012). Assim, os componentes físicos da paisagem atraem o olhar deste sujeito, que se mostrou interessado pela história e pela importância em se preservar as construções. Por este motivo, o Entrevistado VI (2012) mencionou que o que mais o incomodava é “[...] a má conservação” das construções, assim como “a mendicância, a prostituição e o tráfico” (ENTREVISTADO VI) que são os principais problemas nesta localidade.

A importância conferida à localidade é expressa através da seguinte fala:

Pra mim ela representa o começo da cidade, porque toda cidade quando nasce tem uma região como referência. Apesar de Curitiba ter crescido muito, isso aqui ainda era uma referência, a algum tempo, e eu acho que é o berço da cidade, acho que tem que preservar, o que eu não vejo muito, porque você vê muitos imóveis que estão descaracterizados. Essa região é muito importante pra mim! (ENTREVISTADO VI, 2012).

Por meio do exposto observa-se que o entrevistado demonstrou possuir uma preocupação com a preservação do entorno do Paço da Liberdade e que estava vendo com desagrado os problemas sociais que afligem a localidade. Isso porque a considerava uma paisagem importante para a cidade de Curitiba, que sofre com a alternância entre períodos de declínio e ascensão. A afinidade com a localidade se dava pela vivência cotidiana, motivada pelo trabalho, mas principalmente pelo encanto com a arquitetura e a história do lugar.

ENTREVISTADO VII

O Entrevistado VII, com 53 anos de idade, estava exercendo atividades como porteiro, trabalhando em um edifício na localidade. Foi por ocasião de sua contratação no edifício em questão, que o Entrevistado VII teve seu primeiro contato com o Paço da Liberdade e o entorno: “Foi há 22 anos, quando eu entrei trabalhar aqui” (ENTREVISTADO VII, 2012). As memórias em relação a essa época são inicialmente referentes à falta de segurança

Antigamente era tudo bagunçado; [...] passei cada coisa aqui, era abandonado, não tinha nada, tinha muita prostituição, maloqueirada. [...]

Não tinha segurança nenhuma. [...] O pessoal não dava pra andar na rua, não podia sair de noite [...] (ENTREVISTADO VI, 2012).

Posteriormente, ele começou a relatar outras questões, como a presença de pontos de ônibus na Praça Generoso Marques e o Museu Paranaense, o qual ainda estava em funcionamento no edifício do Paço da Liberdade.

Lembro que tinha só o expresso, pouca coisa, não tinha muita coisa, museu ainda tinha, poucos ônibus [...] Existia os expressos aqui na Generoso Marques, os pontos eram aqui na frente [...] (ENTREVISTADO VII, 2012).

Ele demonstrou ter percebido o crescimento da localidade, apontando algumas mudanças como a retirada dos pontos de ônibus e a construção de novas galerias e prédios, assim ele destaca o que presenciou: “De vinte anos pra cá evoluiu bastante, teve bastante [transformações], a galeria foi toda mudada, reformada 3 ou 4 vezes, as outras galerias não tinha, agora têm” (ENTREVISTADO VII, 2012).

Quando comentou sobre o período em que o Paço da Liberdade ficou fechado o Entrevistado VII destacou que “mexeu com toda a região” (ENTREVISTADO VII, 2012). Percebeu-se que para ele esta paisagem que antes transmitia medo e insegurança, no momento da pesquisa era o que mais o estava encantando, ele revelou: “Eu gosto daqui por causa dessa praça aqui [Praça Generoso Marques], do Paço da Liberdade” (ENTREVISTADO VII, 2012).

Porém, mesmo após as mudanças ocorridas há situações que estavam o deixando intranquilo, assim o Entrevistado VII (2012) mencionou: “o que me incomoda são os bares, que de sexta pra sábado, sábado pra domingo tem muita bagunça na Praça [...]”.

Considerou-se que a importância histórica do Paço da Liberdade e do entorno não possuíam um significado particular para o entrevistado, mas que ele demonstrou observar a importância deste lugar para a cidade “[...] por causa do comércio, do turismo” (ENTREVISTADO VII, 2012) e percebia que atualmente havia um maior cuidado com a localidade, garantindo uma qualidade estética.

De forma geral a relação do entrevistado com a localidade pareceu ser decorrente apenas do local de trabalho do mesmo, não havendo uma ligação mais íntima com esta paisagem. Ele observou significativas transformações e melhoras, mas apenas em termos estéticos, não na dimensão simbólica.

ENTREVISTADO VIII

O Entrevistado VIII, tendo 57 anos de idade, também exercia atividades como comerciante. O contato inicial e as primeiras vivências do entrevistado no entorno do Paço da Liberdade ocorreu em decorrência do trabalho do pai, que já possuía um estabelecimento na localidade. “Há uns 55 anos atrás. Que meu pai já trabalhava aqui” (ENTREVISTADO VIII, 2012). Ele apontou como memórias desta época o menor fluxo de pessoas nas ruas e, conseqüentemente, menos problemas com a insegurança.

O tráfego de pessoas era bem mais calmo, não era essa complicação; e quanto às pessoas, era mais fácil de lidar com elas, hoje em dia é muito complicado, principalmente nessa região aqui. [...] Antes era bem melhor, bem mais tranquilo, o pessoal podia circular por aqui, não é que não possa circular por aqui, mas o ambiente é meio complicado. (ENTREVISTADO VIII, 2012).

Quanto aos aspectos físicos da paisagem ele mencionou que em relação às construções “não mudou nada. Foi feito só uma pintura nas construções, fora isso nunca mudou nada. Mudou muita loja, o estilo de vida aqui do pessoal [...]” (ENTREVISTADO VIII, 2012).

O Entrevistado VIII não conseguiu identificar nada que o encantasse nesta paisagem, em parte esta postura poderia se justificar pelo fato dos problemas que afligem a localidade estarem se sobrepondo às belezas do local, conforme o mesmo revelou ao longo de sua fala. Pode-se afirmar que estes fatores são fonte de incomodo para o entrevistado em relação à localidade, pois mencionou “As drogas, a prostituição é isso que incomoda [...]” (ENTREVISTADO VIII, 2012).

Sobre a importância do Paço da Liberdade e seu entorno o entrevistado revelou: “É que a gente gosta muito da história, então tem uma representação pra gente também. Tudo isso é importante pra cidade, cada espaço que é melhorado é bom para a cidade” (ENTREVISTADO VIII, 2012). Mas ao mesmo tempo ele destacou que além da questão histórica, que é importante para a cidade, pessoalmente ele não possuía uma afetividade com a localidade.

Assim, mesmo possuindo uma longa vivência na localidade (55 anos), o entrevistado demonstrou estar ligado a ela apenas por motivo de trabalho, não havendo uma relação de maior proximidade.

ENTREVISTADA IX

A Entrevistada IX, com 36 anos de idade, se posicionou como comerciante, há 2 anos administrando a loja da família. A Entrevistada IX, apesar de mencionar que a família sempre teve um estabelecimento comercial na localidade, o frequentava raramente, seu contato maior ocorreu em 2010, quando passou a administrar o estabelecimento da família.

[...] começou com o meu bisavô vindo da Alemanha; o meu avô, que é o amor da minha vida, que hoje não tá mais aqui comigo, trabalhou aqui direto, então por ele na verdade eu vim pra cá. Eu achei uma sacanagem a gente de repente não deixar isso ir pra frente, porque ele batalhou aqui, ele fez tradição, eu e meu pai só estamos botando pra frente, porque quem arregaçou as mangas, tudo, foram eles (ENTREVISTADA IX, 2012).

Deste modo o vínculo que ela estabeleceu com a localidade é fruto da história da própria família, assim ela afirmou “É que pra mim a loja aqui tem a minha história. A própria loja me encanta!” (ENTREVISTADA IX, 2012). “Hoje eu vejo meu ambiente de trabalho” (ENTREVISTADA IX, 2012), pode-se considerar que essa afirmativa mostra que também o trabalho permite criar uma ligação com o lugar.

“Antigamente eu achava um lugar proibido de se vir, [...] não era um lugar bom pra você andar” (ENTREVISTADA IX, 2012), mencionou a entrevistada. Quando começou a trabalhar na região, em 2010, a paisagem já havia se transformado, conforme ela relatou:

Eu peguei uma época que a rua, aqui a Riachuelo ainda estava revitalizada, tinha sido recém-revitalizada. Mas era assim, mais limpo, vivia guarda municipal pra cima e pra baixa, a iluminação continua a mesma tá ótima, não tinha mais essas pessoas desocupadas na rua, não tinha mesmo. (ENTREVISTADA IX, 2012).

Quando comentou sobre o Paço da Liberdade e o entorno, a Entrevistada IX relata que como curitibano gosta do Paço. E complementa “eu gosto de ver que minha cidade está sendo arrumada, preservada. Eu acho interessante, eu gosto” (ENTREVISTADA IX, 2012). Essa mencionada necessidade preservação é destacada pelo Entrevistada IX (2012) “[...] não sou contra o modernismo, mas a gente tem também que preservar a história, as nossas raízes, isso eu acho importante pra Curitiba”.

O que estava incomodando esta entrevistada diz respeito à falta de segurança no entorno do Paço da Liberdade, “eu estou sentindo falta da segurança” (ENTREVISTADA IX, 2012). Isso em decorrência dos problemas com as drogas, andarilhos e prostituição, “não tendo esse tipo de coisa melhora ainda mais” (ENTREVISTADA IX, 2012).

A relação da Entrevistada IX com o lugar teve diferentes fases: inicialmente apenas pelo fato da família possuir um estabelecimento comercial no local, época em que relatou ter uma imagem extremamente negativa da localidade; um segundo momento, em que assume a administração do estabelecimento, guiada por um estímulo emotivo, e se depara com uma localidade recentemente revitalizada, modificando assim sua percepção da paisagem; e, por fim, um momento mais recente, em que a mesma começou a detectar um retorno dos problemas sociais recorrentes na localidade.

Percebe-se que a Entrevistada IX demonstrou reconhecer a importância do Paço da Liberdade e do entorno como representantes da história de Curitiba, valorizando a revitalização e a preservação desta localidade, entretanto a afetividade com o lugar sendo estimulada pela própria história familiar neste lugar, não pela presença deste bem cultural tombado e de seu entorno.

ENTREVISTADA X

A Entrevistada X, com 48 anos de idade, apresentou-se como comerciante, há 25 anos trabalhando na loja da família e afirmou que sempre residiu no entorno.

Moradora do entorno do Paço da Liberdade desde a infância, revelou que a família sempre teve comércio no centro, deste modo, desde o início teve uma ligação com a localidade.

Eu sou uma pessoa que sempre vivia aqui no centro, sempre morei aqui no centro, e sempre tivemos comércio, a família toda, aqui no centro. Então eu conheço a bastante tempo aqui a região e aqui, até antes de 25 anos a gente conhece, porque já era do meu pai, ele tinha comprado esse ponto pra investir (ENTREVISTADA X, 2012).

Quanto ao período inicial de contato da Entrevistada X apontou algumas percepções, que segundo ela estavam se alterado significativamente nos últimos anos:

Bom, não sei se nessa época inicial a gente tinha outro espírito, mas eu não via como eu vejo hoje, antigamente eu sentia que aqui era um lugar bom de se estar, com boa vizinhança, lugar bom de se conviver (ENTREVISTADA X, 2012).

Quanto as construções ela revelou “as construções são as mesmas, não mudou muito [...], assim eu vejo da mesma forma as construções [...]” (ENTREVISTADA X, 2012). Neste momento ela destacou que por compreender o entorno de um bem tombado e fazer parte do setor histórico as construções não podem sofrer grandes alterações, deste modo a paisagem construída estava apresentando o mesmo aspecto há muitos anos, apenas tendo ocorrido pinturas de fachadas e mudança da pavimentação e iluminação.

A Entrevistada X revela ainda sua percepção em relação ao Paço da Liberdade:

O Paço, por exemplo, eu morei como eu te falei sempre no centro, antes ali era museu, eu desde criança frequentava aquele museu, porque eu sempre por aqui, os nossos comércios sempre ficaram nessa região, então pra mim aquilo lá [o Paço da Liberdade] faz parte da minha vida, representa muito. E eu morava no prédio antes, que fica na frente, então você abria assim e você olhava aquele prédio. Ele ficou lindo, o Paço ficou maravilhoso, porque ali a pracinha, você enxerga ele inteiro, ficou muito bonito, tenho orgulho dele! Porque é um dos monumentos que a gente pode se orgulhar pela beleza (ENTREVISTADA X, 2012).

Ao refletir sobre o que poderia encantar nessa paisagem a Entrevistada X declarou, que a própria loja era a única coisa que ainda estava gerando encantamento:

Então eu to muito decepcionada, não tem nada que tá me encantando aqui, a única coisa é o amor que eu tenho pela minha loja, que é uma coisa que vem de gerações, passou de pai pra filha, e agora eu to passando pra minha filha. Então é uma tradição que a gente tem aqui, história da família, é só isso que me encanta, porque o ambiente tá me desencantando (ENTREVISTADA X, 2012).

A importância do lugar para ela refletiu também a ligação familiar, que intensificava e ainda justificava sua presença na localidade:

Pra mim particularmente representa que é uma história de família, como eu te falei aqui, meu pai já é falecido há 19 anos, eu entrei pra trabalhar com a minha mãe aqui, é uma coisa que faz parte de mim, que me dói muito falar pra você que já to desgostosa disso aqui [...]. Porque a região aqui é linda [...] (ENTREVISTADA X, 2012).

Esse descontentamento estava ocorrendo porque conforme ela mesma relatou “[...] não tem segurança! [...] Se tirassem esse grande problema, que é o perigo de você andar nessas ruas, eu acho que isso que ia ter outros frequentadores, ia ser tudo melhor, bem diferente.” (ENTREVISTADA X, 2012). Esta pessoa demonstrou que se a segurança fosse maior, a localidade melhoraria e a própria relação dos moradores, comerciantes e frequentadores com o espaço seria diferente.

Assim, nos últimos anos a relação da Entrevistada X com o Paço da Liberdade e o entorno está se alterando, pois os problemas que afligem a localidade estão impactando em sua percepção. Porém, mesmo assim demonstrou reconhecer a importância da localidade e revelou possuir um vínculo afetivo com o Paço da Liberdade.

ENTREVISTADO XI

O Entrevistado XI, tendo 49 anos de idade, caracterizou-se como comerciante, fazendo 37 anos que trabalha no entorno do Paço da Liberdade. Tendo começado a fazer pequenos trabalhos ainda na adolescência, o entrevistado escolheu a Praça Generoso Marques como local de trabalho e desde então não saiu da localidade.

[...] eu tinha 12 anos, hoje eu estou com 49. [...] Eu era menino, eu entrei pra engraxar sapato ali, na praça [Generoso Marques]. Depois tinha a floricultura, eu comecei a fazer entrega, então eu fui me envolvendo com o pessoal (ENTREVISTADO XI, 2013).

O Entrevistado XI lembrou algumas experiências deste contato inicial, que se dividiam entre brincadeiras e o trabalho.

Lembrança boa que eu tenho daquilo ali é quando teve aquela neve, em 75 [...]. Eu era moleque, era uma época boa, engraxava sapato, brincava na neve, vendia rosa à noite [...]. O movimento das pessoas, digamos que seria

o mesmo, mas o movimento pra venda era bem melhor [...]. Não tinha tanto vagabundo, como é hoje [...] (ENTREVISTADO XI, 2013).

Outras memórias apontaram para os aspectos físicos e usos das edificações (antigas lojas que já não mais existem).

É, na Generoso Marques, era tudo quiosque, depois de anos e anos veio pra cá [Praça José Borges de Macedo][...]. Na época assim, teria assim o mercadinho na época, teria ali o Mercado Mazer, que hoje não existe mais; na época ali tinha a Casa Saber, eu tinha amizade com o dono, que hoje na existe mais; Calçados Samir, que era tudo ali, hoje não existe mais, não tem mais nada aqui hoje, acabou tudo. Os expressos eram ali, tinha uma banca de jornal [...] (ENTREVISTADO XI, 2013).

Este lugar representou para o Entrevistado XI (2013) “a história”. Ele ainda acrescentou “Eu cresci aqui [...] a minha infância foi aqui. Engraxando sapato, vendendo na rua [...]” (ENTREVISTADO XI, 2013). Ele complementou dizendo “isso aqui faz parte de Curitiba, isso aqui é um marco de Curitiba [...]”(ENTREVISTADO XI, 2013), assim a história deste sujeito se construiu neste lugar, o qual ele manifestou considerar como de grande importância para a cidade de Curitiba. O Paço da Liberdade, o atraía pela beleza e pela história, como ele mesmo revelou “acho bonito, é história, é bonito, o prédio é bonito, uma arquitetura linda [...]” (ENTREVISTADO XI, 2013).

O que mais estava encantando o entrevistado são as flores do Mercado das Flores, uma vez que são elementos do seu cotidiano e que representam a ligação dele com lugar. E o que mais estava incomodando, conforme ele mesmo relatou: “as coisas erradas, [...] falta polícia, têm muita gente dormindo na rua” (ENTREVISTADO XI, 2013), questões estas que são vistas como problemas para a valorização desta localidade pelos próprios curitibanos.

O Entrevistado XI mostrou que sua própria trajetória de vida é marcada pelas mudanças que ocorreram no Paço da Liberdade e no entorno. As experiências vividas nesta paisagem, as amizades construídas, o vínculo devido ao trabalho e o amor pelas flores criando um sentido de lugar para este entrevistado.

ENTREVISTADO XII

O Entrevistado XII também estava exercendo atividades como comerciante, fazendo 40 anos que mantinha um estabelecimento comercial no entorno do Paço da Liberdade. Inicialmente ele mencionou: “12 de dezembro de 1972, meu primeiro passo aqui na praça [Generoso Marques]” e, ainda complementou:

Olha, fui bem recebido, me lembro, só tenho memórias maravilhosas da praça, meu Deus do céu, comecei com um quiosque de flores, no qual eu fui bem sucedido com esse quiosque de flores, sempre trabalhando com vontade, trabalhando com força de vontade, trabalhando com amor, sendo simpático com os clientes, então adquiri milhares e milhares de clientes, fiz amizade com milhares e milhares de pessoas, então só tenho que agradecer todas elas e ficar feliz (ENTREVISTADO XII, 2013).

O amor e a afetividade pelo lugar se destacaram em cada fala do entrevistado, que afirmou “esse lugar, são 40 anos de trabalho minha jovem, representa minha felicidade, minha vida, meu orgulho, minha história de vida!” (ENTREVISTADO XII, 2013). Assim, ele demonstrou que desenvolveu uma trajetória de vida, sua história pessoal, no entorno do Paço da Liberdade.

Quando questionado sobre o que o encantava na paisagem ele não teve dúvida ao afirmar que seu amor por sua loja, pela Catedral e pelo Paço da Liberdade:

O que me encanta, o que me encanta, o lugar mais lindo de Curitiba é o meu quiosque [...]. Segundo lugar o que me encanta, onde que tem o ser supremo que chamasse Deus, igreja da Catedral. Depois do lado da Praça [José Borges de Macedo], aqui nós temos uma estrutura magnífica, maravilhosa, [...] esse prédio que funcionou a antiga prefeitura até 1969, mais tarde funcionou o Museu Paranaense, hoje funciona o café do Paço, mais o SESC, é uma maravilha, é uma estrutura fantástica, é linda, eu só guardo lembranças maravilhosas de todas as épocas (ENTREVISTADO XII, 2013).

Ele disse ainda que nada o estava incomodando nesta paisagem, e em seguida já retratou a importância desta área para a cidade de Curitiba e para ele:

Olha essa área de Curitiba, é uma das áreas maravilhosas, isso daqui é o centro de Curitiba, é um ponto maravilhoso, é uma atração turística, esse Café do Paço, que funcionou o antigo Museu Paranaense, aqui funcionou essa antiga prefeitura. Esse é um prédio lindo, isso aqui é uma atração turística de Curitiba, isso aqui é quase igual a Praça Tiradentes. A Praça Tiradentes, que é o marco zero de Curitiba, é o início de tudo, isso aqui é uma maravilha. Aonde que sai a partida dos ônibus de turismo pra várias

regiões de Curitiba. Então aqui é o centro de Curitiba, é o início, é onde se dá primeiro passo pra todas as regiões de Curitiba. Então o início na Praça Tiradentes, depois Praça Prefeito Borges de Macedo, Praça Generoso Marques que é do lado, todas essas regiões é uma maravilha pra Curitiba, porque aqui é o centro de Curitiba (ENTREVISTADO XII, 2013).

Pode-se afirmar que nas falas do Entrevistado XII ficaram evidenciados os laços afetivos do mesmo com o lugar, a importância do seu trabalho nestes 40 anos e o quanto ele valorizava o Paço da Liberdade e o entorno.

3.1.1 Considerações preliminares

Ao analisar as particularidades de cada sujeito e sua relação com o Paço da Liberdade e o entorno, refletiu-se sobre o período de contato destes com a localidade e as experiências vividas. Considera-se que o fator “tempo” e as experiências dos indivíduos estão diretamente ligados aos laços que os sujeitos podem criar em relação ao lugar, influenciando nas imagens e representações que estes elaboram sobre esse lugar de vivência cotidiana.

Neste sentido, foi possível verificar a existência de três níveis de relação distintos: a) a relação é desde a infância por moradia e/ou trabalho; b) a relação é mais recente por moradia e/ou trabalho; c) relação é em decorrência somente do trabalho (tempos de relação distintos). Estas são esmiuçadas a seguir.

No caso da relação desde a infância por moradia e/ou trabalho, destaca-se que o contato ainda na infância é resultante da ligação que a família dos mesmos já possuía com a localidade, por questões de moradia e/ou trabalho, ou seja, as histórias familiares possuem grande peso na relação destes sujeitos com o local. Um caso particular é o do Entrevistado XI que se relacionou com o local, não por influência familiar e sim por trabalhar no entorno do Paço da Liberdade desde os doze anos de idade. Destaca-se que ele afirmou ter construído sua própria história de vida nesta paisagem.

Apesar das diferenças de idade, que variaram entre 20 e 58 anos, destaca-se que os entrevistados I, IV, VI, IX, X, XI demonstraram possuir uma vivência neste espaço, desde o período inicial das suas vidas, o que gerou uma evolução na forma de percebê-lo. Esta experiência prolongada do espaço contribui para a criação de uma forte relação destes indivíduos com o lugar (TUAN, 1980). O que permite

identificar que a proximidade física, se transpõe em proximidade simbólica, pois não é apenas suas presenças físicas nesta paisagem que os ligam a ela, mas também as memórias e representações construídas ao longo dos anos.

O entrevistado VIII mesmo possuindo esta vivência desde a infância, não demonstrou possuir uma relação de afetividade com o espaço, pois as más experiências que este sujeito teve na localidade se sobrepõem e o fazem manter o contato somente pela questão do trabalho.

A relação de moradia e trabalho também são os motivos que geraram a relação dos entrevistados III e V com a localidade, mas tal contato ocorreu a um período menor em comparação aos entrevistados mencionados anteriormente, nestes casos verifica-se que os laços criados com o local são menos intensos e estão ligados principalmente ao trabalho. No caso do Entrevistado V a ligação com o espaço estava prejudicada também devido às más experiências ocorridas nos últimos anos.

No entanto, os entrevistados II e VII comentaram ter tido o primeiro contato com a localidade motivado somente pelo trabalho, deste modo manifestaram associar o lugar como àquele que possibilita seu sustento, sua fonte de renda, não havendo uma relação mais profunda com o mesmo. Porém, destaca-se que o Entrevistado XII, apesar de possuir este mesmo vínculo com a localidade, desenvolveu uma relação mais afetiva com o lugar, o que se justifica em parte pelo período de contato, que havia completado 40 anos.

Verifica-se, portanto, que o tempo de contato é fundamental na criação de uma relação afetiva dos sujeitos para com um lugar, porém, as experiências vividas também exercem uma forte influência na criação destes laços de proximidade simbólica. Quando os indivíduos se identificam com uma paisagem eles a têm como um verdadeiro prolongamento de sua própria história de vida, e as relações entre indivíduo e paisagem se intensificam e se interiorizam, ultrapassando os aspectos físicos, alcançando uma dimensão simbólica. Assim, vai sendo atribuído a esta paisagem um sentido de lugar (BAILLY, 1979; BUTTIMER, 1985; GUIMARÃES, 2003; RELPH, 1979; TUAN, 1983).

As memórias dos indivíduos em relação às primeiras vivências na paisagem são referentes: ao menor fluxo de pessoas na localidade, às construções no entorno do Paço, às histórias das famílias e os usos do espaço. Entretanto são recorrentes às menções às mazelas sociais e o abandono sofrido pela localidade durante um

longo período, problemas estes que compunham uma paisagem do medo (TUAN, 2005), marcada pela insegurança dos moradores, comerciantes e frequentadores. Alguns entrevistados apontaram que estas questões estão voltando a preocupá-los. Assim, pode-se dizer que a relação dos sujeitos com o Paço da Liberdade e o entorno passa por etapas de topofilia e topofobia (TUAN, 1980), por influência das características físicas e simbólicas da paisagem.

Mesmo concordando com os problemas existentes alguns entrevistados manifestaram possuir um sentimento de nostalgia em relação à localidade. É necessário retomar, portanto, as considerações de Holzer (2005) a respeito do entendimento de Lowenthal (1975) sobre a apropriação do passado por meio da memória, neste sentido, destaca-se que a durabilidade de artefatos, como o Paço da Liberdade, as construções e monumentos do entorno, pode manter a presença do passado, resultando numa relação nostálgica. Associando estas questões a visão de Halbwachs (1990), destaca-se que apesar da paisagem passar por alterações (adições ou perdas) os indivíduos podem, através da memória, formar imagens destes diferentes fases e ainda reconhecer na paisagem atual pontos de referência que lhe remetem ao passado.

Os sujeitos demonstraram encantar-se por elementos diversos: os movimentos de evolução e transformação da paisagem (Entrevistado I); o local de trabalho, pois revela a história de suas famílias (entrevistados IX, X e XII); os elementos cotidianos do trabalho (entrevistados III e XI); elementos da paisagem construída (entrevistados IV e VI); o Paço da Liberdade e seu entorno (entrevistados II, VII e XII). A partir do que encanta os sujeitos na paisagem afirma-se que diferentes são as percepções e as experiências dos sujeitos em relação à mesma e, conseqüentemente, diferente o sentido de lugar que se forma, conforme destacou Kashiwagi (2011). São estas questões que permitem aos indivíduos identificar seu lugar natural, seu ponto de referência (BUTTNER, 2005).

Assim a mesma paisagem é observada e interpretada a partir dos olhares destes diferentes observadores, e cada um, a partir de suas experiências e vivências estabeleceu uma relação com a mesma. Conforme destaca Bailly (1979), a percepção da paisagem urbana associa os estímulos do meio aos processos mentais que envolvem o sujeito, no caso dos sujeitos desta pesquisa considera-se ter ficado nítido como as transformações na paisagem do Paço da Liberdade e do entorno causam reações diversas, e quão significativas são as influências das

experiências vividas, conhecimentos e memórias individuais na percepção dessa paisagem e na relação estabelecida com a mesma.

O Paço da Liberdade é um bem cultural reconhecido legalmente nas três instâncias governamentais por sua importância histórica, política e arquitetônica. Mas tendo-se consciência que os processos de tombamento muitas vezes seguem um padrão elitista e que exime a população das decisões do que deve ou não ser tombado e reconhecido como símbolo de identidade e memória, julgou-se importante identificar entre os entrevistados qual a importância conferida ao Paço da Liberdade, mas também ao seu entorno enquanto componente de uma paisagem rica em cultura e história.

Neste sentido, identificou-se que os sujeitos reconheceram a importância histórica do Paço da Liberdade, bem cultural tombado, e sua importância para Curitiba, por ter sido a primeira sede da Prefeitura, ter abrigado o Museu Paranaense e em 2007, ter sido revitalizado para abrigar um centro cultural (sede do SESC). O entrevistado I destacou que o Paço da Liberdade é um monumento fundamental na paisagem, e discorreu que os monumentos fundamentam a unidade de um povo, sem eles a história e a memória se esvaem.

O que sobra de uma cidade daqui vários anos, o que vai sobrar de Curitiba se não tiver um monumento? [...] Então se a gente quer ser um povo a gente tem que ser fundamentar nisso. [...] a praça que não tem uma âncora, uma construção âncora, ela desmancha. [...] eu acho muito importante que sejam resguardadas determinadas estruturas e tombadas (ENTREVISTADO I, 2012).

Estes monumentos, cuja importância foi destacada pelo entrevistado, são elementos componentes da paisagem, a qual é vista, então, como um fato social e cultural, capaz de materializar as características da sociedade no patrimônio que a compõe, exigindo sempre a existência de um sujeito que com ela se relacione e lhe confira significados, funções e valores.

Ainda sob o valor atribuído à arquitetura, destacam-se as menções feitas em relação à beleza arquitetônica do edifício (Imagem 15 e Imagem 16), assim como o fato de ficar nítido o papel que eles atribuem ao Paço da Liberdade enquanto indutor da recuperação do entorno. O edifício do Paço da Liberdade é reconhecido como um elemento singular na paisagem, ponto de referência que orienta os indivíduos e os permitem criar uma imagem da paisagem em questão, e conforme esclarece

Bailly (1979) as experiências de cada sujeito, vão influenciar nas imagens criadas, as quais podem expressar afetividade ou indiferença. Deste modo, é através de marcos referenciais como o Paço da Liberdade, as praças e ruas do entorno, que os indivíduos são capazes de sentir a cidade (ALMEIDA, 2010).



IMAGEM 15 – PAÇO DA LIBERDADE
(FRENTE)
FONTE: A autora (2012)



IMAGEM 16 – PAÇO DA LIBERDADE
(TRÁS)
FONTE: A autora (2012)

No caso dos entrevistados verificou-se como as experiências pessoais realmente impactam na percepção e na relação com a paisagem do Paço da Liberdade e do entorno. Alguns sujeitos revelaram ter este lugar como o cenário de sua trajetória pessoal, de suas principais experiências e, deste modo, criam um vínculo pessoal e afetivo com o lugar.

No entanto, outros sujeitos não criaram o mesmo vínculo com o Paço da Liberdade, estando suas memórias individuais atreladas a outras experiências nesta paisagem. Deduz-se que isso ocorre porque a importância para a história da cidade não é vista pelos sujeitos como impactante na vida destes que vivenciam cotidianamente esta localidade, há uma relação distanciada, sem ligação com as memórias individuais, até mesmo para aqueles que estão na localidade há um longo período de tempo. Esta situação pode ser entendida a partir da discussão feita por

Tuan (1983), o qual aponta que sendo a preservação de prédios e seu entorno resultantes de um processo de escolhas, não se garante que os indivíduos que com ele se relacionam, independentemente do tempo de contato, criem um sentido de lugar, pois estes bens enraízam o tempo, mas não necessariamente permeiam de forma significativa as experiências e vivências dos sujeitos no espaço.

Julgou-se pertinente tratar ainda das questões referentes à revitalização do Paço da Liberdade e do entorno, assim no item a seguir foram detalhadas as percepções dos sujeitos em relação a este processo.

3.2 REVITALIZAÇÃO: O OLHAR DOS SUJEITOS

Como visto as ações de revitalização em âmbito mundial e nacional, têm sido adotadas como forma de resgatar as áreas históricas das cidades, assim como revalorizar o patrimônio cultural edificado, de modo a promover uma reaproximação dos moradores e visitantes nestas áreas, por estas serem ricas em história e significados (CASTILHO, VARGAS, 2009; BOTELHO, 2005; SCOCUGLIA, 2004; PASQUOTTO, 2010). É importante mencionar que este movimento de revalorização do antigo e sua consequente integração com estruturas mais recentes, aliado a refuncionalização das construções, reflete um processo sofrido pela paisagem urbana de diferentes cidades, conforme apresentado por Relph (1987).

Em Curitiba este processo não foi diferente, por motivos diversos várias áreas de importância simbólica para a cidade ficaram fadadas ao abandono e a falta de segurança, o que gerou a decadência de algumas construções e a subutilização de outras. Entretanto, como visto no Capítulo I o poder público municipal buscou de formas distintas resgatar e preservar estas áreas, por meio de ações de revitalização e concessão de incentivos fiscais, por exemplo.

No caso do Paço da Liberdade e do entorno a situação de abandono se repetiu, problemas com a falta de segurança e a má conservação das construções eram nitidamente percebidos, constituindo-se esta em uma paisagem do medo (TUAN, 2005) para aqueles que por trabalho ou moradia continuaram frequentando o local, mas também àqueles que deixaram de frequentá-lo.

Este contexto incomodava a comunidade local, mas também inquietava a administração municipal, assim com o anseio de resgatar essa localidade e com a

ajuda de importantes parceiros, foi realizado o processo de revitalização, gerando melhorias estéticas na paisagem e otimizando a segurança, conforme apresentado no Capítulo II. O objetivo maior era reintegrá-la ao cotidiano do curitibano e atrair turistas para esta área, que representa o início da cidade de Curitiba.

Entretanto, pretendeu-se investigar por meio desta pesquisa como os moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade estavam se posicionando em relação às transformações ocorridas, procurando desse modo analisar se a relação entre os entrevistados e a paisagem foi impactada após o processo de revitalização do Paço da Liberdade e do entorno.

É importante destacar que ao serem questionados sobre as intervenções realizadas os entrevistados identificaram a revitalização do Paço da Liberdade como um marco que separa momentos distintos vividos pela paisagem que este integra. Independente do tempo de contato, todos os entrevistados vivenciaram o período de abandono que o Paço da Liberdade e o entorno enfrentaram, deste modo na visão destes sujeitos a revitalização marcou um resgate desta paisagem no que se refere aos aspectos físicos, mas também auxiliou na revalorização da localidade pelos outros e por eles próprios.

O Paço sem dúvida tá marcando o resgate dessa região sabe. [...] O Paço quase incendiou, quase caiu, quase pegou fogo, mas foi resgatado e agora está aí. [...] Eu acho que o trabalho foi fantástico, foi uma coisa maravilhosa [...]. E foi vital, o Paço foi vital depois vieram as outras intervenções [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

O Paço pra mim é o ponto principal da revitalização, o Paço da Liberdade eu acho que é onde foi feito o maior investimento também, mas ali as festas, os shows e até mesmo como ponto de referência. Antigamente você falava o Museu Paranaense, onde era a Prefeitura, muita gente não sabia o que era. Hoje em dia você fala o Paço da Liberdade, é onde foi reformado, daí as pessoas “Ah! Sei onde é!” E ficou muito legal, o entorno dele ficou muito legal. Ali era uma região bem complicada, bem feia, já melhorou bastante o ambiente. [...] Eu acho que ali é o ponto principal, ali mostrasse que a revitalização é uma coisa bem legal. [...] Eu acho que o centro tá voltando a tomar um formato de centro de volta. Quando todo o trabalho de restauração começou, tava muito desgastada a imagem do centro [...] (ENTREVISTADO IV, 2012).

Olha a reforma do Paço Municipal foi crucial pra renovar [a localidade] [...] (ENTREVISTADO VI, 2012).

Assim, o que se identificou como fundamental é a renovação e resgate desta paisagem, não apenas pela melhoria estética, mas também pelo resgate da memória, atração de moradores e turistas. Questões como a melhoria estética do

edifício e do entorno, melhora na segurança, aumento no movimento das lojas e da circulação nas ruas e praças, são recorrentes nas falas dos entrevistados, como pode ser observada a partir das seguintes descrições:

A revitalização influenciou bastante, na segurança e até no movimento da loja. [...] Tudo mudou pra melhor! (ENTREVISTADO II, 2012)

Ele ficou lindo, o Paço ficou maravilhoso, porque ali a pracinha, você enxerga ele inteiro, ficou muito bonito, tenho orgulho dele! Porque é um dos monumentos que a gente pode se orgulhar pela beleza (ENTREVISTADO X, 2012).

Melhorou bastante, ficou mais bonito, mudou totalmente, só falta mais segurança também, logicamente (ENTREVISTADO XI, 2013).

Verifica-se nas falas que as comparações entre os períodos “antes da revitalização” e “depois da revitalização” são inevitáveis, revelando a satisfação dos entrevistados em relação às transformações estéticas ocorridas. Alguns demonstraram a afetividade que possuem pelo edifício e a importância que conferem à sua revitalização na transformação do entorno. Assim, a dimensão simbólica desta paisagem começou a ser resgatada pelos próprios indivíduos que moram ou trabalham no entorno, sendo sinônimo de orgulho para os mesmos ver que a localidade está novamente se constituindo como o “coração de Curitiba”, permeada por histórias, memórias e vivências ancoradas nas construções e nas próprias experiências individuais destes sujeitos.

Pelo fato de alguns entrevistados residirem e/ou trabalharem em outras ruas do entorno também foram mencionados outros processos de revitalização, estes também tratados anteriormente nesta pesquisa. O importante é destacar que para os sujeitos entrevistados estas ações sem dúvida são um reflexo do processo iniciado no Paço da Liberdade, tendo este sido um motivador para a continuação de intervenções de revitalização nesta localidade. Isso porque os resultados obtidos com a revitalização do Paço da Liberdade foram vistos como uma renovação da autoestima da localidade, uma vez que os moradores e comerciantes se sentiram motivados com as melhorias ocorridas.

As ações de revitalização da Praça Tiradentes e da Rua Riachuelo são citadas por alguns dos entrevistados que, pela proximidade ou por possuírem estabelecimentos comerciais nestes locais, vivenciaram também as transformações ocorridas nestas localidades.

[...] a Praça Tiradentes foi muito importante, revitalizou de certa forma, mostra o passado, colocou aquele chão de vidro, acho que é muito interessante, que foi legal e tal, mas sempre a picareta encima do *petit-pavê* que é uma coisa que eu não concordo. A Riachuelo pra mim foi bacana que arrumaram, mas tá lá, tiraram 100% do *petit-pavê*. Então, na Riachuelo eu achei que foi legal, mas eu não concordo com o piso (ENTREVISTADO I, 2012).

O ponto principal foi esse aí [a revitalização do Paço da Liberdade]. Então vendo que deu certo, que funcionou, que espantou certas pessoas mal intencionadas, veio pra Rua Riachuelo, e veio com muito aceite de comerciantes e de clientes. Então melhorou assim 100%. Como eu já disse pra você, a gente tá satisfeito. [...] Então melhorou bastante sim e o principal foi o início no Paço (ENTREVISTADO III, 2012).

A rua [Rua Riachuelo] está ótima, em comparação ao que era antigamente está ótima. [...] Então eu acho isso muito benéfico para o comércio e pra cidade. [...] Eu acho que essa revitalização, o que trouxe, foi que aumentou nosso movimento, [...] se sentem à vontade de vir na rua. Só não quero que comece deixar isso [drogas, prostituição] crescer de novo (ENTREVISTADO IX, 2012).

O Entrevistado III comentou de forma mais detalhada as transformações geradas pela revitalização na Rua Riachuelo, pois vivenciou de forma mais intensa esse processo, motivado pelos resultados que observou no caso do Paço da Liberdade:

[...] há dois anos atrás, eles fizeram a revitalização da rua, do qual veio a melhorar 100%. Os drogados sumiram, prostitutas evacuaram um pouco, mas com a iluminação, com calçadas, a gente sentiu que atraiu certo público que não passava por esta rua, porque havia o medo de passar por aqui, ser assaltado. Famílias não passavam por aqui. Mudou bastante, porque hoje você pode ver os postes, eles não têm fiação, [...] hoje é tudo subterrâneo. [Os edifícios] mudaram bastante, porque a prefeitura em companhia com os comerciantes fizeram uma associação, do qual a prefeitura cedeu a tinta e os comerciantes entraram com a mão de obra, então todas as fachadas dos prédios foram pintadas. Então deu uma nova vida pra cidade. Existem uns prédios que ainda estão abandonados, mas foi feito tapumes, as fachadas foram melhoradas, pra que não dê aquele aspecto de um prédio abandonado cheio de vândalos. [...] As construções são praticamente as mesmas, mas foram assim, renovadas, foram revitalizadas, junto com a rua, então isso aí ascendeu uma luz pra nós, do qual a clientela nossa mudou bastante (ENTREVISTADO III, 2012).

Assim, verificou-se que o entrevistado manifestou ter visto com agrado as transformações referentes à melhora da iluminação, do calçamento, da segurança e das fachadas das construções. Para ele estas mudanças reanimaram o comércio da rua e o fluxo de pessoas aumentou. Todas essas mudanças foram consideradas possíveis a partir dos resultados observados na revitalização realizada no Paço da Liberdade e nas Praças Generoso Marques e José Borges de Macedo. Deste modo

recuperou-se não apenas o patrimônio cultural tombado, mas também o seu entorno, incentivando a revalorização e o resgate de aspectos históricos.

Entretanto, apesar de grande parte dos entrevistados terem se manifestado positivamente a respeito das intervenções, houve críticas, como a do Entrevistado V. Para ele as intervenções foram benéficas esteticamente, porém com a valorização do tráfego de pedestres as vagas de estacionamento foram reduzidas, prejudicando, segundo ele, o trabalho de alguns estabelecimentos, uma vez que estes necessitam de área para carga e descarga. Além disso, com a ampliação das calçadas ele verificou o aumento do número de andarilhos que ficam nas proximidades das lojas, afastando os clientes. Estas questões impactaram diretamente sua relação com a paisagem estudada, uma vez que sua ligação com o mesmo é resultado essencialmente do fator trabalho, apesar de ser também morador da localidade.

O Entrevistado VIII fez algumas considerações sobre as ações realizadas:

Esteticamente foram muito bonitas, agora eu estava vendo a Riachuelo está melhorando aos poucos, está um ambiente melhor, mas as laterais aqui não, que nem pra nós aqui na Tobias está cada vez pior, que os bares e a prostituição estão todos aqui agora, eles só mudaram de lugar. E a São Francisco ficou muito bonita, mas para o comércio ficou impraticável, porque a gente precisa de estacionamento, e onde a prefeitura deixou o estacionamento? Tirou o estacionamento, então o cliente se afasta (ENTREVISTADO VIII, 2012).

Portanto, apesar de serem percebidas melhorias, nem sempre a melhora estética contribui para as atividades cotidianas dos comerciantes, como, por exemplo, a diminuição de vagas de estacionamento. A priorização da circulação de pedestres nestas áreas revitalizadas é uma característica comum, como verificado nas diretrizes de planejamento da cidade, pois se busca uma maior interação dos frequentadores com o lugar; porém para alguns isto contribuiu para que andarilhos e pessoas más intencionadas permanecessem mais tempo nas calçadas, assim como dificultava o acesso com carro dos clientes de alguns estabelecimentos.

É relevante destacar ainda o posicionamento do Entrevistado VI, o qual demonstrou ter a percepção de que a revitalização tem efeito somente inicial, pois com o passar do tempo não há mais a mesma intensidade de ações, segurança e conservação das construções:

[...] somente inicial, é aquele impacto inicial [...] Quando teve a campanha da revitalização, que ia reformar tudo, a rua começou a ter um movimento

maior, porque trocou a calçada, a iluminação, mas agora ela voltou a ser o que era. (ENTREVISTADO VI, 2012).

Assim, pode-se considerar que a revitalização não pode ser vista apenas como uma ação pontual, sendo necessário um processo contínuo que preze pela continuidade das melhorias, da valorização das áreas revitalizadas e da garantia da segurança. Através dos relatos dos entrevistados verifica-se que inicialmente a falta de segurança, a prostituição e o uso de drogas havia se afastado do entorno do Paço da Liberdade, assim como da Rua Riachuelo e da Praça Tiradentes, porém com o passar do tempo estes problemas têm vindo novamente à tona, principalmente nas ruas não revitalizadas. Os moradores e comerciantes manifestaram em suas falas certo medo de que retorne o cenário anterior da revitalização e novamente os frequentadores se afastem.

De modo geral, pode-se afirmar que houve mudanças significativas na relação dos entrevistados com o Paço da Liberdade e o entorno após o processo de revitalização, porém algumas relações foram intensificadas e outras foram impactadas negativamente. A maioria dos sujeitos demonstrou ter se reapropriado desta paisagem afetivamente, influenciando assim no sentido de lugar, no entanto é nítida a dúvida de alguns sobre os reais efeitos das transformações físicas empreendidas no Paço da Liberdade e no entorno.

Retoma-se aqui a discussão apresentada por Berque (1998[1984]) que trata a paisagem como marca e matriz, na perspectiva das ações de revitalização da paisagem construída, no que tange ao caso do Paço da Liberdade, afirma-se que a paisagem expressa parte da história da cidade, através das características arquitetônicas e dos acontecimentos nela ocorridos, influenciando os sujeitos que com ela se relacionam (paisagem-marca); ao mesmo tempo em que a percepção dos indivíduos, as ações de revitalização e as memórias individuais e coletivas vão influenciando na mesma (paisagem-matriz). Assim, a paisagem e o sujeito (individual e coletivo) estão integrados em uma relação mútua de influências.

Outra questão importante na dinâmica das revitalizações mencionadas é a participação popular, enquanto alguns entrevistados demonstraram envolvimento intenso no processo, outros afirmaram não ter tido envolvimento direto no processo, assim como refletiram sobre a falta de interesse da maioria dos moradores e comerciantes em participar das ações.

O Entrevistado I foi o que relatou maior atuação, não necessariamente no decorrer do processo de revitalização, mas como interessado em que este processo ocorresse, pois se percebe que pela importância que o mesmo manifestou atribuir ao Paço da Liberdade e ao entorno ele se sentiu no direito e na obrigação de lutar pela preservação e pela continuidade deste local.

No caso do Paço Municipal eu me envolvi fortemente, durante os anos que ficou fechado [...] e decadente, eu escrevia pelo menos 5 cartas por mês para a Gazeta do Povo e no mínimo 3 delas eram registradas, muitas entrevistas, muitas fotos, muita reclamação, [...] eu trabalhei assim voluntária e intensamente porque é o quintal da minha casa, e era um prédio que eu adorava, uma coisa que eu adoro, acho maravilhoso. E isso aí me marcou muito, eu trabalhei muito por isso aí [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

Os demais entrevistados relataram não ter tido nenhum tipo de envolvimento ou orientação sobre o que ocorreria no Paço da Liberdade e nas Praças José Borges de Macedo e Generoso Marques, as ações foram sendo executadas pela prefeitura em parceria com o Sistema Fecomércio. Isso não anula a possibilidade das instituições mencionadas terem buscado envolver os moradores e comerciantes do entorno desde o início das ações, mas sim que os indivíduos entrevistados não perceberam esta tentativa. Foi comentado pelos entrevistados que após a finalização do projeto os comerciantes do entorno começaram a ser convocados para participação em reuniões, com o fim de integrá-los às ações a serem realizadas, como é o caso dos eventos: Virada Cultural, festividades de Natal e outras atividades culturais. Além de receberem orientações do Sebrae –PR para otimizar os serviços prestados. Mas segundo as entrevistas realizadas não houve uma grande adesão por parte destes comerciantes.

Nas ações empreendidas na Rua Riachuelo houve a participação de alguns entrevistados, porém de formas distintas, conforme relatos abaixo:

No começo da revitalização [da Rua Riachuelo] foram feitas várias reuniões, nós participamos de inúmeras reuniões, da qual era tratado ponto a ponto, qual que seria o traçado a ser tomado pra certas modificações que iam ser feitas. Então, a prefeitura juntamente com o SEBRAE, o SEBRAE que também nos auxiliou no nosso comércio, foram feitas várias reuniões para definir os traços da rua. Todos os comerciantes participavam das reuniões e juntamente com o pessoal da prefeitura e do SEBRAE, que eram tomadas as decisões, então muitas decisões foram tomadas junto com os comerciantes (ENTREVISTADO III, 2012).

[A minha família] teve envolvimento com o SEBRAE, que eles estavam tentando implantar uma feira [na Rua Riachuelo], todo domingo. [,,,] Na verdade a gente teve [também] um envolvimento com aquela campanha da Coral, eles davam as tintas e a gente pintava a fachada (ENTREVISTADO VI, 2012).

Teve uma vez uma feira no domingo [na Rua Riachuelo], [...] não valeu a pena, não participo mais, dessa maneira não. [Reuniões] Não teve (ENTREVISTADO IX, 2012).

Verifica-se que apesar do entrevistado III demonstrar a existência de reuniões para decisão sobre as ações a serem empreendidas, os entrevistados VI e IX relataram não ter participado de reuniões, por desconhecimento da realização das mesmas. O Entrevistado V comentou também que alguns problemas como a restrição de vagas para estacionamento (carga e descarga), fundamental para o trabalho dele e outros comerciantes, poderia ter sido discutida anteriormente com os mesmos, de forma a evitar prejuízos para os comerciantes.

O Entrevistado IV mencionou que observa que a ação na Rua São Francisco ocorreu de forma distinta das anteriormente mencionadas, uma vez que houve uma preocupação maior em envolver os comerciantes em todo processo, talvez por terem sido constatadas falhas nas revitalizações anteriores, no que se refere a falta de participação popular.

A Rua São Francisco aqui já foi feito um trabalho mais com os comerciantes pra forçar um pouquinho todo mundo a fazer. Lógico, sempre vai ter gente que quer e gente que não quer; gente que tá empenhado e gente que não. Mas aqui já foi trabalhado um pouquinho mais isso (ENTREVISTADO IV, 2012).

Alguns entrevistados apresentam seu posicionamento em relação à falta de participação de grande parte dos comerciantes e moradores, vendo esta como prejudicial a todos. Para eles seria fundamental a ação conjunta de todos para que os resultados fossem mais efetivos e permanentes:

Eu acho que falta muito, as pessoas gostam de reclamar, mas na hora de entrar não entram. O pessoal do Paço é um pessoal extremamente dedicado, extremamente voltado pra comunidade, querem fazer acontecer. [...] Então é isso, infelizmente há falta de participação. E eu acho que a preservação deste espaço é um conjunto, depende da questão de política e depende da comunidade do entorno. [...] as pessoas que vivenciam este espaço teriam que ter mais responsabilidade do que têm hoje [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

O problema é que tem que vir de todos, não só da prefeitura, mas tinha que os moradores e comerciantes participar mais disso. Quem são os

proprietários de imóveis, principalmente comerciantes, que alugam as suas lojas, não tem interesse em participar disso, da revitalização, eles querem uma rua bonita, mas não se preocupem com o prédio “Ah não venha falar o que eu tenho que fazer com o meu prédio!”. Então isso deixa a gente, assim, bem chateado, porque a gente vê a nossa rua sendo revitalizada, e muita gente não querendo participar de uma pintura ou não quer que mexa numa marquise. As pessoas não querem se preocupar com o imóvel deles, querem que a prefeitura arque com tudo. E eu acho que isso é complicado, porque nós estamos fazendo a nossa parte e querendo melhorar, mas nem todo mundo quer participar disso, daí não fica completo. Fica uma rua bonita, que nem a Riachuelo, ela fica uma rua bonita, com imóveis não tão bonitos e algumas pessoas muito preocupadas, deixando tudo legal, e outras nem tanto, largando um monte de lixo, colaborando em coisas erradas (como o tráfico, comprando produtos roubados), isso prejudica uma coisa que podia ser muito mais bonita. Acho que é bem legal fazer a revitalização, mas se fosse com todo mundo junto, talvez se fizessem um trabalho antes e visse se todo mundo tá trabalhando junto pra crescer (ENTREVISTADO IV, 2012).

[...] alguns comerciantes não concordam com reforma, eles tem uma certa resistência (ENTREVISTADO VI, 2012).

A resistência de alguns aos processos de revitalização e a falta participação em reuniões, relatadas por alguns entrevistados, são considerados impeditivos para que haja uma maior reapropriação destas áreas revitalizadas pelos moradores e comerciantes. Porém, o interesse que alguns manifestaram em auxiliar no processo reforça sua ligação com o lugar e a importância que conferem a necessidade de preservá-lo.

Outra questão identificada são os impactos da revitalização para o turismo e a reaproximação dos próprios curitibanos com o Paço da Liberdade e o entorno.

Esse prédio, acho que nunca foi tão fotografado na existência dele, quanto nestes últimos anos. [...] E tem gente que no ônibus mesmo [se referindo a Linha Turismo] houve falar e acaba depois descendo, porque tem uma parada ali na Tiradentes, vem caminhando até aqui [...] (ENTREVISTADO I, 2012).

Tem muito turista, dobrou praticamente, sempre gente fotografando (ENTREVISTADO II, 2012).

Segundo eles com as transformações ocorridas e com a solução de alguns problemas recorrentes na região, como a falta de segurança, ampliou-se a atração de turistas, que ficam encantados com a beleza da paisagem. Os entrevistados revelaram ainda que observaram que aos poucos as pessoas estão começando a se interessar em conhecer a localidade, atraídos pelo Paço da Liberdade e acabam frequentando o entorno:

Hoje você pode notar, principalmente no sábado, você vê mulheres com crianças, pessoas de outras cidades, exemplo: No sábado eu atendi um pessoal de Toledo, e esta é a primeira vez que esta pessoa passou pela rua, então, atraída pelo que? Pela rua limpa, pela modernidade da rua, o acesso fácil, e não existe aquelas pessoas que venham amedrontá-las. Então aos poucos os clientes estão vindo não só de Curitiba mas também de fora. [...] Ali [Paço da Liberdade] atrai muitos turistas, eles vindo ao Paço, eles saem caminhar, andar, pelas nossas ruas e do qual ele descobre a gente aqui. Várias pessoas vieram ao Paço e do Paço chegaram à minha loja, graças ao Paço. Então ali, assim, atrai os turistas. (ENTREVISTADO III, 2012).

Tem épocas que a gente percebe, percebe mais pessoal com mapa, pessoal passeando, mas ainda não é maciço. Tem épocas que você vê muito, eu já vi grupos de turistas, coisa que eu nunca tinha visto em Curitiba, vi um grupo de turistas com alguém explicando sobre a rua, que eu achei muito legal! E eu nunca tinha visto, só em ônibus. E andando a pé pelo centro tem muita coisa pra conhecer (ENTREVISTADO IV, 2012).

Sim vem bastante. Ano passado tinha mais, [...] tinha muito turista na rua, tirando foto das vitrines, tirando foto das fachadas, eu achava isso tudo bem interessante, isso é verdade, eu achava bem interessante isso, agora não [tem tanto], eu acho que aquilo ali atrapalha (ENTREVISTADO IX, 2012).

[...] é o que mais tem, é turista. [...] o pessoal passa por aqui pra ir pegar o ônibus, para pra tirar foto, tirar foto aqui do Paço da Liberdade (ENTREVISTADO XI, 2012).

Entretanto, alguns mencionaram acreditar que os problemas que ainda afligem a região acabam por afastar os visitantes, dificultando que o turismo se desenvolva de forma mais efetiva no local.

Até acham bonito, mas quando chegam na porta aqui chega algum drogado e se afastam (ENTREVISTADO V, 2012).

A mendicância é muito forte aqui, não teria uma influência turista muito boa aqui, o turista não teria uma impressão boa da cidade (ENTREVISTADO VI, 2012).

[Os problemas] impedem, impedem muito que as pessoas venham [...] (ENTREVISTADO VIII, 2012).

Assim, existem duas visões principais sobre a atratividade desta localidade após a revitalização, daqueles que acreditam que com a melhora estética houve uma maior atração de visitantes e daqueles que comentaram considerar que os problemas da região são ainda impeditivos para o desenvolvimento do turismo de forma mais efetiva.

A partir das questões apresentadas, observa-se que a revitalização ocorrida no Paço da Liberdade e, por consequência, no entorno, impactou de forma

significativa na relação dos entrevistados com a paisagem estudada. Alguns impressionados com os resultados alcançados, sentindo-se orgulhosos das melhorias e da melhora estética da região, reforçando sua ligação com a paisagem, e assim atribuindo à mesma um sentido de lugar. No entanto, alguns dos entrevistados demonstraram certa frustração em relação à localidade, pois apesar de reconhecer a importância histórica e a melhora estética ocorrida, disseram ainda vivenciar experiências que impactam negativamente sua relação com o local, o que dificulta a criação de laços afetivos com a paisagem, mesmo àqueles que se relacionam há muito tempo com o local e construíram a própria vida no entorno do Paço da Liberdade.

De modo geral, identificou-se que os processos de revitalização são benéficos quanto às melhorias estéticas e contribuem para o resgate simbólico do patrimônio cultural e de seu entorno, porém as ações junto à comunidade para compreensão da visão desta a respeito das ações empreendidas é fundamental para que os resultados sejam mais efetivos e para que realmente haja uma reapropriação destas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das reflexões teóricas a respeito da paisagem e do patrimônio cultural elucidou-se não apenas as particularidades dos conceitos, mas também a relação entre paisagem e patrimônio cultural, uma vez que o último configura-se também como um elemento componente da paisagem, e que possibilita atribuir significados a mesma e ancorar a memória individual e coletiva. Destaca-se que a abordagem da Geografia Cultural e da Geografia Humanista, no que diz respeito às reflexões sobre as subjetividades da relação dos sujeitos com a paisagem (esta multidimensional) e as discussões tecidas sobre o sentido de lugar foram fundamentais para a condução desta pesquisa.

A partir do estudo realizado percebeu-se a multidimensionalidade da paisagem como haviam mencionado Corrêa e Rosendahl (1998): a **dimensão espacial**, decorrente de sua localização em termos de coordenadas fixas; a **dimensão morfológica**, pois o Paço da Liberdade, as construções do entorno, os monumentos e outros elementos físicos constituem-se num conjunto de formas as quais compõem a paisagem; a **dimensão funcional**, resultante da relação estabelecida entre tais formas, conferindo diferentes usos a localidade (compras, lazer, trabalho, moradia etc); a **dimensão histórica**, uma vez que a paisagem resulta da ação humana em diferentes períodos da história de Curitiba, que são percebidos através dos elementos que a compõem; e a **dimensão simbólica**, pois a paisagem do Paço da Liberdade e do entorno é dotada de significados, memórias e emoções atribuídos pelos indivíduos que com ela se relacionam, conforme percebido através das entrevistas realizadas.

O viés fenomenológico, adotado nos estudos geográficos, e base para esta dissertação, configurou-se também como pertinente para o alcance dos objetivos propostos, uma vez que através das experiências narradas pelos indivíduos pode-se compreender a relação dos mesmos com o Paço da Liberdade e seu entorno.

Ao caracterizar o objeto de estudo desta pesquisa, o Paço da Liberdade e seu entorno, foi possível identificar a trajetória histórica deste patrimônio cultural e seu reconhecimento como patrimônio nas três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal). Identificou-se ainda que este edifício influenciou desde o momento da sua construção na conformação e transformação da paisagem que o

mesmo compõe. Identificou-se ainda que a revitalização ocorrida no período de 2007 a 2009 serviu como ponto de partida para outras ações no entorno, e para a revalorização desta área, ocorrendo transformações na dimensão morfológica da paisagem, mas também na dimensão simbólica. Podendo-se deste modo afirmar que o Paço da Liberdade foi um exemplo positivo de parceria público-privada, cujo efeito multiplicador da revitalização vem contribuindo para o resgate do entorno.

Com a realização da pesquisa de campo pode-se tecer algumas considerações sobre a relação dos entrevistados com o Paço da Liberdade e seu entorno. É pertinente mencionar que houve certa dificuldade no que se refere a encontrar sujeitos dispostos a conceder a entrevista, uma vez que a necessidade de gravação dos relatos gerou certo desconforto em alguns, culminando na recusa em participar da pesquisa. Mesmo diante da dificuldade encontrada, foi possível chegar ao total de 12 entrevistados, conforme mencionado anteriormente.

A respeito das entrevistas realizadas destaca-se, inicialmente, que por meio das mesmas foi possível identificar a influência do tempo de contato na criação de uma relação mais afetiva com a paisagem, porém, percebeu-se que, mais do que o tempo são às experiências vividas (relativas à história familiar, ao trabalho e a momentos de lazer) que aproximam o sujeito da paisagem e desse modo permitem criar um sentido de lugar. Não se pode excluir, no entanto, a possibilidade de que as experiências vividas afastem o sujeito e o impeçam de criar um elo com a paisagem, como ocorre no caso de alguns entrevistados, que demonstraram estar desencantados com este local de vivência cotidiana. Deste modo a mesma paisagem é interpretada de formas distintas por estes observadores, que esboçam reações diversas em relação aos momentos de transformação, decadência e auge do Paço da Liberdade e do entorno.

Outra questão a se considerar é o reconhecimento do Paço da Liberdade como componente da história da cidade, destacado durante as entrevistas. Arelado a isso são tecidos comentários sobre a beleza arquitetônica do edifício e seu papel enquanto indutor da recuperação do entorno. Porém nem todos demonstram criar uma relação mais próxima com este bem cultural por conta do valor histórico e arquitetônico, pois estas questões são muito distantes e sem ligação com memórias individuais, assim novamente o que se destacou como definitivo para fortificação desta relação, foram as experiências e vivências individuais no local, que permitiram a alguns indivíduos com ele se relacionar de forma mais afetiva.

Ao discutir o processo de revitalização ocorrido no Paço da Liberdade e no entorno, foram inevitáveis as comparações entre os períodos “antes da revitalização” e “depois da revitalização”, pois na opinião dos entrevistados esta ação foi um marco nesta paisagem, em termos físicos (em decorrência do resgate arquitetônico, melhora no paisagismo, aumento da iluminação), mas também como fonte de revalorização deste lugar pelos curitibanos e por eles mesmos (que vivenciam esta paisagem cotidianamente). Foram assim resgatadas a história e a memória deste local, assim como se ampliou a atração de moradores e turistas, conforme relatados pelos próprios entrevistados.

O reflexo desta revitalização nas ruas do entorno, como a Rua Riachuelo e a Rua São Francisco, foi também destacado pelos entrevistados, alguns por terem vivenciado essas transformações de forma mais próxima, acreditando que a partir dos resultados obtidos na revitalização do Paço da Liberdade, tanto o poder público, quanto a iniciativa privada e a comunidade local sentiram-se motivadas revitalizar outras áreas. Isso mostra uma reanimação cultural e simbólica do lugar, ultrapassando as melhorias estéticas.

Mesmo assim, destaca-se aqui que a revitalização não foi vista apenas de forma positiva, alguns conceitos estéticos priorizados na revitalização foram vistos com desagrado, como a retirada do *petit-pavê* (tradicional no calçamento da cidade) e a diminuição das áreas de estacionamento (o que prejudicou alguns estabelecimentos). É perceptível também o receio dos entrevistados em que os problemas com a falta de segurança retornem ao Paço da Liberdade e o entorno, pois se verifica novamente a maior presença de andarilhos, usuários de drogas e prostitutas, assim como uma diminuição no policiamento. Sobre este aspecto destaca-se que a revitalização não pode ser uma ação pontual, deve ser seguida por ações complementares e pela continuidade das melhoras obtidas no momento inicial.

Considera-se, portanto que a revitalização ocorrida no Paço da Liberdade e no entorno, impactou de forma significativa na relação dos entrevistados com a paisagem estudada, porém de formas distintas, para alguns foi fonte de reaproximação e revalorização do lugar, enquanto para outros contribuiu para um distanciamento e quebra de laços com a paisagem.

Através do exposto julga-se ter cumprido os objetivos da pesquisa e alcançado a resposta ao questionamento norteador da mesma, uma vez que se

identificou, através da pesquisa de gabinete e da pesquisa de campo, que o Paço da Liberdade é um elemento impactante na transformação da paisagem do entorno e contribui para a formação do sentido de lugar, o que é percebido na fala dos entrevistados. Além disso, sua ligação com a memória individual é percebida em alguns dos relatos, os quais demonstram também a afetividade ou aversão dos sujeitos para com o Paço da Liberdade e seu entorno. Conforme já destacado identificou-se que o processo de revitalização afetou, positivamente ou negativamente, a relação entre os sujeitos e a paisagem.

Nesta pesquisa, priorizou-se o contato com os moradores e comerciantes do entorno do Paço da Liberdade, porém, acredita-se que em pesquisas futuras é relevante o contato com turistas enquanto frequentadores desta paisagem, a qual após a revitalização teve sua atratividade acentuada e, deste modo, passou a receber maior número de turistas e visitantes, como relatado pelos entrevistados. Buscando identificar os benefícios e malefícios da adoção destas localidades como atrativo para o turismo. Como desdobramento desta dissertação considera-se ainda que podem ser realizadas pesquisas referentes a utilização da educação patrimonial junto a comunidade de bens ou áreas patrimonializadas, como forma de contribuir para a geração do conhecimento a partir do patrimônio cultural e para a consequente valorização destes bens.

Por fim, acredita-se que a pesquisa realizada nesta dissertação pode servir como base para outras que tenham como interesse compreender a relação da comunidade com o patrimônio cultural tombado, assim como pesquisas que busquem na geografia a possibilidade de estudar as relações subjetivas e experiências individuais dos sujeitos em relação à paisagem urbana e ao patrimônio cultural. Coloca-se ainda como contribuição a possibilidade da pesquisa realizada poder conduzir ações do poder público, por apresentar algumas das experiências vividas pelos sujeitos que se relacionam com áreas revitalizadas da cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. **Geonordeste**, Sergipe, ano XIX, n. 1, p. 33-54, 2008.

_____. Prefácio. In: OLIVEIRA, R. da. S.; PAES, M. T. D (orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 7-11.

ALMEIDA, M. G.; ARAÚJO, M. de. A paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: patrimônio, cultura e identidade na metrópole contemporânea. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 12., Montevideo/Uruguai, **Anais ...** Montevideo, 2009. Disponível em: <www.egal2009.com> Acesso em: 20/07/2011.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDREOTTI, G. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: Valentina Trentini Editore, 2008.

ASPÁSIO, N. D. Paranapiacaba: patrimônio da humanidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 12., Montevideo/Uruguai, **Anais ...** Montevideo, 2009. Disponível em: <www.egal2009.com> Acesso em: 20/07/2011.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo: sociais, culturais e políticos**. Curitiba: Ed. Prottexto, 2004.

BAILLY, A. S. **La percepcion del espacio urbano**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1979.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades de planejamento**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BARZ, E. Luiz; BOSCHILIA, R.; HLADCZUK, A. M.; SUTIL, M. S. Curitiba, 1997. **História de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.casadamemoria.org.br>>. Acesso em: 25/10/2011.

BERBERI, E.; SUTIL, M. S. Tiradentes : a praça verde da igreja. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, v. 24, n. 120, Curitiba, jul. 1997.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BOLETIM Paço da Liberdade, n. 2, 2008. Disponível em: < <http://www.sebraepr.com.br/portalsector> > Acesso em: 20/10/2011.

_____, n. 5, 2009. Disponível em: < <http://www.sebraepr.com.br/portalsector> > Acesso em: 20/10/2011.

_____, n. 21, 2011. Disponível em: < <http://www.sebraepr.com.br/portalsector> > Acesso em: 20/10/2011.

BONNEMAISON, J. **Culture and space: conceiving a new cultural geography**. United Kingdom: I. B. Tauris, 2005.

_____, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BONAMETTI, J. H. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. **Revista científica FAP**. Curitiba, v. 1, jan./dez. 2006.

BOSCHILIA, R. Cores da Cidade: Riachuelo e Generoso Marques. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, v. 23, n. 110, Curitiba, mar. 1996.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista eure**, v. 31, n. 93, p. 53-71, Santiago de Chile, 2005.

BOULLÓN, R. **Planificación del espacio turístico**. Trillas: México 1985.

BRONKHORST, T. Projeto pretende recuperar a imagem da Praça Tiradentes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2007. Urbanismo, p.3.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1998. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislação> Acesso em: 10/07/2011.

_____. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo Cultural**. Orientações Básicas. 2. ed. Brasília, DF, 2008.

BOURLEGAT, C. A. Le ; SILVA, E. J. da.; TULUX, B. M. Educação e preservação patrimonial/arqueológica no desenvolvimento territorial de Mato Grosso do Sul. In: **Impulso**, Piracicaba , v. 21., n. 51., p.19-30, jan.-jun/2011.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo, Difel, 1985. p. 165-193.

CASTILHO, A. L. H. de; VARGAS, A. C. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: CASTILHO, A. L. H. de; VARGAS, A. C. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009. p. 1-51.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. de L. N. Turismo e patrimônio cultural sob o olhar do sujeito-morador: Uma leitura do bairro da Praia Grande, São Luís, Maranhão (Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n.1, p. 12-31, abril de 2011.

CHIESA, P. O Paço Municipal de Curitiba: a trajetória de um palácio público. In: POSSE, Zulmara Clara Sauner (org.). **História e uso do Paço da Liberdade/SESC**. Curitiba: SESC, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999a.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b. p. 59-97.

_____. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

_____. Uma, ou algumas, abordagem (ns) cultural (is) na geografia humana? p. 13-32. In: **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. SERPA, A. (org.). Salvador: EDUFBA, 2008.

CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, Rio de Janeiro, 2007b.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, D.. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismos nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 135-146.

CRAVIDÃO, F.; MARUJO, M. N. Turismo e lugares: uma visão geográfica. **Pasos Revista de Turismo y patrimônio cultural**, v. 10, p. 3, p. 281-288, 2012. Disponível em: <www.pasosonline.org> Acesso em: 01/07/2012.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

CURITIBA. Lei n. 81 de 10 de julho de 1948. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Lei Municipal n. 2828 de 31 de julho de 1966. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Lei Municipal n. 6337 de 28 de setembro de 1982. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Decreto n. 410 de 26 de outubro de 1982. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013

_____. Decreto n. 57 de 6 de fevereiro de 1987. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Decreto municipal n. 380 de 15 de março de 1993. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Decreto n. 185 de 03 de abril de 2000. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Lei municipal n. 9800 de 03 de janeiro de 2000. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. Lei municipal n. 9801 de 03 de janeiro de 2000. Disponível em <www.leismunicipais.com.br> Acesso em: 10/01/2013.

_____. **Unidades de interesse especial de preservação.** Disponível em <www.legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/AtosConsultaExterna.aspx > Acesso em: 10/01/2013.

DARDEL, E. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, ago 2001.

DENCKER, A. F. M. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9.ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DURAND, J. C. G.; KÖHLER, A. F. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo - Visão e Ação**, v. 9, n.2, p. 185-198, maio /ago, 2007.

FEIBER, S. D. **O lugar**: vivências e significados. Cascavel: Assoeste, 2008.

FERNANDES, J.C. Justiceiros da Riachuelo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 mai., 2010. Vida e cidadania, p. 6.

FERRARI, A. L. Educação Patrimonial: reflexos e contribuições para a Educação Patrimonial. v. 23. SEE-MG: Minas Gerais, 20-. (Coleção Lições de Minas).

FOLHA DA IMPRENSA. “Arcadas do Pelourinho” são criadas. **Folha da Imprensa**, 06 ago. 1993.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Lei Municipal de Incentivo à Cultura**. Disponível em: < <http://www.fccdigital.com.br/leidoincentivo/index.asp> > Acesso em: 10/01/2013.

FRANCH, J. F. La recuperación del patrimonio del área metropolitana de Lima (Péru) a través del desarrollo turístico. **Pasos** – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 4, n. 3, Espanha, 2006, p. 343-350. Disponível em: <www.pasosonline.org> Acesso em: 19/07/2011.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

FURTADO, M. R. **José Loureiro Fernandes**: o paranaense dos museus. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

GOODEY, B. A interpretação do sitio turístico: desenho e seqüência. In: ALBANO, C.; MURTA, S. M. (org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 109-120.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HOERNER JÚNIOR, V. Ruas de Curitiba: a Rua do Fogo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 mar. 1989.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 103-122.

_____. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgrafia**,UFF, n. 10, ano V, 2003.

_____. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 19-20, p. 23-32, jan./dez., 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tombamento**. Disponível em: <www.iphan.org.br> Acesso em: 15/07/2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano de revitalização do setor histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970.

_____. **Plano Diretor de Curitiba**: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: Comunicare Gráfica e Editora, 2004.

_____. **Projeto Marco Zero**. Curitiba: IPPUC, 2007.

_____. Tudo novo de novo. In: IPPUC. **Revista Espaço Urbano**, n. 11, mai. 2010. p. 14-17.

_____. **Patrimônio histórico**. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_patrimhist.htm> Acesso 10/05/2012.

_____. **Foto aérea do Paço da Liberdade e do entorno (Curitiba, Paraná)**. 2012. 1 fotografia, color. Disponível em: <www.ippuc.org.br> Acesso em: 20/12/2012.

_____. **Foto aérea do Paço da Liberdade e do entorno na década de 1960 (Curitiba, Paraná)**. 2012. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <www.ippuc.org.br> Acesso em: 20/12/2012.

KASHIWAGI, H. M. **Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sígnica da paisagem em áreas preservadas.** Tese (Doutorado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. (Orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

LACERDA, M. T. **O antigo Paço Municipal: atual Museu Paranaense.** Curitiba, 1983.

LYNCH, K. **La imagen de la ciudad.** Buenos Aires : Ediciones Infinito, 1974.

LYRA, C. C. **Relatório síntese do diagnóstico: Paço Municipal de Curitiba.** Curitiba: IPPUC, 2003. Relatório técnico.

MACHADO, L . M. C. P. A serra do mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Editora UFSCar, 1996, p. 97-119.

MACHINSKI, F. “Memórias” e patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa-PR: subsídios para sua salvaguarda. In: SAHR, C. L. L. (org.). **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010. p. 115-167.

MONASTIRSKI, L. B. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@aPlural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul/dez. 2009.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

NAVARRO, J. D. N. **A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba.** Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011.

NEVES, K. F. T. V. De cabaré a espaço cultural: um olhar geográfico sobre o patrimônio histórico de Ilhéus-BA a partir do estudo do caso Bataclan. **GeoTextos**, vol. 5, n. 1, julho 2009.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: OLIVEIRA, R. da. S.; PAES, M. T. D (orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. n. 10. São Paulo: PUC, 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, D. R. M. de. **Praça Generoso Marques**. Trabalho de Referência - Curso de Biblioteconomia e Documentação, UFPR, Curitiba, 1971.

OLIVEIRA, R. Antigo prédio do museu vira abrigo de mendigos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 out. 2003. Cidades, p. 9.

ORAMAS, A. H. El papel del patrimonio en el progreso económico, social y cultural, el caso particular del turismo. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 2, n. 2, p. 317-310, 2004.

PAÇO da Liberdade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 mai. 1969.

_____. **Histórico e informações**. 2009. Disponível em: <<http://www.sescpr.com.br/pacodaliberdade>>. Acesso em: 20/10/2011.

PAES, M. T. D. Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SAN SOLO, Davis Gruber (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PARANÁ. Lei n. 1211 de 16 de setembro de 1953. Disponível em <www.legislacao.pr.gov.br> Acesso em: 15/01/2013.

PASQUOTTO, G. B. Renovação, Revitalização e Reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Revista Complexus**, Salto-SP, ano. 1, n.2, p. 143-149, 2010.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PESCH, O. Museu histórico cai de podre. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 ago. 2000.

POPP, F. L. Apresentação. In: VASCONCELOS, L. T. de M. **Calçadas de Curitiba: preservar é preciso**. Curitiba, 2006. contra-capas.

POPP, L. F.; TEIXEIRA, D. Preservação Cultural. In: IPPUC. **Revista Espaço Urbano**, n. 7, p. 10-14, 200-.

POSSE, Z. C. S. A caminho do Paço da Liberdade. In: POSSE, Z. C. S. (org.) **História e uso do Paço da Liberdade/SESC**. Curitiba: SESC, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Revitalização da Rua São Francisco**. 2012.

_____. **Delimitação da área do entorno do Paço Municipal para aplicação de incentivos fiscais**. Curitiba, s/d. Disponível em: < www.curitiba.pr.gov.br > Acesso em: 30/01/2013.

RELPH, E. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr. 1979.

_____. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turismo. In: FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção Turismo Contexto). p. 15-24.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SAHR, C. L. L. (org.). **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e geografia. **Finisterra**, XXXVI, n. 72, p. 37-53, 2001.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SCOCUGLIA, J. B. C. Sociabilidades e Usos Contemporâneos do Patrimônio Cultural. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp251.asp>>. Acesso em: 11/10/2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **O tombamento de bens do patrimônio cultural do Paraná.** Disponível em: <www.patrimoniocultural.pr.gov.br> Acesso em: 15/07/ 2011.

_____. PRAÇA GENEROSO MARQUES NA DÉCADA DE 1980. s/d. 1 fotografia, p&b. 15X10.

SÊGA, R. A. **A capital Belle Époque:** a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

SILVA, A. P. da. **O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos:** um estudo das praças da alfândega e da matriz na cidade de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2006.

SILVA, F. C. Ações de preservação do patrimônio cultural no município de Álvares Machado/SP - Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 12., Montevideo/Uruguai, **Anais ...** Montevideo, 2009. Disponível em: <www.egal2009.com> Acesso em: 20/07/2011.

SILVÉRIO, M. H. F. S.; WELLNER, M. S. **As praças centrais de Curitiba.** Departamento de Parques e Praças, Divisão de Planejamento, Curitiba, 1993.

SIQUEIRA, M. D. O Paço Municipal de Curitiba: uma abordagem histórica. In: POSSE, Z. C. S. (org.). **História e uso do Paço da Liberdade/SESC.** Curitiba: SESC, 2009.

SUTIL, M. S. **O espelho e a miragem:** moradia e modernidade na Curitiba do começo do século 20. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a promoção da diversidade de expressões culturais**. 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224POR.pdf>> Acesso em: 15/07/2011.

VARGAS, I. A. de. Paisagem, território e identidade: uma abordagem da geografia cultural para o Pantanal Mato-grossense. In: GIL FILHO, S. F.; KOZEL, S.; SILVA, J. da C. (org.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. Curitiba: NEER, 2007.

VIAPIANA, P. A história contada e a história vivida. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Arqueologia da memória na trilha do Paço**. 2008.

VOCAÇÃO comercial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jun. 2000.

WALKOWSKI, M. da C. Turismo e Patrimônio Cultural: O Centro Histórico de São José – SC. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 10., 2008, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: Universidade Positivo, 2008. CD-ROM.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	158
---	-----

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1) Dados de identificação da entrevista:

Data da entrevista:

Horário:

Duração:

Local:

2) Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Tempo que mora e/ou trabalha no entorno:

Contato:

3) Questões balizadoras

- a) Em que época foi o primeiro contato com o Paço da Liberdade e seu entorno?
Quais são suas memórias em relação a esta época?
- b) Quais suas percepções em relação à paisagem da época e as transformações que ela sofreu?
- c) Existe algum elemento que não existe mais e que você sente falta?
- d) O que você achou da última revitalização que ocorreu neste local?
- e) Você se envolveu direta ou indiretamente neste processo?
- f) Qual sua percepção em relação às mudanças ocorridas após a revitalização?
- g) O que este local representa para você?
- h) O que mais te encanta nessa paisagem?
- i) O que mais te incomoda nessa paisagem?
- j) Na sua opinião qual a importância desta área para a cidade?
- k) Você acredita que os turistas têm interesse em conhecer este local?
- l) Você saberia indicar outro morador/comerciante que pudesse ser entrevistado?